



UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AEROESPACIAIS

PEDRO **HENRIQUE** NASCIMENTO DOS **SANTOS**, Maj. AV

O PREPARO DE UNIDADES AÉREAS PARA OPERAÇÕES DE PAZ:
UMA QUESTÃO ESTRATÉGICA NACIONAL

Rio de Janeiro
2020

UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AEROESPACIAIS

PEDRO **HENRIQUE** NASCIMENTO DOS **SANTOS**, Maj. AV

O PREPARO DE UNIDADES AÉREAS PARA OPERAÇÕES DE PAZ:
UMA QUESTÃO ESTRATÉGICA NACIONAL

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Política e Relações Internacionais com ênfase em Defesa e Poder Aeroespacial do Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais (PPGCA), modalidade Profissional, na Universidade da Força Aérea. Orientadora: Claudia Maria Sousa Antunes
Coorientador: Nelson A. Bacellar Gonçalves

Rio de Janeiro

2020

Santos, Pedro Henrique Nascimento dos

S237

O preparo de unidades aéreas para operações de paz: uma questão estratégica nacional / Pedro Henrique Nascimento dos Santos. – Rio de Janeiro: Universidade da Força Aérea, 2020. 137 f.: il., enc.

Orientadora: Claudia Maria Sousa Antunes.

Dissertação (mestrado) – Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, 2020.

Referências: f. 123-130

1. Operações de paz. 2. Poder Aeroespacial. 3. Preparo. I. Título. II. Antunes, Claudia Maria Sousa. III. Universidade da Força Aérea.

CDU: 355.357:355.354(81)



PPGCA

Programa de Pós - Graduação em
Ciências Aeroespaciais

Espaço reservado para a **Folha de Aprovação**
Original assinada pelos membros da Banca
realizada no dia 13 de outubro de 2020.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à Débora, minha filha.
Ela, mesmo sem saber,
Urge-me a superar os meus próprios limites,
Sem me permitir deixar de sonhar.

AGRADECIMENTOS

**“A vida é combate, que aos fracos abate,
que aos bravos e fortes só pode exaltar!”¹**

Muitas vezes me senti mais próximo do abate do que da exaltação e devo agradecer aos meus familiares, amigos e professores por terem me ajudado a encontrar a motivação necessária para seguir em frente.

Há muitas pessoas a quem sou grato, porém devo agradecer especialmente ao meu saudoso pai que me deixou ótimos exemplos para seguir; à minha mãe, Professora Eladir, que sempre confiou em mim e me inspirou a ingressar na área acadêmica; ao meu irmão, José Luiz, amigo verdadeiro, com quem a vida me presenteou; à minha esposa, Ana Cláudia, que está ao meu lado no combate da vida e à Débora, minha filha, com quem aprendo algo novo todos os dias.

Devo toda gratidão à Força Aérea Brasileira pelas oportunidades e desafios a que fui submetido. Evito o risco de cometer uma injustiça e deixar de citar pessoas que muito colaboraram para o resultado deste trabalho, no entanto avulto o apoio fundamental da Subchefia de Operações de Paz do Ministério da Defesa, do CCOPAB, da Segunda Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica e do Grupo de Trabalho de Operações de Paz do Comando de Preparo (COMPREP).

Por fim agradeço de todo coração àqueles que diariamente transformam em realidade a estrutura educacional da Universidade da Força Aérea, ao Corpo Docente e seus dedicados componentes, entre os quais, destaco a presença de minha prezada Orientadora, Professora Doutora Claudia Maria Sousa Antunes, por suas inúmeras qualidades e por guiar-me na busca do conhecimento.

¹ Trecho da Canção do Tamoio de Gonçalves Dias

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Operações de Manutenção de Paz em Andamento.	31
Figura 2 - Meios Aéreos em Operações de Paz da ONU.	32
Figura 3 - Atividades de Paz e Segurança Conduzidas pelas Nações Unidas.	34
Figura 4 - Aplicações do Poder Aeroespacial pelo Espectro da Paz e da Guerra. ...	35
Figura 5 – Distribuição de Unidades Militares na MINUSFA.....	46
Figura 6 - Países Contribuintes com Tropas e Policiais para OMP em 2015.....	47
Figura 7 - Esquema do Processo Decisório Brasileiro.....	51
Figura 8 - Unidades Militares da Missão de Paz da ONU na RCA.	55
Figura 9 - Unidades Militares da MONUSCO.	56
Figura 10 - Unidades Militares da Missão de Paz da ONU no Mali.	57
Figura 11 - Unidades Militares da Missão de Paz da ONU no Sudão do Sul.....	58
Figura 12 - Unidades Militares da Missão de Paz da ONU no Líbano.	59
Figura 13 - Unidades Militares da Missão de Paz da ONU no Chipre.	60
Figura 14 - Definição de Objetivos Estratégicos e Capacidades da FAB.....	78
Figura 15 - Estrutura de Unidade Aérea de Helicópteros Utilitários Médios.	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Participação Brasileira em OMP da ONU até fevereiro de 2020.....	38
Quadro 2 - Atuação Brasileira com Meios Aéreos em Operações de Paz da ONU. .	42
Quadro 3 - Países Contribuintes Operando UAe de Helicópteros em OMP.	53
Quadro 4 - Contribuição das Características do Poder Aeroespacial para OMP	66
Quadro 5 - Oportunidades Derivadas do Preparo de UAe para OMP.	73
Quadro 6 - Ações Estratégicas de Defesa derivadas do Preparo para OMP.....	80
Quadro 7 - Níveis do Sistema UNPCRS.	86
Quadro 8 - Registros do UNPCRS em abril de 2020.....	89
Quadro 9 – Requisitos Mínimos para Missões de Paz da ONU.	92
Quadro 10 - Descrição das Atividades da Fase Essencial da IPUNAER.....	99
Quadro 11 - Descrição das Atividades da Fase Especializada da IPUNAER	102
Quadro 12 - Equivalência entre Ações de Força Aérea e Tarefas Aéreas.....	105
Quadro 13 - Quantitativo de Militares Voluntários a Participar de OMP na.....	108
Quadro 14 - Marcas Operacionais ante o Protocolo de Preparo.	110
Quadro 15 - Apresentação da Entrevista ao Entrevistado.	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Recursos destinados à aplicação de meios aéreos ONU.	36
Gráfico 2 - Quantidade de Helicópteros nas Operações de Paz da ONU em 2016. .	45
Gráfico 3 - Contribuição Orçamentária e de Pessoal Uniformizado para OMP.....	50
Gráfico 4 - Participação de Forças Brasileiras em OMP (1990 - 2020).	98
Gráfico 5 - Voluntários para Composição de Unidade Aérea de H60L em OMP. ...	108
Gráfico 6 - Evolução do Quadro Geral de Voluntários para OMP.....	109
Gráfico 7 - Comparativo das Marcas Operacionais de Pilotos entre 2017 e 2020. .	111
Gráfico 8 - Percentual de Pilotos com Marcas Completas para OMP.....	112

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Helicóptero Utilitário Médio H60 Black Hawk em Operação de Paz.	33
Foto 2 - Mi8 de Bangladesh	56
Foto 3 - Mi24 Ucraniano e Bell212 Uruguaio.....	57
Foto 4 - Tripulação salvadorenha de MD500 na MINUSMA.	57
Foto 5 - Unidade Aérea de Mi17 de Ruanda na UNMISS.	58
Foto 6 - Bell 212 Operado pela Itália na UNIFIL.....	59
Foto 7 - Bell 212 Argentino na UNFCYP	60
Foto 8 - MD 500 Argentino na UNFCYP.....	72
Foto 9 - Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil.....	97
Foto 10 - Exercício Operacional Tápio 2018.	104
Foto 11 - Helicóptero H60L Black Hawk da FAB operando com UCI.	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAV – Visita de Avaliação e Verificação (*Assessment and Advisory Visit*)

AED – Ação Estratégica de Defesa

CASEVAC – *Casualty Evacuation*

CCOPAB – Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil

CN – Congresso Nacional

COMAER - Comando da Aeronáutica

COMPREP – Comando de Preparo

CONEP - Comissão Nacional de Ética na Pesquisa

CP – Copiloto

CPTM – *Core Predeployment Training Materials*

CRF – Constituição Federal da República

CRUZEX – Exercício Cruzeiro do Sul

DCA 1-1 – Doutrina básica da Força Aérea Brasileira

DPET - Divisão de Política, Avaliação e Treinamento

DMD – Diretriz Militar de Defesa

DoD – Departamento de Defesa dos EUA

DOS – Departamento de Suporte Operacional (*Department of Operational Support*)

DPO – Departamento de Operações de Paz (*Peace Operations Department*)

EB – Exército Brasileiro

ED – Estratégia de Defesa

EMD – Estratégia Militar de Defesa

EMI – Exposição de Motivos Interministerial

ESG – Escola Superior de Guerra

ExOp – Exercício Operacional

FAB – Força Aérea Brasileira

F.Aux – Forças Auxiliares

FFAA – Forças Armadas

FGS – Serviço de Geração da Força (*Force Generation Service*)

H_i – Hipótese Inicial

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICA – Instrução do Comando da Aeronáutica

IPUNAER – Instrução de Preparo de Unidades Aéreas Ofertadas ao Sistema UNPCRS

LBDN – Livro Branco de Defesa Nacional

LCP – Lei Complementar

LOA – *Letter of Assistance*

MB – Marinha do Brasil

MD – Ministério da Defesa

ME – Ministério da Economia

MEDEVAC – *Medical Evacuation*

MOU – *Memorandum of Understanding*

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MTF – Força Tarefa Marítima (*Maritime Task Force*)

OE – Objetivo Específico

ONU – Organização das Nações Unidas

OND – Objetivo Nacional de Defesa

OMA - Gabinete de Assuntos Militares

OMP – Operação de Manutenção de Paz

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OROLSI - Escritório de Estado de Direito e Instituições de Segurança

PIC – Piloto em Comando (*Pilot in Command*)

PP – Problema de Pesquisa

PR – Presidência da República

PMD – Política Militar de Defesa

PND – Política Nacional de Defesa

RCA – República Centro Africana

RDL – *Rapid Deployment Level*

RI – Relações Internacionais

RoE – Regras de Engajamento (*Rules of Engagement*)

SETA – Seleção e Emprego de Tropas Adjudicadas

SIPRI – *Stockholm international Peace Research Institute*

STM – *Specialized Training Materials*

SUR – *Status of Unit Requirement*

TO – Teatro de Operações

UAe – Unidade Aérea

UNPCRS – *United Nations Peacekeeping Capability Readiness System*

UNSAS - *United Nations Standby Arrangement System*

RESUMO

O objetivo do presente trabalho consiste em compreender a relação entre o protocolo de preparo aplicado a pilotos, tripulantes e equipes de apoio de unidades aéreas militares da Força Aérea Brasileira equipadas com helicóptero H60L Black Hawk para operações de manutenção de paz da Organização das Nações Unidas, e os objetivos nacionais de defesa, que fazem dessa atividade de preparo uma questão estratégica nacional. Para tanto, a partir de uma pesquisa qualitativa, são analisados os aspectos que evidenciam o caráter estratégico do preparo composto pelo Exercício Operacional TÁPIO e pela Instrução IPUNAER que são apresentados ao longo da pesquisa. O teor da contribuição do Poder Aeroespacial para as operações de paz é submetido a uma análise em que a aviação de asas-rotativas da FAB protagonizou fatos históricos e se mostra atualmente como elemento essencial capaz de apoiar a consecução dos objetivos propostos das operações de paz por meio da aplicação das características do Poder Aeroespacial. O debate teórico entre o Realismo Hobbesiano e o Liberalismo de Immanuel Kant, bem como a análise da Escola Inglesa das Relações Internacionais fornecem a fundamentação do conceito de cooperação internacional que, juntamente com o arcabouço legal da doutrina militar de defesa confirmam o valor estratégico do preparo de unidades aéreas para operações de paz. Esse cenário estabelece uma condição de prontidão operacional que favorece mutuamente o caráter cooperativo das relações internacionais do país e a exploração do princípio da dissuasão pela capacidade de projeção do Poder Aeroespacial, como uma ação estratégica que contribui para os objetivos nacionais de defesa.

Palavras-chave: Operações de Paz. Poder Aeroespacial. Preparo.

ABSTRACT

The goal of the present work is to understand the relationship between the predeployment training program applied to pilots, crew members and supporting teams of military air units of the Brazilian Air Force equipped with UH60 Black Hawk helicopter for United Nations peacekeeping operations, and the national defense objectives, that makes of this preparation activity a national strategic issue. Therefore, from a qualitative research, the aspects that demonstrate the strategic character of preparedness, composed by the TÁPIO Operational Exercise and the IPUNAER Instruction, which are presented throughout the research, are analyzed. The content of the Aerospace Power's contribution to peace operations is subjected to an analysis in which FAB's rotary-wing aviation played a historical role and is currently an essential element capable of supporting the achievement of the proposed objectives of peace operations by application of the characteristics of Aerospace Power. The theoretical debate between Hobbesian realism and Immanuel Kant's Liberalism as well as the analysis of the English School of International Relations provides the foundation for the concept of international cooperation that together with the legal framework of the military defense doctrine confirm the strategic value of preparing air units for peace operations, this scenario establishes an operational readiness condition that mutually favors the cooperative character of the country's international relations and the usage of the principle of deterrence by the capacity of projection of Aerospace Power, as a strategic action that contributes to the national defense objectives.

Keywords: *Peace Operations. Aerospace Power. Preparedness.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 METODOLOGIA	23
1.1 Classificação e Objetivo Geral	24
1.2 Objetivos Específicos e Procedimentos de Análise	25
1.3 Procedimentos de Coleta de Dados	27
2 O PODER AEROESPACIAL E AS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU	31
2.1 Histórico da Participação da FAB em Operações de Paz	37
2.2 O Processo de Geração da Força para Operações de Paz	43
2.3 A Projeção do Poder Aeroespacial em Operações de Paz	51
3 FUNDAMENTOS DO PREPARO	62
3.1 Teoria do Poder Aeroespacial	63
3.2 Cooperação Internacional	67
3.3 Embasamento Legal	77
4 O PREPARO PARA OPERAÇÕES DE PAZ	84
4.1 Sistema de Prontidão de Capacidades UNPCRS	85
4.2 Seleção de Recursos Humanos e Requisitos Mínimos	89
4.3 Protocolo de Preparo de Unidades Aéreas para Operações de Paz	93
5 IPUNAER e Tápio	96
5.1 Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil	97
5.2 Instrução de Preparo de Unidades Aéreas (IPUNAER)	99
5.3 Exercício Operacional Tápio	104
5.4 Dados de Capacitação	107
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	123
ANEXO A - Distribuição de Tropas - MINURSO	131
ANEXO B - Distribuição de Tropas – UNAMID	132
ANEXO C - Distribuição de Tropas – UNDOF	133
ANEXO D - Distribuição de Tropas – UNISFA	134
ANEXO E - Distribuição de Tropas – UNMIK	135
ANEXO F - Distribuição de Tropas – UNMOGIP	136
ANEXO G - Distribuição de Tropas – UNTSO	137

INTRODUÇÃO

A Força Aérea Brasileira (FAB) nasceu em 20 de janeiro de 1941, como ramo militar do recém-criado Ministério da Aeronáutica, proveniente da união dos equipamentos, instalações e pessoal da Aviação do Exército e da Aviação Naval, seguindo desta forma, uma tendência mundial de acordo com os preceitos dos grandes pensadores do Poder Aéreo a consolidar uma vertente estratégica de defesa nacional ante a crescente relevância assumida pela Aeronáutica com a combinação da aviação civil, da aviação comercial, da infraestrutura aeroportuária e do desenvolvimento das radiocomunicações e dos engenhos tecnológicos no início do Século XX.

O Poder Aéreo Brasileiro teve seu batismo de fogo em 22 de maio 1942². No entanto, a consagração da FAB como Força Armada profissional e de relevância estratégica foi alcançada a partir do preparo doutrinário de seus recursos humanos e da organização técnica e administrativa de seus recursos materiais para a atuação no teatro de operações europeu durante a Segunda Guerra Mundial³ (LIMA, 2011). A partir deste momento, a aviação militar consolidou suas funções táticas e estratégicas, e ainda, adquiriu um caráter dissuasório importante, devido ao valor que as forças aéreas obtiveram no balanço de poder entre as nações (BRASIL, 2012a).

As atividades de preparo, ocorridas entre a criação da FAB em 1941 e sua efetiva atuação nos céus da Itália em 1945, deixaram como legado a estrutura e a doutrina de emprego adotadas desde então como a base do Poder Aeroespacial Brasileiro.

Diante deste fato histórico, foi percebido que o processo de capacitação e treinamento que antecede a atuação de uma unidade aérea militar para operar de forma continuada além de suas fronteiras nacionais oferece a possibilidade de desenvolvimento de capacidades estratégicas do Poder Aeroespacial.

² Em 22 de maio 1942 a Força Aérea Brasileira, com uma das aeronaves B-25B Mitchell recém recebidas das Forças Armadas dos Estados Unidos lançou um ataque contra o submarino italiano Regio Smg. Barbarigo que quatro dias antes havia torpedeado o navio mercante brasileiro Comandante Lyra a cerca de 200 milhas náuticas da costa do Rio Grande do Norte à noroeste do arquipélago de Fernando de Noronha, dando início à Campanha Antissubmarino no Atlântico Sul e marcando esta data como o Dia da Aviação de Patrulha da Força Aérea Brasileira.

³ A FAB participou da Segunda Guerra Mundial com os pilotos e equipes de apoio do 1º Grupo de Caça (1ºGavCa) e da 1ª Esquadrilha de Ligação e Observação (1ª ELO) juntamente com a Força Expedicionária Brasileira (LIMA, 2011).

O termo Poder Aeroespacial refere-se a um entendimento amplo que transcende a vertente militar representada pela Força Aérea Brasileira. De acordo com Boyne (2005), o Poder Aeroespacial consiste em uma evolução do conceito de Poder Aéreo, a partir do momento em que este trata do uso do espaço por meio de satélites e mísseis balísticos intercontinentais, possibilitando a capacidade de condução de operações militares, comerciais ou humanitárias. Este conceito, ainda é definido por Chun (2004) como a exploração do ambiente sobre a superfície da Terra por veículos aeroespaciais ou dispositivos para conduzir operações em suporte aos objetivos nacionais. A Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira, descrita na 1ª Diretriz do Comando da Aeronáutica, DCA 1-1 (BRASIL, 2012a), não diferencia o termo “Poder Aéreo” de “Poder Aeroespacial”, definindo-os de forma semelhante, conforme o entendimento adotado no presente trabalho:

Poder Aeroespacial é a projeção do Poder Nacional que resulta da integração dos recursos de que a Nação dispõe visando à utilização do espaço aéreo e do espaço exterior, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, para conquistar e manter os objetivos nacionais (BRASIL, 2012a, p. 35).

O Poder Aeroespacial desempenha, no cenário contemporâneo das relações entre Estados, um papel decisivo que se estende além da sua aplicação puramente bélica da guerra entre Nações e de conflitos regionais ou intranacionais.

O aproveitamento do Poder Aeroespacial em operações de não-guerra (OOTW – *Operations Other than War*)⁴ mostrou-se de relevante ganho estratégico e diplomático em operações de caráter humanitário e operações de manutenção de paz conforme observado por Hillen (1998), que pontuou aplicações ao longo do espectro das atividades aéreas em que há a possibilidade, ou mesmo a necessidade inequívoca, de emprego do Poder Aeroespacial.

Dentro deste espectro de atividades conduzidas desde situações de paz até as ocorridas em cenários iminentes de guerra, podemos observar que as operações de manutenção de paz (OMP), também conhecidas como missões de paz, se apresentam como aquelas que permitem o preparo e a aplicação efetiva de capacidades de emprego da Força Aérea em um ambiente descrito por DORN

⁴ O conceito de OOTW pode ser traduzido como Operações além das de guerra, porém se consagrou-se na literatura militar brasileira como Operações de não-guerra, conforme Glossário do Ministério da Defesa (BRASIL, 2016) que as descreve como Operações em que as Forças Armadas, embora fazendo uso do Poder Militar, são empregadas em tarefas que não envolvam o combate propriamente dito, exceto em circunstâncias especiais, em que esse poder é usado de forma limitada.

(2014) como adverso e desafiador, poupando-se, entretanto, o custo excessivo de recursos nacionais e das vidas de pilotos, tripulantes e equipes de apoio sob o julgo do fogo inimigo e das incertezas da guerra.

O Estado Brasileiro, como um dos signatários do Pacto de Briand-Kellog⁵ em 1934 e, mais recentemente, da Carta das Nações Unidas⁶ em 1945, conforme observado por Lopes (2009), assume tradicionalmente uma postura conciliadora de ação internacional adotando o princípio da solução pacífica dos conflitos, da autodeterminação dos povos e da não-intervenção (BRASIL, 1988), que entre outros princípios constitucionais das relações internacionais brasileiras, previnem a aplicação ou mesmo limitam o efetivo preparo de capacidades do Poder Aeroespacial relacionadas à projeção estratégica além das fronteiras nacionais em tempos de paz.

A projeção estratégica de poder, de acordo com o documento ostensivo da Força Aérea Brasileira “DCA 11-45, Concepção Estratégica Força Aérea 100” (BRASIL, 2018a), é uma das seis capacidades a serem desenvolvidas pela Força Aérea Brasileira para se adequar aos desafios futuros em consonância com o ordenamento jurídico representado pela Política e Estratégia Nacional de Defesa, pelo Livro Branco da Defesa Nacional e pela própria Constituição da República.

Desta forma, o preparo de unidades aéreas da FAB para o emprego em operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) se apresenta como uma oportunidade de desenvolver capacidades estratégicas do Poder Aeroespacial.

Conforme apontado por Cannabrava (1996), o engajamento brasileiro em operações de paz representa ainda o cumprimento de obrigações internacionais e deve ser entendido pelo prisma dos interesses e objetivos nacionais e da projeção do país no mundo, pois a prática de atividades de cooperação internacional⁷ caracteriza a política externa brasileira como ativa e responsável em busca da estabilidade global.

⁵ O Pacto Briand-Kellogg, também conhecido como Tratado de Renúncia à Guerra ou Pacto de Paris, por conta da cidade onde foi assinado em 27 de agosto de 1928, foi um tratado internacional "estipulando a renúncia à guerra como instrumento de política nacional" a cujo qual o Estado Brasileiro aderiu em 3 de julho de 1934 por meio do decreto nº 24.557 assinado pelo Chefe do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil, Getúlio Dornelles Vargas.

⁶ Esta Carta é o tratado fundamental da Organização das Nações Unidas discutida na Conferência de São Francisco, Estados Unidos e assinada em 24 de outubro de 1945 por 50 dos 51 membros fundadores da Organização, entre os quais figura o Brasil.

⁷ Cooperação internacional é um o ato de ajuda mútua entre dois ou mais Estados cuja finalidade consiste em um objetivo comum de caráter político, cultural, estratégico, econômico ou humanitário.

No atual contexto das missões de paz das Nações Unidas, fatores logísticos e operacionais ainda figuram entre os principais desafios para o seu estabelecimento e desenvolvimento. O Poder Aeroespacial, com algumas de suas características como velocidade, alcance, versatilidade e pronta-resposta, é capaz de potencializar de forma decisiva os esforços necessários à implementação dos mandatos⁸ das operações de manutenção de paz (DORN, 2014).

Segundo Novosseloff (2017), o cumprimento destes mandatos depende do emprego eficiente da capacidade atribuída à aviação.

Os meios aéreos (aeronaves de asa fixa, helicópteros utilitários e de ataque e sistemas aéreos não tripulados) são facilitadores importantes que dão a qualquer operação de paz a mobilidade e agilidade necessárias para interpor-se e prevalecer contra atores hostis. Além das unidades aéreas, os meios aéreos em si também são multiplicadores de força que aprimoram a eficácia das operações. Eles são essenciais para garantir que as forças de paz tenham o apoio e a mobilidade necessários no terreno, para permitir a evacuação de vítimas (CASEVAC) e a evacuação médica (MEDEVAC), coletar informações e tornar as operações de paz suficientemente robustas para deter elementos armados que ameaçam civis e pessoal da ONU. Tudo isso, por sua vez, permite que as missões cumpram seus mandatos, incluindo a proteção de civis, o que não é possível sem a forte capacidade da aviação. (NOVOSSOFF, 2017, p.1, tradução nossa)⁹.

Apesar da notável dependência em relação ao emprego de meios aéreos, a Organização das Nações Unidas não possui aeronaves e tripulantes como parte dos recursos humanos e materiais permanentemente atrelados a si.

Conforme observado nas Normas de Aviação da ONU para Operações de Manutenção de Paz e Operações Humanitárias de Transporte Aéreo (UNITED NATIONS, 2012), o Poder Aeroespacial em operações de paz, normalmente referido como Aviação (*UN Aviation*), é exercido, basicamente, por meio da utilização consentida da infraestrutura aeroportuária e da malha de comunicações e navegação aérea dos países onde são sediadas tais operações, combinada com a atuação de meios aéreos (aeronaves de asas-fixas, de asas-rotativas e

⁸ O Mandato de uma Operação de Paz é o documento que atesta a legitimidade da presença internacional e apresenta as tarefas que a ONU será requerida para executar de acordo com a natureza do conflito e dos desafios apresentados (UNITED NATIONS, 2008, p. 16).

⁹ *Aviation assets (fixed-wing aircraft, utility and attack helicopters, and unmanned aerial systems) are key enablers that give any peace operation the mobility and agility it needs to deter and prevail against hostile actors. Beyond enablers, air assets are also force multipliers that enhance the effectiveness of operations. They are essential to ensure that peacekeepers have the support and mobility they need on the ground, to enable casualty evacuation (CASEVAC) and medical evacuation (MEDEVAC), to gather information, and to make peace operations robust enough to deter armed elements threatening civilians and UN personnel. All of this, in turn, allows missions to implement their mandates, including the protection of civilians, which is not possible without strong aviation capacities.* (NOVOSSOFF, 2017, p.01).

remotamente controladas).

Estes meios aéreos são designados de duas formas possíveis: Seja pela contratação de unidades aéreas comerciais (*Commercial Operators*), seja pelo emprego de unidades aéreas militares (*Military Air Units*) pertencentes ao grupo de países TCC (*Troop Contributing Countries*)¹⁰, dentre eles, o Brasil, que contribuem com suas capacidades específicas por meio do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção de Paz das Nações Unidas (UNPCRS – *United Nations Peacekeeping Capabilities Readiness System*).

O Estado Brasileiro, membro fundador da Organização das Nações Unidas, compartilha em seu regimento legal conceitos, princípios e valores que se mostram presentes em diversos aspectos relacionados ao funcionamento desta Organização e, de acordo com Aguilar (2015, p.124), “a decisão de participar de uma operação de paz é motivada por fatores que vão desde a ajuda humanitária, desprovida de qualquer outra intenção, até a conquista de objetivos políticos”.

Ao longo dos anos de 2018 e 2019 o Brasil manteve a oferta de uma UAe de Helicópteros utilitários Médios¹¹ da FAB do tipo Sikorsky H-60L Black Hawk no sistema de prontidão de capacidades da ONU e adotou para tal o protocolo de preparo¹² que consiste no objeto de estudo deste trabalho científico.

Este protocolo foi aplicado a duas unidades aéreas equipadas exclusivamente com helicópteros H60L: O 5º/8ºGAv (Quinto do Grupo de Aviação) e o 7º/8ºGAv (Sétimo do Oitavo Grupo de Aviação)¹³. Uma vez que, por ocasião da efetivação da proposta de prontidão de capacidades, firmados pelo Brasil junto à ONU, os pilotos, demais tripulantes e equipes de apoio de uma unidade aérea militar brasileira de helicópteros H60L em operações de paz seriam eventualmente oriundos destas organizações militares.

¹⁰ Da totalidade dos 193 (cento e noventa e três) Estados Membros da Organização das Nações Unidas, apenas 121, como o Brasil, são conhecidos como *Troop Contributing Countries* (TCC) e participam diretamente do Sistema de Prontidão de Capacidades conhecido como UNPCRS (*United Nations Peacekeeping Capabilities Readiness System*).

¹¹ A classificação como Helicópteros Utilitários Médios vem do Manual de Unidades Aéreas Militares em Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015, p. 35) em que são estabelecidos parâmetros e requisitos mínimos como peso máximo de decolagem superior a 4.000 Kg, quantidade de pelo menos 18 passageiros equipados, alcance mínimo de 378 milhas náuticas carregado e com equipamentos de rádio-navegação e visão noturna.

¹² O termo “Protocolo de Preparo” nesta pesquisa é o mesmo que a ONU designa como *pre-deployment training program*.

¹³ Duas Unidades Aéreas Militares da Força Aérea Brasileira analisadas na pesquisa são equipadas apenas com aeronaves H60L Black Hawk: 5º/8ºGAv (Quinto do Oitavo Grupo de Aviação) – Santa Maria/RS; 7º/8ºGAv (Sétimo do Oitavo Grupo de Aviação) – Manaus/AM. Outras Unidades, estiveram submetidas ao protocolo de preparo, porém não fazem parte do escopo.

As atividades de preparo de pessoal ocorrem de acordo com as diretrizes do Sistema de Prontidão de Capacidades UNPCRS e, principalmente, com os interesses do Estado Brasileiro em relação à participação de unidades aéreas da FAB em OMP.

Esta pesquisa não aborda uma missão de paz específica, tendo em vista que os requisitos de preparo e prontidão são os mesmos, e independem da operação a que se destina. No entanto, análises prospectivas do Ministério da Defesa apontam para a possibilidade de que a futura atuação de unidades aéreas (UAe) em OMP ocorra na região da África Subsaariana, onde hoje encontramos missões de paz como a MONUSCO, MINUSMA, MINUSCA, UNMISS e UNISFA¹⁴.

Cada uma das cinco operações de paz citadas possui atributos específicos que as diferem pelo contexto político em que se desenvolvem, por suas propriedades geográficas ou mesmo pelos objetivos descritos em seus mandatos, no entanto, todas estas missões apresentam igualmente, uma grande dependência estratégica, operacional e tática das características do Poder Aeroespacial que emanam do preparo de uma unidade aérea militar para operações de paz.

O Poder Aeroespacial possui uma infinidade de aplicações em operações de paz. Sendo assim, esta pesquisa restringe-se à análise do protocolo de preparo adotado pela Força Aérea Brasileira para os pilotos tripulantes e equipes de apoio pertencentes às unidades aéreas equipadas com aeronaves H60L Black Hawk ofertadas durante os anos de 2018 e 2019 para atuar em operações de paz da ONU por meio do sistema UNPCRS. Outras unidades aéreas com seus pilotos e demais tripulantes, preparados em outros períodos diferentes do descrito acima, mesmo que façam parte da atual oferta brasileira ao sistema de prontidão, não são abordadas pelo escopo do trabalho.

O Comando da Aeronáutica é o ente responsável pelo preparo dos recursos humanos de toda e qualquer unidade aérea militar da Força Aérea Brasileira, esta atividade exige grande capacitação técnica além da construção de valores morais e princípios éticos fundamentais e tradicionalmente cultuados pelas Forças Armadas. O adestramento e formação profissional de cada componente de uma unidade aérea

¹⁴ MONUSCO (*Mission de L'Organisation des Nations Unies pour La Stabilisation em DR Congo*), MINUSMA (*United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali*), MINUSCA (*United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic*), UNMISS (*United Nations Mission in South Sudan*) e UNISFA (*United Nations Interim Security Force for Abyei*).

levam em consideração as capacidades, atributos de emprego, missões e tarefas aéreas a serem cumpridas (BRASIL, 2015).

Conforme análise de Dorn (2014), o preparo para operações de paz exige um protocolo complementar à capacitação técnica e profissional desenvolvida pelas Forças Aéreas ao longo do processo de formação de seus efetivos, pois dada a especificidade do propósito a que se destina, este processo demanda a orientação doutrinária baseada nas melhores práticas e lições aprendidas ao longo de décadas de operações de paz, visando capacitar os recursos humanos em vias de compor unidades aéreas militares para atuar em cenários instáveis de diversidade cultural em meio à crise humanitária típicos destas operações.

Ao se tratar do preparo para operações de paz da ONU, deve-se atentar para o aprendizado obtido das experiências passadas, em que, ao se deixar de observar aspectos como diversidade cultural, direitos humanos, proteção de mulheres, entre outros, foram desencadeados fatos que determinaram o comprometimento ou até mesmo a total reversão do progresso obtido em operações de paz.

Conforme apontado por Faganello (2013), tal fenômeno ocorreu nas Missões da Bósnia Herzegovina (UNMIBH 1992-1995), de Ruanda (UNAMIR 1993-1996) e da Somália (UNOSOM II 1992-1993), esta última, marcada principalmente pela elevada capacidade de atuação tática militar das unidades aéreas envolvidas, porém com total despreparo de pilotos e tripulantes para o emprego específico do Poder Aeroespacial em operações de paz como aquela (HIRSCH, 2018).

É possível constatar que o papel da aviação é essencial para o cumprimento dos objetivos das operações de paz, no entanto, este é exercido por meio da projeção do Poder Aeroespacial de países contribuintes da Organização das Nações Unidas como o Brasil.

Existe a necessidade de analisar a vantagem estratégica que levaria o Estado Brasileiro a optar pelo preparo de pilotos, tripulantes e equipes de apoio de unidades aéreas militares para atuar em operações de paz da ONU em detrimento de outras atividades de caráter militar relacionadas à defesa nacional.

Frente a estas assertivas, o autor deparou-se com a inquietação expressada no seguinte problema de pesquisa (PP):

De que forma o preparo de Unidades Aéreas Militares de H60L da FAB para Operações de Paz da ONU contribui para o cumprimento de objetivos nacionais de defesa?

Diante do caráter político-estratégico relacionado à esta questão, foi estabelecido, como objetivo geral, **compreender a relação entre o protocolo de preparo aplicado aos pilotos, tripulantes e equipes de apoio das unidades aéreas de H60L para operações de paz da ONU e os objetivos nacionais de defesa.**

Com a finalidade de produzir uma resposta satisfatória ao problema de pesquisa, e atingir o objetivo geral elencado acima, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

OE1) Definir de que maneira o Poder Aeroespacial contribui para a condução e o cumprimento das operações de paz da ONU, sobretudo nas atividades decorrentes do preparo de unidades aéreas militares de helicópteros como o H60L.

OE2) Identificar quais os fundamentos na Teoria o Poder Aeroespacial e no conceito de cooperação internacional que justificam o preparo de unidades aéreas para operações de paz da ONU considerando os objetivos nacionais de defesa e a base legal relacionada.

OE3) Demonstrar a aplicação do protocolo de preparo voltado para unidades aéreas militares equipadas com a aeronave H60L, a fim de alcançar os requisitos mínimos esperados e o nível de prontidão para atuação em operações de paz da ONU.

OE4) Analisar as etapas e atividades do preparo direcionado aos componentes de Unidades Aéreas de H60L anteriores à sua atuação como agentes de aplicação do Poder Aeroespacial em operações de paz da ONU considerando a seleção de recursos humanos, a complementação doutrinária para operações de paz e a realização de treinamentos táticos e operacionais específicos.

Tendo em vista os objetivos específicos apresentados e aplicando o método de pesquisa descritiva, a seguinte hipótese inicial (H_i) foi formulada: **O preparo de pilotos, tripulantes e equipe de apoio de unidades aéreas de H60L para operações de paz da ONU estabelece uma condição de prontidão operacional, que favorece mutuamente o caráter cooperativo das relações internacionais do país e a exploração do princípio da dissuasão pela capacidade de projeção do Poder Aeroespacial, como uma ação estratégica que contribui para os objetivos nacionais de defesa.**

A relevância do presente trabalho está contida na pretensão de se estabelecer uma relação entre a atividade de preparo de unidades aéreas militares para operações de paz da ONU e os objetivos nacionais de defesa tendo em vista o

arcabouço legal relacionado ao tema e a postura brasileira no cenário internacional.

Vale destacar que uma das motivações para condução deste trabalho diz respeito à condição do autor, por este ser oficial aviador (piloto militar) da Força Aérea Brasileira, ter atuado como Oficial de Operações Aéreas na missão de paz da ONU na República do Sudão do Sul entre os anos de 2015 e de 2016 e por ser membro efetivo do corpo de instrutores do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), desde fevereiro de 2018, designado atualmente como coordenador da Instrução de Preparo de Unidades Aéreas Ofertadas ao Sistema UNPCRS e Chefe da Divisão de Doutrina deste Centro. Apesar do nível de envolvimento com o tema do trabalho, foi adotada toda cautela a fim de se evitar ocorrência de institucionalização da pesquisa.

A estrutura desta dissertação é constituída por seis capítulos.

No primeiro é feita a apresentação dos métodos e ferramentas aplicados à pesquisa, bem como a sua classificação e objetivos.

No segundo capítulo são apresentadas as questões relativas ao conhecimento das operações de manutenção de paz da Organização das Nações Unidas e sua relação com o preparo de unidades aéreas militares, sendo, para tanto, subdividido em três seções. A primeira relata o histórico da participação da Força Aérea Brasileira, a segunda apresenta uma breve explanação sobre o processo de geração da força adotado pelas Nações Unidas, e a terceira exhibe uma definição de como o preparo de unidades aéreas militares para operações de paz relaciona-se com a projeção do Poder Aeroespacial como um elemento de relevante valor estratégico.

O terceiro capítulo versa, de maneira explicativa, a respeito da compreensão do referencial teórico sobre o qual se sustenta este trabalho de pesquisa e está dividido em três partes. Primeiro é feita uma definição dos fundamentos da Teoria do Poder Aeroespacial relacionados a forma como as características da aviação contribuem para a implementação e o funcionamento efetivo das missões de paz. Em seguida examina-se como o preparo de unidades aéreas militares pode ser explicado de acordo com a Teoria da Ciência Política e Relações Internacionais, onde se busca estabelecer o debate teórico entre a Escola Realista Clássica e a Corrente Filosófica Liberal sobre o conceito de cooperação internacional. A terceira seção deste capítulo foca na estrutura legal que ampara o preparo de unidades aéreas militares para operações de paz.

O Preparo de UAe para operações de paz é a temática central do quarto capítulo, em que três seções dedicadas à aplicação de um compêndio de dados e fatos que corroboram para a aceitação da hipótese de que esta atividade de preparo contribui para os objetivos nacionais de defesa. Procura-se mostrar a maneira como ocorre a organização e o funcionamento do sistema de prontidão UNPCRS, a seleção de recursos humanos para operações de paz com base em requisitos exigidos pelo Departamento de Operações de Paz da ONU para a atuação de unidades aéreas militares e a análise do protocolo de treinamento de unidades aéreas adotado pela FAB visando à adequação de seus recursos humanos, aqui representados pelos pilotos, tripulantes e equipes de apoio das unidades aéreas militares equipadas com a aeronave H60L voluntários a participar de OMP.

O capítulo cinco é voltado para a análise das inferências desenvolvidas nos capítulos anteriores por meio do exame da atividade de instrução aplicada às unidades aéreas ofertadas ao Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção de Paz. A primeira seção deste capítulo refere-se à uma breve apresentação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), seguida pelo trabalho de preparo teórico e doutrinário desenvolvido por meio da IPUNAER. A terceira seção destaca as atividades e a condução do Exercício Operacional Tápio, desenvolvido pela Força Aérea Brasileira como forma de promover o treinamento de atividades aéreas típicas do cenário encontrado em operações de paz. Esta pesquisa consolida-se por meio da apresentação e análise dos resultados oriundos das atividades de treinamento e capacitação dos recursos humanos envolvidos.

Por fim, o sexto e último capítulo é dedicado à conclusão a partir da síntese e comparação dos resultados obtidos, com o propósito de levantar assertivas sobre a aceitação da hipótese inicial de que o preparo de pilotos, tripulantes e equipe de apoio de unidades aéreas de H60L para operações de paz da ONU estabelece uma condição de prontidão operacional, que favorece mutuamente o caráter cooperativo das relações internacionais do país e a exploração do princípio da dissuasão pela capacidade de projeção do Poder Aeroespacial, como uma ação estratégica que contribui para os objetivos nacionais de defesa.

São oferecidas sugestões de condução para pesquisas complementares e um panorama de relacionamentos com outros trabalhos cuja combinação seria capaz de gerar resultados profícuos em relação à aplicação do Poder Aeroespacial e ao preparo de unidades aéreas militares para operações de paz.

1 METODOLOGIA

As técnicas e métodos empregados são apresentados neste capítulo, juntamente com a classificação da pesquisa, seus objetivos e os procedimentos adotados para a coleta de dados.

Este trabalho emprega o método de pesquisa descritiva considerando a abordagem hipotética segundo Popper (1975), em que, de acordo com a análise de Wächtershäuser (1995, p.178) a ciência move-se da particularidade para a generalidade impulsionada tanto pela prática experimental quanto pela teoria¹⁵.

Desta forma, a pesquisa foi estruturada em torno da temática particular do preparo de pilotos, tripulantes e equipes de apoio para a composição de uma unidade aérea militar de helicópteros H60L Black Hawk da Força Aérea Brasileira em operações de manutenção de paz da Organização das Nações Unidas, visando a construção do conhecimento geral acerca do caráter estratégico da projeção do Poder Aeroespacial em operações de paz.

A partir de uma breve contextualização, é apresentada a base teórica que sustenta o caráter estratégico do preparo de unidades aéreas militares para operações de paz das Nações Unidas, no intuito de ser posteriormente confrontada com os resultados práticos observados por ocasião do processo de capacitação doutrinária e de treinamento operacional implementado sobre os membros de unidades aéreas de aeronaves H60L Black Hawk.

Com a finalidade de preservar esta pesquisa de questões de restrito cunho militar relacionadas à defesa nacional, os dados sensíveis foram descaracterizados sem perda de significado, atendendo às normas do Manual de Trabalhos Acadêmicos da Universidade da Força Aérea (BRASIL, 2019b).

A partir do problema de pesquisa (PP) representado pela seguinte indagação: **PP:** “De que forma o preparo de unidades aéreas militares de H60L para operações de paz da ONU contribui para o cumprimento de objetivos nacionais de defesa?” foi

¹⁵ Wächtershäuser (1995) elabora uma metáfora para descrever a construção do conhecimento a partir do método hipotético-dedutivo de Popper em que é dito o seguinte: “Eu poderia comparar a visão popperiana da ciência à de uma carruagem com dois cavalos. O cavalo experimental é forte, mas cego. O cavalo teórico pode ver, mas não pode puxar. Somente os dois juntos podem levar a carruagem para frente. E por trás disso, deixa uma pista que testemunha a luta incessante de tentativa e erro” – *“I might liken the Popperian view of science to that of a carriage with two horses. The experimental horse is strong, but blind. The theoretical horse can see, but it cannot pull. Only both together can bring the carriage forward. And behind it leaves a track bearing witness to the incessant struggle of trial and error.”*

apresentada a hipótese Inicial (H_i) considerada como a possível resposta ao problema de pesquisa:

H_i : “O preparo de pilotos, tripulantes e equipe de apoio de unidades aéreas de H60L para operações de paz da ONU estabelece uma condição de prontidão operacional que favorece mutuamente o caráter cooperativo das relações internacionais do país e a exploração do princípio da dissuasão pela capacidade de projeção do Poder Aeroespacial, como uma ação estratégica que contribui para os objetivos nacionais de defesa”.

Diante destes elementos, foi realizada a investigação da premissa de que o preparo de recursos humanos para operações de paz oferece a oportunidade de desenvolvimento de capacidades estratégicas expressas em documentos como a Política e Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2020), o Livro Branco da Defesa Nacional (BRASIL, 2012b) e a própria Constituição Federal (BRASIL, 1988).

1.1 Classificação e Objetivo Geral

Quanto aos objetivos, segundo Gil (2002, p. 42), esta é uma pesquisa descritiva, pois visa descrever um fenômeno e estabelecer relações entre a variável dependente e a variável independente.

A variável independente é representada pelo preparo dos pilotos, tripulantes e equipes de apoio de unidades aéreas militares de H60L da FAB para operações de manutenção de paz da Organização das Nações Unidas.

A variável dependente consiste nos preceitos da Estratégia Nacional de Defesa e da estrutura legal que abrange os interesses estratégicos brasileiros.

Em relação à abordagem, a pesquisa é classificada como qualitativa, uma vez que a análise das informações coletadas provém tanto da verificação crítica e subjetiva da valoração dos fenômenos observados, quanto do resultado da tabulação e análise estatística dos dados obtidos.

O delineamento e os métodos aplicados visam analisar dados oriundos de relatórios técnicos, manuais da ONU, documentos da Força Aérea e literatura especializada relativa ao processo de preparo de unidades aéreas militares para operações de paz, logo, quanto aos procedimentos, esta pesquisa classifica-se como documental e bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2010 p.157).

Quanto à finalidade, o trabalho classifica-se como uma pesquisa básica estratégica, uma vez que esta tem o interesse de avançar no desenvolvimento da

ciência aeroespacial e das relações internacionais, inserindo-se num contexto mais amplo e fornecendo as bases para a exploração de novas pesquisas.

Este trabalho se enquadra na área de concentração do Poder Aeroespacial e pensamento político estratégico contemporâneo, pois abrange estudos de ciências políticas e relações internacionais que permitem analisar, interpretar e compreender fatores domésticos e externos capazes de influenciar o preparo e o emprego do Poder Aeroespacial Brasileiro.

A linha de pesquisa adotada refere-se à relação entre estados, pensamento estratégico contemporâneo e Poder Aeroespacial.

O foco das análises recai sobre a maneira como a relação entre Estados afeta a vertente estratégica contida no preparo de unidades aéreas para operações de manutenção de paz como ferramenta de projeção estratégica do Poder Aeroespacial Brasileiro.

A pesquisa ambicionou atingir o núcleo temático relativo ao pensamento estratégico militar contemporâneo.

O trabalho de análise do preparo de unidades aéreas militares, visando a projeção do Poder Aeroespacial, está marcado pelos impactos no poder militar¹⁶ causados pelas mudanças políticas, econômicas e sociais do cenário internacional observadas no contexto de uma missão de paz.

Com a finalidade de esclarecer e buscar gradativamente resultados capazes de confirmar ou refutar a hipótese inicial, foram elaborados quatro objetivos específicos a serem abordados em cada um dos capítulos seguintes.

Estes objetivos específicos possibilitam consequentemente atingir o objetivo geral de compreender a relação entre o protocolo de preparo aplicado aos pilotos, tripulantes e equipes de apoio das unidades aéreas de H60L para operações de paz da ONU e os objetivos nacionais de defesa.

1.2 Objetivos Específicos e Procedimentos de Análise

Os procedimentos de análise e as ferramentas de pesquisa empregadas foram dispostos de maneira gradativa quanto ao domínio cognitivo de percepção de

¹⁶ O Poder Militar pode ser definido como a expressão do Poder Nacional constituída de meios predominantemente militares de que dispõe a Nação para, sob a direção do Estado, promover, pela dissuasão ou pela violência, a conquista ou manutenção dos objetivos nacionais (BRASIL, 2016).

cada um dos objetivos específicos propostos, de acordo com a estrutura e taxonomia recomendadas por Ferraz e Belhot (2010).

Para atingir o primeiro objetivo específico (OE1), e definir de que maneira o Poder Aeroespacial contribui para a condução e o cumprimento das operações de paz da ONU, sobretudo nas atividades desempenhadas por unidades aéreas militares de helicópteros como o H60L, foram empregadas múltiplas técnicas de pesquisa.

Foram empregadas a documentação indireta evidenciada pela pesquisa de legislação, documentos e manuais, bem como a pesquisa bibliográfica a partir do relato de artigos acadêmicos e obras literárias especializadas conforme apontado por Marconi e Lakatos (2010).

O atendimento ao segundo objetivo específico (OE2) decorre da identificação dos fundamentos na Teoria do Poder Aeroespacial e do conceito de cooperação internacional que justificam o preparo de unidades aéreas para operações de paz da ONU considerando os objetivos nacionais de defesa e a base legal relacionada.

Desta maneira, fez-se necessária a revisão bibliográfica apoiada nestas três vertentes que sustentam a argumentação de que o preparo de unidades aéreas militares para operações de paz constitui uma ação estratégica de defesa.

O cumprimento do terceiro objetivo específico (OE3) consiste em demonstrar a aplicação do protocolo de preparo voltado para unidades aéreas militares equipadas com a aeronave H60L, a fim de alcançar os requisitos estipulados e o nível de prontidão desejado para atuação em operações de paz da ONU.

Desta forma, é aplicada a pesquisa documental no sentido de interpretar as informações relacionadas à finalidade de se preparar unidades aéreas militares para operações de paz que dão origem ao sistema UNPCRS, ao processo de seleção de recursos humanos e ao protocolo de treinamento de unidades aéreas para operações de paz da ONU.

O quarto objetivo específico (OE4) é alcançado a partir da análise das etapas e atividades do preparo direcionado aos componentes unidades aéreas de H60L anteriores à sua atuação como agentes de aplicação do Poder Aeroespacial em operações de paz da ONU considerando a complementação doutrinária e a realização de treinamentos táticos e operacionais específicos.

1.3 Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de informações acerca das operações de paz em curso, bem como os dados estatísticos de operações passadas, foi obtida do Repositório de Documentos das Nações Unidas (*Dag Hammarskjöld Repository*), cujo acesso é livre e seu conteúdo é de caráter ostensivo. Da mesma forma, foram coletados dados provenientes do Serviço Integrado de Treinamento nas Nações Unidas (ITS)¹⁷ e da Biblioteca Virtual do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

Grande parte das informações documentais apresentadas foi extraída de fontes primárias como relatórios, textos legais e manuais, no entanto obedecendo ao caráter predominantemente bibliográfico da pesquisa, cabe ressaltar a importância de outras fontes e análises que enriquecem a abordagem qualitativa proposta pelo autor.

Neste sentido, contribuíram as análises de Hirsch (2018), Novosseloff (2017), Dorn (2014), Hillen (1998), Corum (1996) e Tubbs (1995) ao tratar sobre temas relacionados ao preparo e emprego da aviação em operações de paz e, mais especificamente, vale destacar trabalhos realizados por Gonçalves (2016), Silva (2015) e Colnago (2005) que apresentam inferências sobre o preparo da Força Aérea Brasileira para atuação em operações de paz da ONU.

A maior parte dos dados históricos relacionados ao desenvolvimento do Poder Aeroespacial leva em consideração a abordagem da Diretriz 1-1 do Comando da Aeronáutica (BRASIL, 2012a), bem como as indicações apontadas pelo Guia de Estudos sobre o Poder Aéreo elegantemente organizado por Rosa (2014) e a análise de Jasper (2018) sobre o caráter estratégico do Poder Aeroespacial, delineado a partir da produção de notáveis pensadores como Douhet (1988), Mitchell (2006) e Seversky (1943).

Da mesma forma, a análise filosófica e valorativa do antagonismo epistemológico e do equilíbrio colaborativo entre as Teorias Realista e Liberal frente à temática das operações de paz e do conceito de cooperação internacional são provenientes de livros, artigos acadêmicos e pesquisas institucionais apresentados

¹⁷ ITS (*Integrated Training Service*) é o Serviço prestado pelo Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas para a normatização e padronização dos protocolos de treinamento a serem aplicados pelos Estados Membros no processo de capacitação de seus recursos humanos para atuar em operações de paz.

no terceiro capítulo deste trabalho que se consolida pelas análises de Wight (2002) e Bull (2002), nos preceitos da Escola Inglesa das Relações Internacionais.

Neste sentido se destacam as apreciações comparativas dentro do escopo internacionalista e da ciência política levantadas por Nye (2009), Belamy (2004), Islam (2004) e Neack (1995), cabendo observar a postura adotada pelo Brasil apresentada nos trabalhos de Andrade, Hamann e Soares (2019), Müller e Steinke (2018), Aguilar (2015), Kenkel (2011), Fontoura (2009) e Alsina-Júnior (2009).

O direito internacional humanitário, sob a análise de Carr (2001) e Philippini (2017), fornece o subsídio necessário para estabelecer uma relação colaborativa entre as teorias Realista e Liberal no que tange ao preparo e ao posterior emprego de meios aéreos em operações de paz.

A relação entre o preparo de unidades aéreas militares e o caráter estratégico da projeção do Poder Aeroespacial é estabelecida sob as definições regimentais da Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2020) e da Doutrina Militar Aeroespacial, conforme a análise conceitual oferecida por Mesquita (2019).

Elementos como os requisitos mínimos estabelecidos para atuação de tripulantes de H60L em operações de manutenção de paz bem como a descrição das capacidades de desempenho exigidas são derivadas do Manual de Unidades Aéreas Militares em Operações de Manutenção de Paz da ONU (UNITED NATIONS, 2015) e do Manual de Aviação das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2018a).

Os dados históricos referentes ao preparo e emprego de meios aéreos em operações de paz no período de 2016 a 2019 foram obtidos a partir das pesquisas do *International Peace Institute* (IPI) explorados por Novosseloff (2017), do banco de dados do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) e do Departamento de Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (UNDPO).

Os dados de análises subjetivas das melhores práticas e lições aprendidas a partir da avaliação das atuações de unidades aéreas militares em operações de paz da ONU são provenientes do livro *Air Power in UN Operations – Wings for Peace*¹⁸, trabalho de Walter Dorn (2014) que, em conjunto com os manuais, guias, políticas e resoluções emitidas pelas Nações Unidas, é utilizado como referência às possíveis

¹⁸ (DORN, 2014) O Poder Aéreo em Operações de ONU – Asas para a Paz (tradução nossa). Trata-se de uma obra que reúne relatos de momentos em que o Poder Aeroespacial apresentou significativa relevância na condução e atendimento dos objetivos de diversas operações de paz.

aplicações requeridas ao contingente de uma unidade aérea militar equipada com aeronaves H60L Black Hawk em virtude da possibilidade de emprego do Poder Aeroespacial nacional em operações de manutenção de paz.

A análise do preparo teórico e doutrinário para operações de paz advém da observação participante, conforme proposto por Marconi e Lakatos (2010), realizado por meio das interações desenvolvidas pelo Centro Conjunto de Operações de Paz na aplicação da Instrução de Preparo de Unidades Aéreas Ofertadas ao Sistema UNPCRS (IPUNAER)¹⁹.

Esta Instrução foi ministrada nos anos de 2018 e 2019 nas cidades de Santa Maria - RS, Manaus - AM e Campo Grande - MS pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil por meio da atuação de uma equipe móvel de treinamento.

O conteúdo desta atividade de instrução refere-se à aplicação do protocolo recomendado pelas Nações Unidas e constantes no CPTM – *Core Predeployment Training Materials* (UNITED NATIONS, 2017) e no MAU STM – *Military Air Unit Specialized Training Materials* (UNITED NATIONS, 2018b).

A análise a respeito dos atributos desenvolvidos em exercícios de treinamento para operações de paz é feita a partir da inferência dedutiva das respostas obtidas por meio de entrevista.

Esta entrevista foi realizada com um oficial experiente responsável pela capacitação operacional e doutrinária dos membros das unidades aéreas de helicópteros H60L da FAB.

Ainda foram coletados dados por meio da observação não-participante do Exercício Operacional Tápio realizado na cidade de Campo Grande em 2018 e 2019 com a finalidade de simular e treinar missões típicas do cenário de operações de paz.

Já os dados referentes às marcas operacionais em termos de horas voadas, qualificações operacionais, e demais dados que se mostraram relevantes ao longo do processo de pesquisa acerca dos pilotos e demais tripulantes foram obtidos através de contato direto com as unidades aéreas (UAe), com o Comando de

¹⁹ IPUNAER – Instrução de Preparo para Unidades Aéreas Ofertadas ao Sistema UNPCRS que é abordada de forma detalhada na seção 4.3 e 5.2 deste trabalho.

Preparo (COMPREP)²⁰, com o Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE)²¹ e/ou com o Estado-Maior da Aeronáutica de acordo com o nível das informações necessárias.

O universo amostral é formado por militares da FAB, necessariamente voluntários a participar de operações de paz, componentes do 5º/8ºGAV e do 7º/8ºGAV, sendo estas as duas unidades aéreas da FAB equipadas exclusivamente com a aeronave H60L Black Hawk.

Estes pilotos, tripulantes e equipes de apoio estiveram submetidos ao protocolo de preparo para operações de paz, que é o objeto desta pesquisa, nos anos de 2018 e 2019.

Os dados levantados foram tabulados com a finalidade de se produzir conhecimento capaz de evidenciar a relação entre o protocolo de preparo aplicado às unidades aéreas militares de H60L da Força Aérea Brasileira para atuação em operações de manutenção de paz da Organização das Nações Unidas e os objetivos nacionais de defesa.

Foi empregado como critério a associação dos resultados obtidos aos fatores requeridos pelo Manual de Unidades Aéreas Militares em Operações de Manutenção de Paz da ONU (UNITED NATIONS, 2015) a fim de verificar o grau de adequação da atividade de preparo dos recursos humanos com as normas em vigor.

Uma vez que qualquer atividade de preparo encontra sua maior justificativa no propósito para o qual ela se desenvolve, torna-se imperativo iniciar a pesquisa pelo conhecimento da relação estabelecida entre o Poder Aeroespacial e as operações de paz das Nações Unidas.

²⁰ COMPREP – Comando de Preparo. É o Órgão do Comando da Aeronáutica responsável pela capacitação profissional, treinamento e manutenção operacional dos recursos humanos que atuam na expressão militar do Poder Aeroespacial Brasileiro dentro da esfera de competência da Força Aérea.

²¹ COMAE – Comando de Operações Aeroespaciais. É o Comando Conjunto permanentemente ativado cuja missão consiste em planejar e coordenar atividades de emprego do Poder Aeroespacial em defesa da soberania e dos objetivos nacionais.

2 O PODER AEROESPACIAL E AS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU

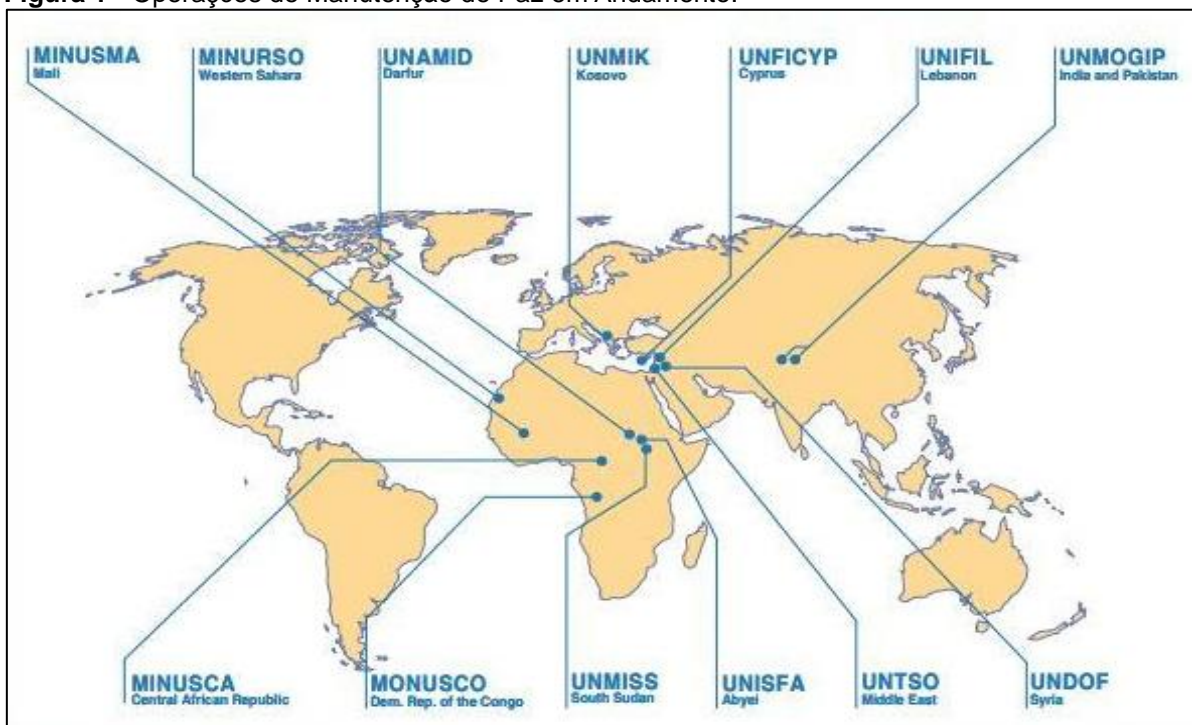
Ao tratar de operações de manutenção de paz da Organização das Nações Unidas, é comum associar este tipo de atividade à atuação de militares no terreno com tropas de infantaria realizando manobras táticas como patrulhas ou escoltas.

No entanto, conforme observado por Dorn (2014), a aviação está presente e oferece capacidades essenciais para a condução destas operações.

A maioria das pessoas pensa em manutenção de paz em termos de operações terrestres realizadas por soldados. De fato, a manutenção de paz evoluiu consideravelmente além das duas dimensões do espaço para cobrir também a terceira: o espaço aéreo. Os *peacekeepers* do ar também têm uma história que vale a pena ser contada. Como na guerra convencional, a campanha aérea é um complemento vital da campanha terrestre; os dois estão intrinsecamente ligados²² (DORN, 2014 p.25, tradução nossa).

Existem em curso atualmente treze operações de manutenção de paz planejadas e coordenadas pela Organização das Nações Unidas (Figura 1).

Figura 1 - Operações de Manutenção de Paz em Andamento.



Fonte: UNITED NATIONS, 2019.

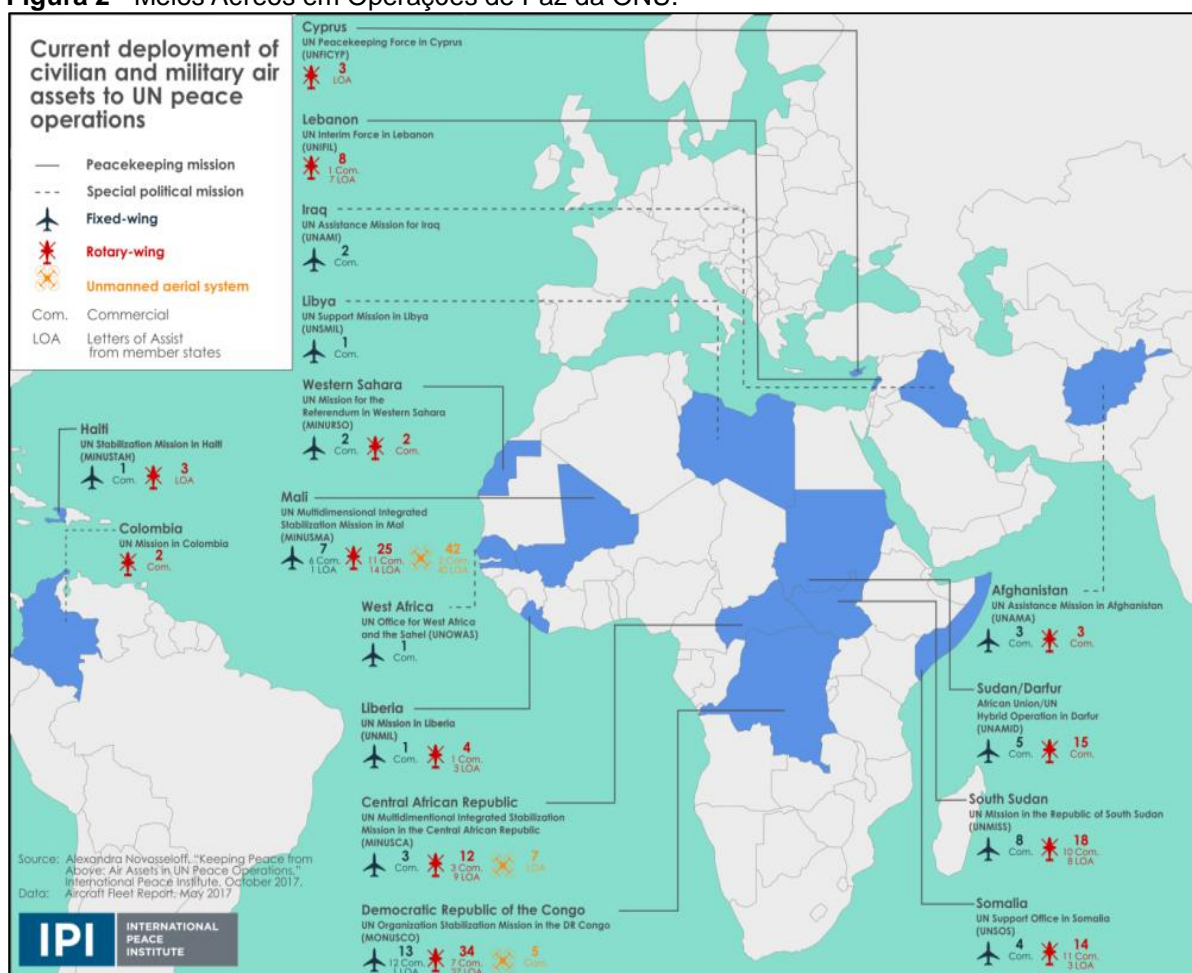
As treze operações de manutenção de paz ocorrendo no ano de 2020 são: MINUSMA - Mali, MINURSO - Saara Ocidental, UNAMID - Darfur, UNMINK-Kosovo,

²² Most people think of peacekeeping in terms of ground operations performed by soldiers. In fact, peacekeeping has evolved considerably beyond the two dimensions of space to cover the third as well: airspace. The peacekeepers of the air also have a story worth telling. As in conventional warfare, the air campaign is a vital adjunct to the ground campaign; the two are intrinsically bound together. But the air power story in peacekeeping has hardly been told. (DORN, 2014).

UNFICYP - Chipre, UNIFIL - Líbano, UNMOGIP-Índia / Paquistão, MINUSCA - Rep. Centro Africana, MONUSCO - Rep. Democrática do Congo, UNMISS - Sudão do Sul, UNISFA - Abyei, UNTSO - Oriente Médio e UNDOF – Síria / Israel.

Todas as OMP contam com o suporte de meios aéreos (Figura 2), sobretudo, de unidades aéreas militares de helicópteros utilitários médios como o H60L (Foto 1), para a consecução de seus mandatos, dada a sua capacidade de cumprir diversos tipos de missão e a baixa dependência da infraestrutura operacional dos países em que estes meios são desdobrados, conforme observado por Novosseloff (2017).

Figura 2 - Meios Aéreos em Operações de Paz da ONU.



Fonte: NOVOSSELOFF, 2017.

Desta forma, a aviação está presente nas operações de paz como o elemento capaz de garantir robustez e eficácia para atingir os objetivos do mandato.

O termo “operações de paz” representa um conceito que evoluiu significativamente nas últimas décadas, por apresentar uma natureza adaptativa, que varia de acordo com as necessidades da humanidade e com os interesses

político-estratégicos dos Estados. O mesmo pode ser dito a respeito do Poder Aeroespacial.

Foto 1 - Helicóptero Utilitário Médio H60 Black Hawk em Operação de Paz.



Fonte: United States, 1994.

Conforme observado por Rosa (2014), o Poder Aéreo, ou Poder Aeroespacial encontra aplicações em um amplo espectro de possibilidades, sendo uma delas a atuação em operações humanitárias sob o mandato de organismos internacionais, como é o caso das operações de paz da Organização das Nações Unidas.

Tendo em vista que as operações de paz, em sua totalidade, se desenvolvem em países e territórios cuja malha logística e a situação de segurança impedem o transporte de pessoas e carga pelo modal terrestre, o emprego de aeronaves, sobretudo helicópteros, apresenta-se como a via natural para o alcance dos objetivos.

Há, entretanto, diversas outras aplicações do Poder Aeroespacial em operações de paz, tais como reconhecimento, patrulha, evacuação de feridos, escolta e ataque. Desta forma, a aviação tem se mostrado cada vez mais importante e presente nos mandatos das operações em curso (DORN, 2014).

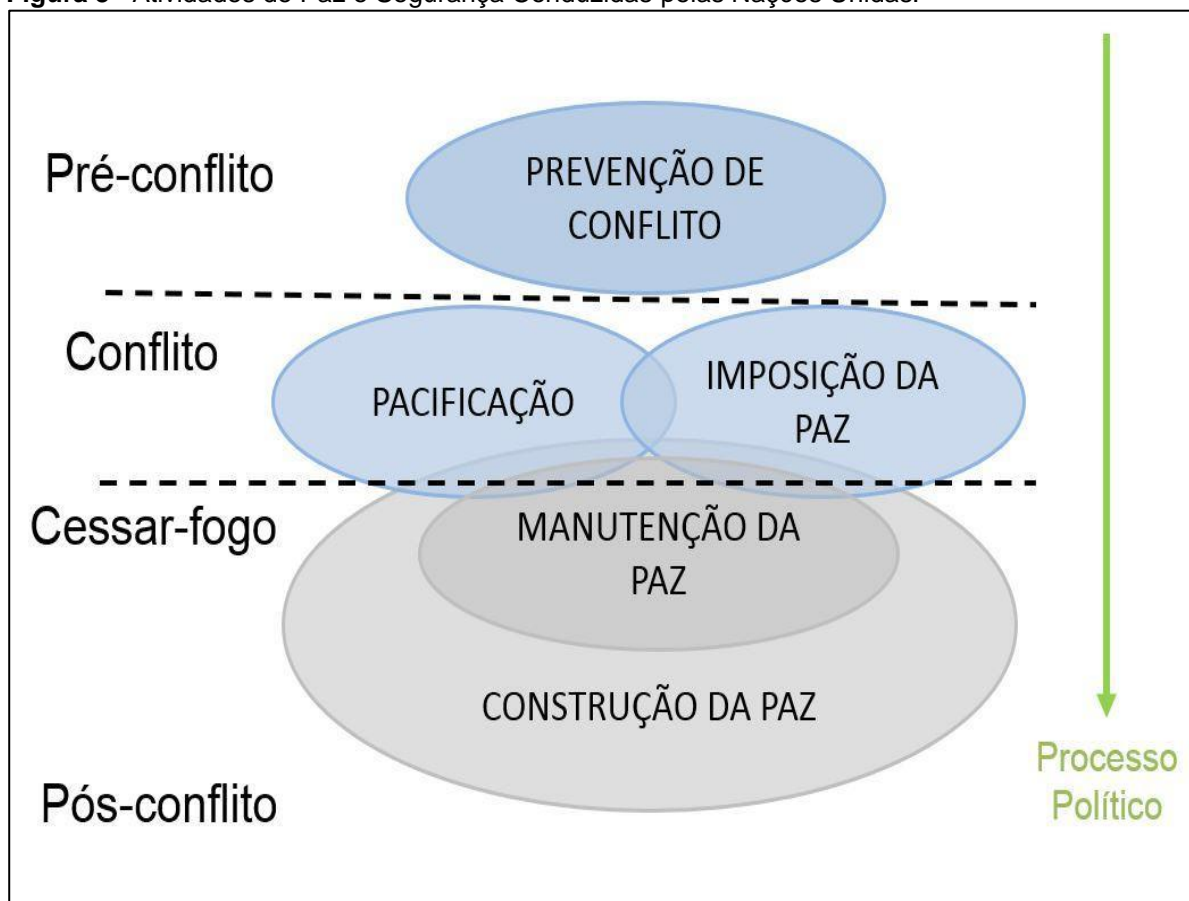
As operações de paz da ONU englobam basicamente cinco atividades de paz e segurança²³, conhecidas como prevenção de conflito, imposição da paz,

²³ As cinco atividades de paz e segurança apontadas pelo Departamento de Operações de Paz da ONU são *Conflict-prevention*, *Peacemaking*, *Peace-enforcement*, *Peacekeeping* e *Peacebuilding* que em livre tradução para o português significaria respectivamente prevenção de conflito, pacificação, imposição da paz, manutenção de paz e construção de paz. Referências aos termos *Peacekeeping*, *Conflict-prevention* e *Peacebuilding* também são encontrados na literatura especializada, respectivamente, como manutenção da paz, diplomacia preventiva e consolidação da paz.

pacificação, manutenção de paz e construção da paz (Figura 3).

Essas operações consistem em atividades conduzidas sob a égide das Nações Unidas, executadas atualmente como instrumento da comunidade internacional para a solução de controvérsias a fim de evitar que ocorram conflitos degradantes para a humanidade, como aqueles observados ao longo do século XX (TUBBS, 1995).

Figura 3 - Atividades de Paz e Segurança Conduzidas pelas Nações Unidas.



Fonte: Adaptado de UNITED NATIONS (2017) - *Core Predeployment Training Materials*.

O Poder Aeroespacial mostra-se presente em todas as atividades de paz e segurança conduzidas pelas Nações Unidas, assumindo possibilidades de atuação ao longo do processo político: Antes, durante e após situações de conflito. No entanto, cabe ressaltar que o presente trabalho se refere ao preparo de unidades aéreas militares de H60L da FAB para a atividade de manutenção de paz.

O papel da aviação em operações de paz das Nações Unidas é desempenhado através da projeção do Poder Aeroespacial dos Estados Membros (UNITED NATIONS, 2012), que, como o Brasil, podem contribuir com unidades aéreas e pessoal capacitado para desempenhar tarefas em suporte aos mandatos de cada operação.

Hillen (1998) realizou o levantamento das aplicações do Poder Aeroespacial ao longo do espectro das situações de paz até as de guerra (Figura 4), tendo em vista a possibilidade de emprego das capacidades da aviação para o cumprimento das atividades de paz e segurança conduzidas pelas Nações Unidas.

Figura 4 - Aplicações do Poder Aeroespacial pelo Espectro da Paz e da Guerra.



Fonte: Adaptado de Hillen (1998).

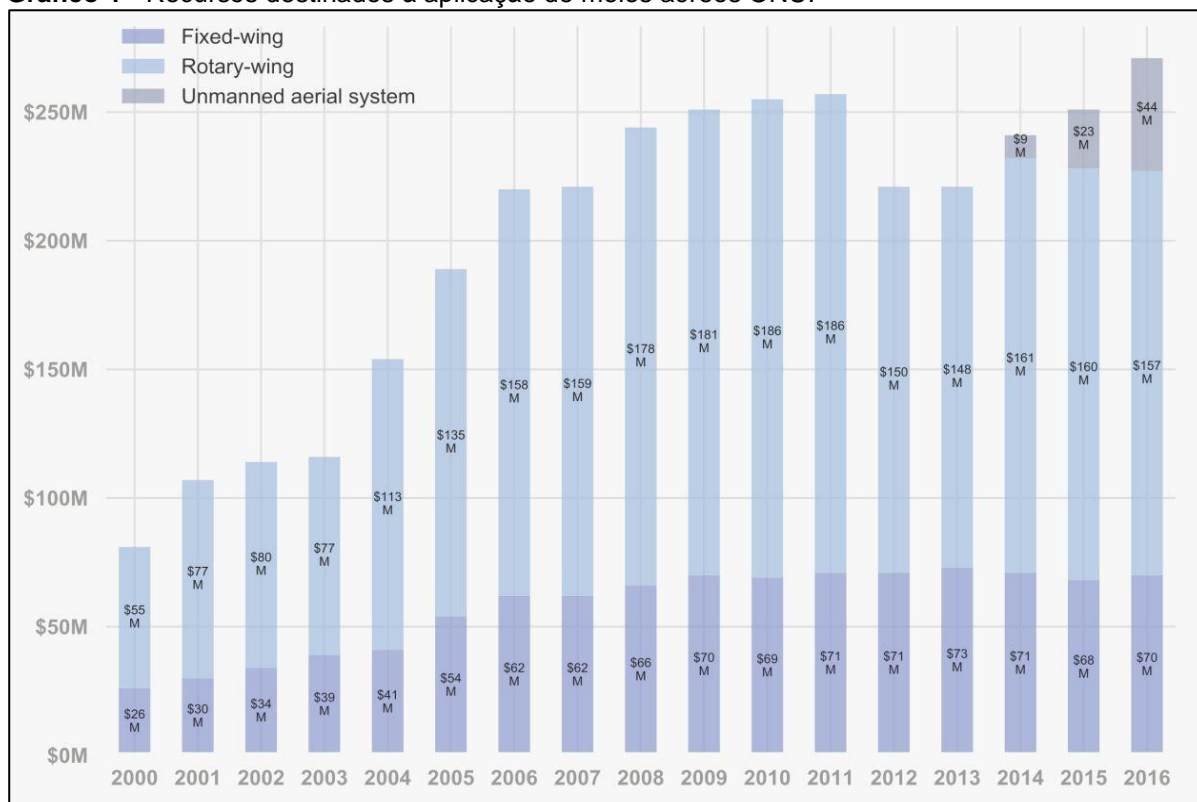
Desta forma, é possível constatar a importância do preparo de unidades aéreas militares para operações de paz como o elemento fundamental da aplicação do Poder Aeroespacial em prol da paz a partir da atuação em operações de não guerra (OOTW) dentro do espectro proposto por Hillen (1998).

A ONU vem aumentando significativamente suas atividades aéreas, em especial, no que diz respeito às operações de paz e ao apoio humanitário, tendo destinado à aviação parcelas crescentes de seu orçamento desde o ano 2000, conforme observado por Novosseloff (2017).

A ONU conta com o apoio de helicópteros em todas as operações de paz conduzindo atividades essenciais para seus mandatos. No entanto, existe atualmente uma expressiva demanda não atendida por unidades militares de helicópteros utilitários (UNITED NATIONS, 2020a).

O protagonismo da aviação de asas-rotativas como vetor eficaz reflete-se no montante orçamentário destinado ao seu emprego nas operações de paz em comparação com aquele destinado à aviação de asas-fixas e sistemas remotamente pilotados.

Gráfico 1 - Recursos destinados à aplicação de meios aéreos ONU.



Fonte: Novosseloff (2017).

Conforme apontado por Novosseloff (2017), o orçamento da ONU destinado para aviação em 2016 foi de cerca de 750 milhões de dólares para garantir a operação de 132 helicópteros, 58 aviões e 18 aeronaves remotamente pilotadas em 16 diferentes países.

A magnitude de recursos investidos pela Organização das Nações Unidas no preparo e emprego da aviação em operações de paz é crescente e a parcela atribuída aos helicópteros mostrou-se significativa, entre os anos de 2000 e 2016 (Gráfico 1). Este fato ocorre tanto como resultado do processo de reforma das operações de paz²⁴ registrado por Durke *et al.* (2003), quanto pela importância assumida pelos efeitos da aplicação do Poder Aeroespacial.

²⁴ A reforma das operações de paz foi um processo iniciado em 2000 após a publicação do Relatório Brahimi (UNITED NATIONS, 2000) com o objetivo de corrigir falhas sistêmicas da ONU observadas ao longo da década de 90 (DURKE *et al.*, 2003).

As atividades de preparo agem como forma de fortalecer o caráter cooperativo e humanitário destas operações paralelamente ao estabelecimento de interesses estratégicos e diplomáticos dos Estados Membros da ONU.

O Poder Aeroespacial e as operações de paz das Nações Unidas possuem uma relação antiga e certamente longa, sobretudo no que se refere ao preparo de unidades de helicópteros. Esta relação está marcada tanto na história das operações de paz quanto nos primeiros registros da aviação de asas-rotativas da Força Aérea Brasileira.

2.1 Histórico da Participação da FAB em Operações de Paz

Em 1947 foi lançado o “embrião” do que seriam as operações de paz da ONU, quando uma equipe internacional foi enviada aos Balcãs na missão conhecida como UNSCOB (*United Nations Special Committee on the Balkans*), onde o Brasil esteve presente por meio da participação de diplomatas e três militares²⁵ com a tarefa de monitorar o cessar fogo e a aceitação do acordo de paz entre Grécia e Iugoslávia (FONTOURA, 2009). Esta foi a primeira participação do Brasil e da Força Aérea em missões de paz.

Aquele modelo foi repetido de maneira mais estruturada um ano depois, por meio da 50ª Resolução do Conselho de Segurança da ONU para o estabelecimento da Organização de Supervisão da Trégua na Palestina (*United Nations Truce Supervision Organization* - UNTSO).

Este evento configurou a primeira operação de manutenção de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 1948) nos moldes das operações que estão em curso atualmente.

Desde lá, o Brasil participou de 51 (cinquenta e uma) operações de paz e missões políticas especiais comandadas pela ONU, com o emprego de observadores militares, especialistas, policiais, contingentes armados, meios aéreos, terrestres e navais (AGUILAR, 2015), totalizando aproximadamente 55.000 (cinquenta e cinco mil) componentes das Forças Armadas e Forças Auxiliares.

²⁵ Os militares brasileiros presentes na Missão de Paz UNSCOB foram o Capitão-tenente John Anderson Munro, o Capitão Hervé Berlandez Pedrosa e o Capitão-Aviador João Camarão Telles Ribeiro, respectivamente, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Estavam presentes os diplomatas Vasco Leitão da Cunha e Silvio Rangel de Castro (BITTENCOURT, 2009).

Desta forma, a partir de consulta à diversas fontes, é possível verificar a relevante presença do Estado Brasileiro nas operações de paz da ONU (Quadro 1).

Quadro 1 - Participação Brasileira em Operações de Paz da ONU até fevereiro de 2020.

PERÍODO	MISSÃO	LOCAL	CONTRIBUIÇÕES COM RECURSOS HUMANOS			
			MB	EB	FAB	F.Aux.
1948 - 49	UNSCOB	Grécia	1	1	1	0
1957 – 67	UNEF I	Sinai e Faixa de Gaza	0	6300	0	0
1960 – 64	ONUC	Congo	0	0	179	0
1962 – 62	UNSF	Nova-Guiné	0	2	0	0
1965 a 66	DOMREP	República Dominicana	0	1	0	0
1965 a 66	UNIPOM	Índia e Paquistão	2	6	2	0
1989 a 91	UNAVEM – I	Angola	2	14	0	0
1990 a 92	ONUCA	América Central	16	18	0	0
1991 a 95	UNAVEM – II	Angola	5	72	0	39
1991 a 95	ONUSAL	El Salvador	3	48	12	16
1992 a 95	UNPROFOR	Ex-Iugoslávia	37	47	24	17
1993 a 04	ONUMoz	Moçambique	7	207	2	67
1993 a 94	UNOMUR	Uganda e Ruanda	3	7	3	0
1993 a 93	UNOMIL	Libéria	0	3	0	0
1994 a 00	MINUGUA	Guatemala	0	40	3	41
1995...	UNFICYP	Chipre	0	59	0	0
1995 a 96	UNCRO	Croácia	0	2	0	0
1995 a 99	UNPREDEP	Macedônia	0	5	3	0
1995 a 97	UNAVEM – III	Angola	760	3395	18	32
1996 a 98	UNTAES	Eslavônia Oriental	3	6	5	0
1996 a 02	UNMOP	Península de Prevlaka	1	4	5	0

(continua)

(continuação)						
PERÍODO	MISSÃO	LOCAL	CONTRIBUIÇÕES COM RECURSOS HUMANOS			
			MB	EB	FAB	F.Aux.
1997 a 99	MONUA	Angola	50	12	3	16
1997 a 98	UNSCOM	Iraque	0	6	0	0
1999 a 00	UNAMET	Timor Leste	1	4	0	0
1999 a 99	INTERFET	Timor Leste	0	51	0	0
1999 a 02	UNTAET	Timor Leste	0	378	0	25
2002 a 03	UNMA	Angola	0	3	0	0
2002 a 05	UNMISSET	Timor Leste	10	478	2	12
2003 a 04	MINUCI	Costa do Marfim	1	3	0	0
2003 a 09	UNMIK	Kosovo	0	0	0	11
2004 a 17	UNOCI	Costa do Marfim	23	63	12	0
2004 a 17	MINUSTAH	Haiti	6335	30553	438	52
2004...	UNIOGBIS	Guiné-Bissau	0	9	1	11
2004 a 18	UNMIL	Libéria	5	25	9	0
2005 a 11	UNMIS	Sudão	8	129	11	12
2005 a 06	UNOTIL	Timor Leste	1	1	0	3
2005 a 12	UNMIT	Timor Leste	9	8	6	49
2006 a 08	UNMEE	Eritreia – Etiópia	1	10	4	0
2007 a 11	UNOWA	Senegal	0	2	0	0
2007 a 10	UNMIN	Nepal	12	12	2	0
2007...	MINURSO	Saara Ocidental	20	76	23	0
2008 a 10	MINURCAT	Chade e RCA	2	4	1	0
2011...	UNIFIL	Líbano	3989	70	0	0
2011...	UNMISS	Sudão do Sul	7	63	15	32

(continua)

(continuação)

PERÍODO	MISSÃO	LOCAL	CONTRIBUIÇÕES COM RECURSOS HUMANOS			
			MB	EB	FAB	F.Aux.
2011...	UNISFA	Abyei	7	8	7	0
2012 a 12	UNSMIS	Síria	3	5	3	0
2013...	MONUSCO	Rep. Dem. do Congo	2	46	1	0
2014...	MINUSCA	Rep. Centro Africana	8	35	6	1
2017...	UNAMID	Sudão	2	5	1	8
2017 a 18	MINUJUSTH	Haiti	0	0	0	1
2019...	UNMHA	Yemen	1	0	0	0
Subtotal por Força			11337	42296	802	445
Total			54880 ²⁶			

Fonte: o autor a partir de informações do Ministério da Defesa e acervo do CCOPAB.

As informações contidas no Quadro 1 são provenientes de consulta ao Ministério da Defesa e da conferência de documentos, fotografias, artigos e matérias jornalísticas presentes no acervo do CCOPAB, confirmados por meio das pesquisas de Fontoura (2009), Aguilar (2015) e Hamann e Mir (2019), que demonstram a presença histórica do Brasil como importante contribuinte das operações de paz.

Ao observar o padrão das participações brasileiras em operações de paz das Nações Unidas, é possível inferir que todas as vezes em que o país contribuiu com unidades militares formadas (Batalhões, Companhias, Unidades Aéreas e Embarcações) coincidiram com os momentos em que o Brasil ocupou vaga rotativa²⁷ no Conselho de Segurança daquela organização.

Da mesma forma, nota-se que há uma lacuna de 20 (vinte) anos sem a participação brasileira em OMP das Nações Unidas entre 1968 e 1988. Exatamente

²⁶ Cabe destacar que este quantitativo se refere apenas às operações realizadas sob a égide da Organização das Nações Unidas, desta forma não são consideradas cerca de 4.000 outras participações individuais ou de tropa em operações de paz ocorridas no âmbito operacional de outras organizações internacionais.

²⁷ As vagas rotativas são ocupadas por dois anos mediante votação entre os Estados Membros. O Brasil é o país Latino Americanos que por mais vezes as ocupou, tendo sido eleito em 1946, 1951, 1954, 1963, 1967, 1988, 1993, 1998, 2004 e 2010 (ITAMARATY, 2019)

no período em que o país esteve fora da composição do Conselho de Segurança como membro rotativo.

No entanto, o Estado Brasileiro sempre buscou contribuir para a composição do Poder Militar nas operações de paz reafirmando sua tradição cooperativa.

Apesar da importância de todas as vertentes do Poder Militar presentes neste tipo de operação, o Poder Aeroespacial destacou-se como aquele capaz provocar com celeridade resultados relevantes devido a suas características como velocidade, alcance e mobilidade (DORN, 2014).

As características do Poder Aeroespacial são fundamentais ao cumprimento de missões de paz. Praticamente todas as localidades onde o apoio humanitário é mais urgente, também são aquelas em que o acesso logístico somente é possível por meio aéreo. Desta forma, Corum (1996) ressalta a importância das unidades de helicópteros militares em operações de paz.

Os helicópteros militares são, novamente, uma ferramenta primária que pode aprimorar o apoio logístico e permitir um monitoramento mais eficaz da força tradicional de observadores da manutenção de paz. (CORUM, 1996, p.6, tradução nossa)²⁸.

A participação brasileira com helicópteros em operações de paz da ONU rendeu-nos a data em que atualmente é celebrado o dia da aviação de asas-rotativas do Brasil, conforme descrito por Amaral (2018):

Três de fevereiro de 1964, em uma missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), na região de Katanga, no sul do Congo, quando a tripulação de um Sikorsky H-19 da Força Aérea Brasileira pousou, sob disparos de grupos rebeldes locais, para realizar o resgate de outro helicóptero que transportava missionários e freiras, e havia pousado em emergência em meio à vegetação subsaariana. O embarque do pessoal deu-se em meio à poeira e ao ruído dos rotores; da porta do helicóptero, com armas em punho, os sargentos mantinham o inimigo à distância, respondendo ao fogo com bravura. Ninguém foi deixado para trás. Essa abnegação, coragem e a valorização do trabalho em equipe marcam até hoje os ideais dos militares das asas-rotativas. (AMARAL, 2018).

De acordo com Gonçalves (2016), o envolvimento brasileiro com o emprego do Poder Aeroespacial em operações de paz da ONU sempre seguiu uma regra. A capacidade nacional era apresentada pela atuação de meios aéreos próprios prestando suporte aéreo logístico às suas tropas.

²⁸ *Military helicopters are, again, a primary tool which can enhance the logistics support and enable more effective monitoring of the traditional peacekeeping observer force* (CORUM, 1996, p.6).

Este foi o caso das missões UNEF I, UNOMOZ, UNAVEM III, UNTAET e MINUSTAH²⁹, ocorrendo apenas uma exceção representada pela atuação de pilotos, tripulantes e equipes de manutenção operando meios internacionais durante a década de 60 no Congo em parte da operação ONUC (FONTOURA, 2009).

A Força Aérea Brasileira participou ainda de operações de paz sob a tutela de outros organismos internacionais como as cinco missões da Organização dos Estados Americanos (GONÇALVES, 2016) e da Operação ARTEMIS em conjunto com União Europeia em 2003 (TÜRKE, 2008), no entanto, apesar de manterem características muito similares às observadas nas demais operações de paz, estas não foram abordadas, uma vez que o escopo da presente pesquisa abrangeu apenas o preparo para as operações de paz da Organização das Nações Unidas.

A FAB mostrou-se presente, com a participação de recursos humanos e materiais prontos para atuação em operações de paz da ONU, desde 1957 (Quadro 2) no cumprimento das ações de desdobramento, rotação e retração dos contingentes nacionais.

Entre os anos de 1960 a 1964, conforme mencionado por Amaral (2018), na operação das Nações Unidas no Congo, a aviação de asas-rotativas da Força Aérea Brasileira prestou o serviço de busca e salvamento, MEDEVAC, CASEVAC e apoio logístico com uma unidade aérea militar equipada com helicópteros Sikorsky H-19 Chicasaw (AGUILAR, 2015) e na composição de uma unidade mista internacional de transporte equipada com aeronaves Douglas C-47 Skytrain (FONTOURA, 2009).

Quadro 2 - Atuação Brasileira com Meios Aéreos em Operações de Paz da ONU.

Período	Local	Operação de Paz	Meios Aéreos
1957 - 1967	Egito	UNEF-I	B-17G, C-54G
1960 - 1964	Congo	ONUC	(C-47, H-19), C-54G
1993 - 1994	Moçambique	UNOMOZ	C-130, KC-137

(continua)

²⁹ UNEF I – Primeira Força de Emergência das Nações Unidas, UNMOZ – Operação das Nações Unidas em Moçambique, UNAVEM III – Terceira Missão de Verificação da ONU em Angola, UNTAET – Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste, e MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti.

(continuação)

Período	Local	Operação de Paz	Meios Aéreos
1995 - 1997	Angola	UNAVEM III	KC-137, C-130
1999 - 2005	Timor Leste	UNTAET / UNMISSET	KC-137
2004 - 2017	Haiti	MINUSTAH	KC-137, C-130, C-99

Fonte: Adaptada de Gonçalves (2016).

O Quadro 2 estratifica a análise apresentada por Gonçalves (2016) ao tratar da participação da Força Aérea em apoio às tropas brasileiras desdobradas em operações de paz como um compromisso assumido pelo país.

Nesta análise histórica, cabe pontuar que o Brasil atuou na composição das forças de paz da ONU, por diversas outras vezes com tropas de infantaria, companhias de engenharia, hospitais de campanha, missões individuais, especialistas civis e com navios da Armada Brasileira que lidera a Força Tarefa Marítima da ONU no Líbano desde 2011³⁰ (AGUILAR, 2015).

A possibilidade de participação de meios aéreos da FAB em operações de paz evidencia a necessidade de se manter equipamentos e recursos humanos especialmente preparados para a aplicação das características do Poder Aeroespacial por meio de um processo eficaz de geração de força.

2.2 O Processo de Geração da Força para Operações de Paz

Desde 24 de outubro de 1945, o Brasil é país-membro da Organização das Nações Unidas (ONU) e, em decorrência disso, possui uma série de atribuições, direitos, interesses e responsabilidades (COLNAGO, 2005) compartilhadas entre 193 países que constituem hoje essa organização. Entre as responsabilidades,

³⁰ A Força Tarefa Marítima das Nações Unidas no Líbano (MTF UNIFIL – *Maritime Task Force United Nations Interim Force in Lebanon*) é liderada pelo Brasil desde 24 de fevereiro de 2011 com a incorporação da Fragata F45 União. A embarcação conta com um Helicóptero AH-11A “Super Linx” como equipamento para a realização de tarefas de natureza naval relacionadas às atividades da Força Marítima. A partir de 24 de fevereiro de 2012 iniciou-se o revezamento com as Fragatas Independência, Liberal e Constituição e com a Corveta Barroso.

destaca-se o apoio colaborativo entre Estados para suprir as operações de paz, seja com recursos humanos ou materiais.

Para este fim, foi concebido, no ano de 2015, o Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção de Paz das Nações Unidas (UNPCRS – *United Nations Peacekeeping Capabilities Readiness System*). Este sistema consiste em um mecanismo de aprestamento de capacidades e de disponibilização de meios para atuar na implementação e condução das tarefas relacionadas ao mandato de cada uma das operações de paz em curso (UNITED NATIONS, 2019).

O Departamento de Operações de Paz da ONU emite trimestralmente uma declaração das necessidades prementes relacionadas às operações de paz com o intuito de esclarecer e orientar as atividades de preparo conduzidas pelos países contribuintes, tendo, desta forma, apresentado a seguinte informação no recente sumário de abril de 2020:

A aviação é um dos recursos especializados e de alto desempenho mais críticos empregados nas OMP. Suas múltiplas funções contribuem para o cumprimento de tarefas operacionais e logísticas do mandato, incluindo suporte à segurança e proteção das forças de paz. As categorias dos meios aéreos utilizados são: Veículos Aéreos não-tripulados classe II e III; helicópteros utilitários médios, de ataque, armados e embarcados, além de aeronaves de transporte aero tático. Apesar dos recursos já implantados, meios aéreos bem equipados estão em alta demanda e baixa oferta. Os Estados-Membros não oferecem ou mantêm um alto nível de prontidão no PCRS. (UNITED NATIONS, 2020a p. 6, tradução nossa)³¹

Apesar de esta declaração ter sido emitida recentemente, a necessidade de unidades aéreas militares de helicópteros utilitários médios como o H60L vem se apresentando como uma demanda não atendida desde o primeiro ano de funcionamento do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção de Paz.

O sistema UNPCRS surgiu em substituição ao UNSAS (*UN Standby Arrangements System*) como forma de se estabelecer um processo confiável de preparo e prontidão das capacidades ofertadas pelos Estados Membros após o processo de reforma das operações de paz. Essa reforma visava corrigir falhas

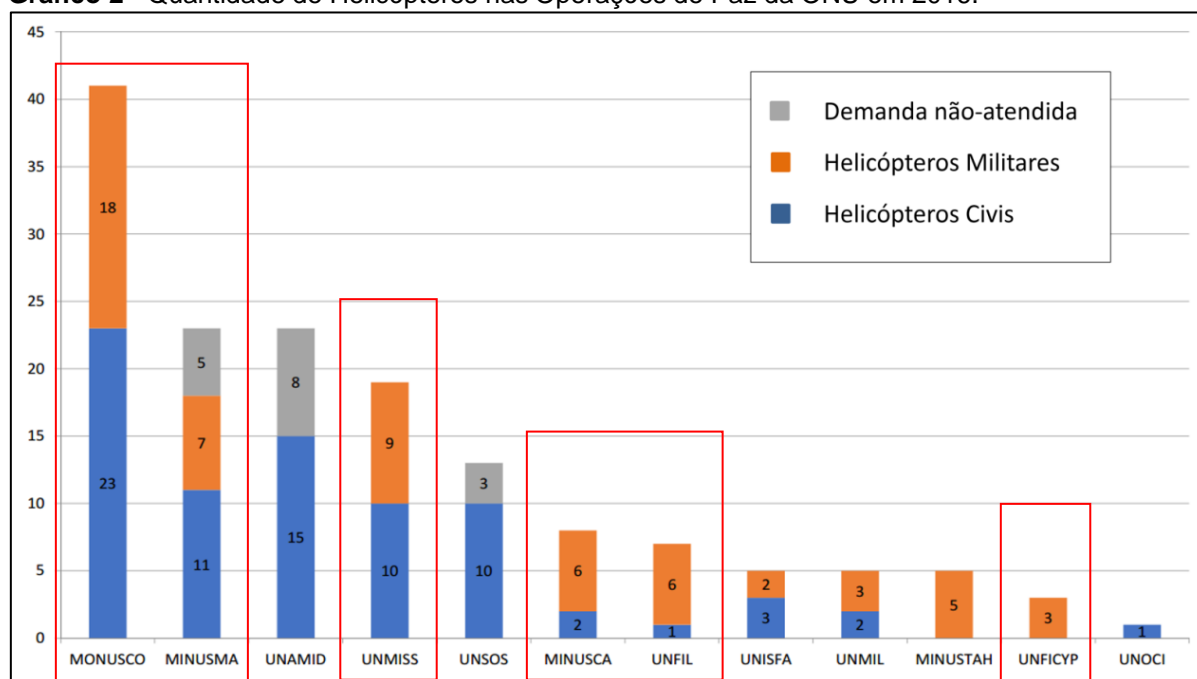
³¹ Aviation is one of the most critical specialized and high-performing capabilities deployed to peacekeeping. Its multiple functions contribute to mandate delivery through operational and logistics tasks, including support to the safety and security of peacekeepers. The categories of the aviation assets deployed are: class II and III UAV; attack, armed, medium utility, and embarked helicopters; and, tactical airlift aircraft. Despite the already deployed assets, well-equipped aviation assets are in high demand and short supply. Member States have not offered or kept at a high level of readiness in the PCRS. (UNITED NATIONS, 2020)

sistêmicas do preparo e da execução observadas ao longo da década de 90 (DURCH *et al*, 2003).

As aeronaves de asas-rotativas são reconhecidamente os meios aéreos essenciais em OMP por cumprir missões de vigilância, reconhecimento armado, transporte de carga e de passageiros, operações de reação rápida, apoio aéreo aproximado, patrulha aérea, CASEVAC, MEDEVAC, busca e salvamento e missões de transporte especial (UNITED NATIONS, 2015, p.9).

De acordo com o gráfico apresentado (Gráfico 2) e com a análise de Novosseloff (2017), em 2016, havia uma demanda não atendida de helicópteros nas operações de paz de Dafur (UNAMID), do Mali (MINUSMA) e Somália (UNSOS).

Gráfico 2 - Quantidade de Helicópteros nas Operações de Paz da ONU em 2016.



Fonte: Novosseloff (2017).

Cabe destacar que, atualmente, das 12 (doze) operações apresentadas no gráfico 2 apenas 6 (seis) contam com a presença de unidades aéreas militares de helicópteros.

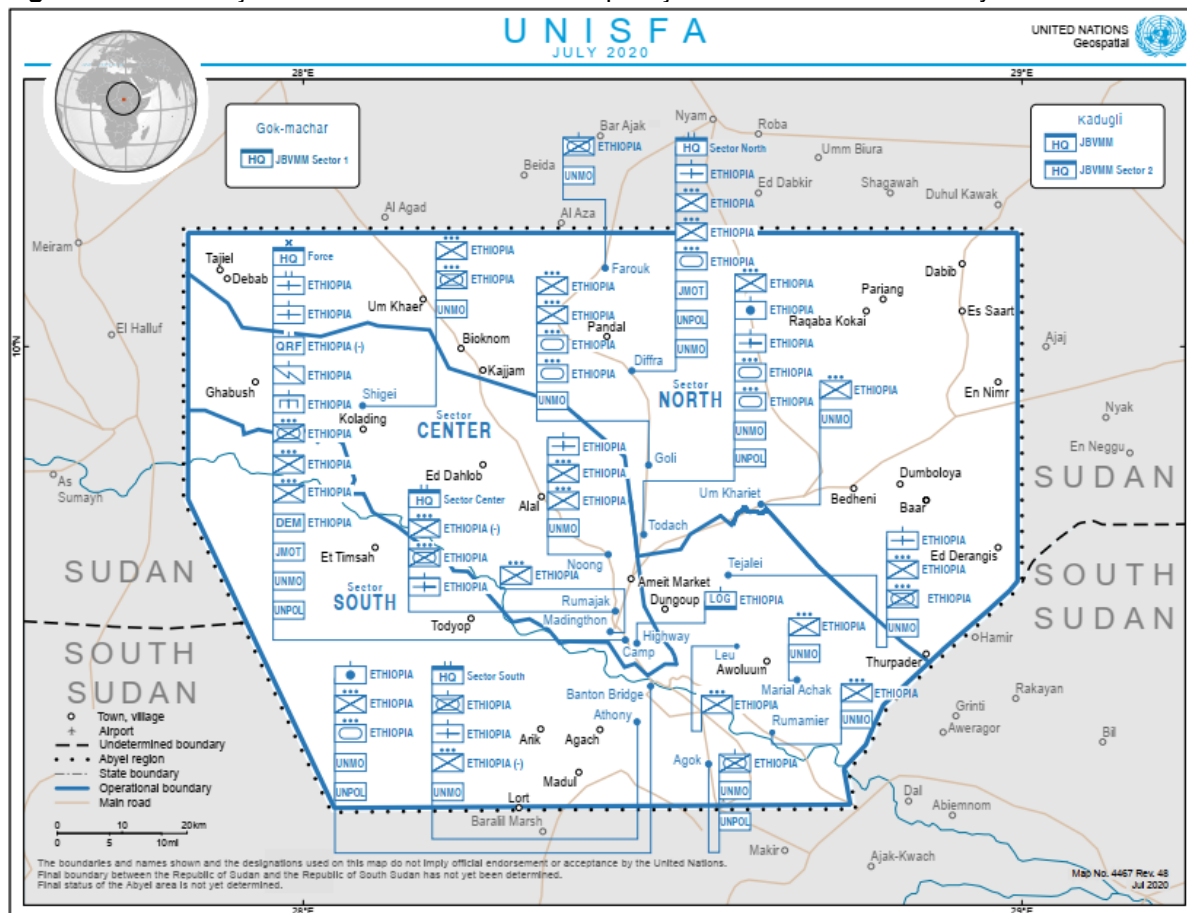
Isso ocorre tendo em vista o término das operações de manutenção de paz no Haiti, na Libéria, Somália e Costa do Marfim, bem como a retirada da unidade militar Etíope que atuava na missão da ONU em Abyei até o início de 2020 conforme observado no mapa de distribuição de tropas da UNISFA (Figura 5).

O processo de geração da força e preparo de recursos humanos ao qual se refere este trabalho leva em consideração o papel desempenhado por unidades

aéreas militares de helicópteros médios como o H60L quando adjudicadas à Organização das Nações Unidas em operações de manutenção de paz.

O papel principal da unidade de helicópteros utilitários médios é a projeção da força em toda a área da missão, particularmente o rápido deslocamento de tropas especializadas. A função secundária da unidade é o apoio logístico e suporte às várias responsabilidades de monitoramento da missão que contribuem para a consciência situacional e tomada de decisão. (UNITED NATIONS, 2015, p. 35, tradução nossa)³².

Figura 5 – Distribuição de Unidades Militares na Operação de Paz da ONU em Abyei.



Fonte: ONU, 2020c (UNISFA Force Deployment – Geospatial Information Section).

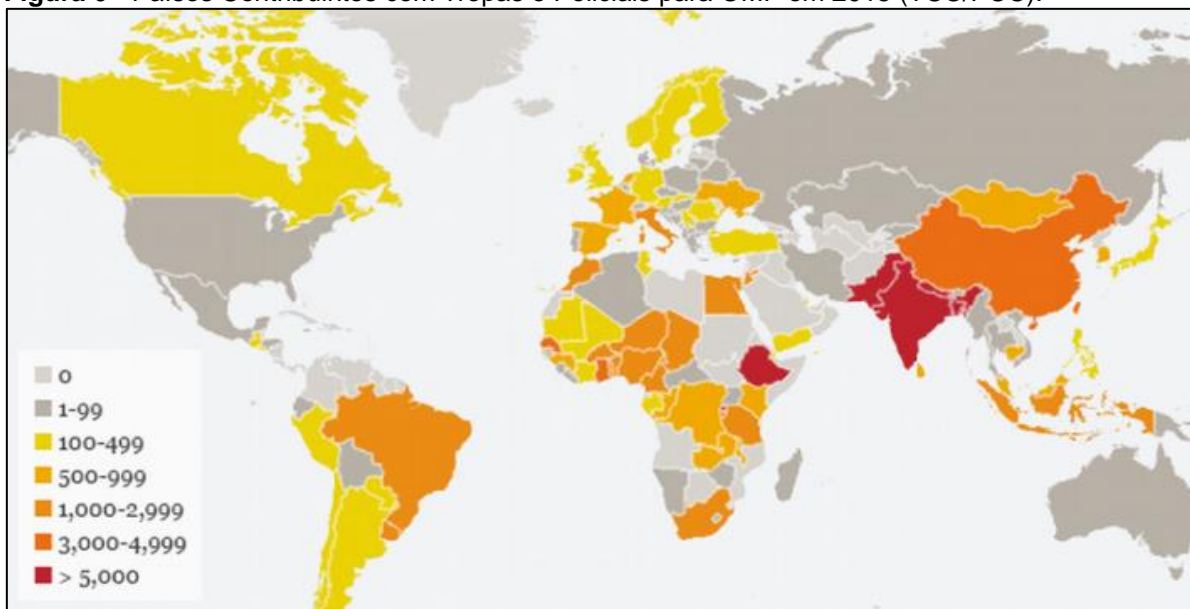
As unidades aéreas militares de aeronaves de asas-rotativas, quando em operações de paz sob a égide das Nações Unidas, executam diferentes tipos de tarefas de acordo com as demandas de cada Operação. (UNITED NATIONS, 2015). E o processo de geração da força é realizado de acordo com o conceito de emprego.

³² The medium utility helicopter unit's primary role is the projection of force across the Mission area, particularly the rapid deployment of specialized troops. The unit's secondary role is logistical support and support to the Mission's various monitoring responsibilities that contribute to situational awareness and decision making. (UNITED NATIONS, 2015, p. 35).

Além de realizar a movimentação de pessoal e equipamento essencial, as unidades militares de asas rotativas apoiam a segurança e estabilidade da missão realizando operações de reconhecimento e vigilância aéreas, observação, triagem e segurança. Quando necessário, as unidades de asas rotativas conduzem operações de demonstração de força, apoio e intervenção. Obviamente, as tarefas da unidade dependerão do tipo de helicópteros disponíveis. Além das já mencionadas, as tarefas adicionais também podem incluir: reconhecimento armado, operações de ataque aéreo / reação rápida, missões de apoio aéreo aproximado, CASEVAC / MEDEVAC, operações de busca e salvamento, transporte VIP, operações de reconhecimento do local de pouso de helicóptero e operações conjuntas (UNITED NATIONS, 2015 p.9, tradução nossa)³³

O Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção de Paz, que está em vigor, conta com a participação de 121 países contribuintes (UNITED NATIONS, 2020b) (Figura 6), conhecidos como TCC (*Troop Contributing Countries* – Países Contribuintes com Tropas). Entre eles, o Brasil se destaca pela postura engajada com a qual se manteve presente em um histórico de relevantes atuações (ANDRADE, HAMANN e SOARES, 2019, p. 22).

Figura 6 - Países Contribuintes com Tropas e Policiais para OMP em 2015 (TCC/PCC).



Fonte: DEUTSCHE WELLE, 2016.

No decorrer da história, pode-se constatar que operações de manutenção de paz, mais conhecidas pelo termo *Peacekeeping*, foram consolidadas como uma

³³ In addition to performing essential personnel and equipment movement, military rotary-wing units support the Mission's security and stability by performing aerial reconnaissance and surveillance, observation, screening, and security operations. When required, rotary-wing units conduct show of force, support, and intervention operations. Unit tasks will of course depend upon the type of helicopters available. In addition to those already mentioned, additional tasks may also include: armed reconnaissance, air assault/quick reaction operations, close air support missions, CASEVAC/MEDEVAC, search and rescue operations, VIP transportation, helicopter landing site reconnaissance operations and joint operations (UNITED NATIONS, 2015, p. 9).

ferramenta eficaz para a estabilização de conflitos através da dissuasão e do uso coercitivo da força (TUBBS, 1995).

Para a consecução destas operações, a ONU conta com o contingente militar e de especialistas preparados pelos Estados Membros, que, assim como o Brasil, são responsáveis pela aplicação do protocolo de preparo que os capacita para cumprir os mais diversos tipos de missão, o que inclui o emprego do Poder Aeroespacial por meio de unidades aéreas militares (UAe).

As unidades aéreas militares necessitam de preparo específico para atuar em operações de paz, uma vez que, conforme relatado por Findlay (2002, p.85), aplicação do Poder Aeroespacial em operações de paz possui uma complexidade própria que pôde ser observada desde a década de 60 na República Democrática do Congo³⁴:

Foi percebido desde o início no Congo que o Poder Aeroespacial tem suas próprias complexidades como instrumento para a consecução dos objetivos da ONU. Ao permitir que a ONU projete força a uma distância relativamente segura, evitando vítimas, é mais perceptível politicamente do que o uso da força pelas tropas terrestres. (FINDLAY, 2002, p.85, tradução nossa)³⁵.

Após a ocorrência de graves falhas ao longo da década de 90 relacionadas ao cumprimento dos objetivos das operações de paz, uma série de estudos dirigidos, painéis do alto comissariado e relatórios apontaram necessidades específicas de melhoria. Algumas mudanças deveriam ser implementadas sob o risco de perda da credibilidade do mecanismo representado pelas atividades de paz e segurança das Nações Unidas, sobretudo, das operações de manutenção de paz (DURCH *et al*, 2003).

Um dos primeiros estudos apresentados neste sentido, e que deu origem ao processo de reforma das operações de paz ficou conhecido como “Relatório Brahimi” (UNITED NATIONS, 2000). Nele uma equipe de especialistas liderada pelo diplomata argelino Lakhdar Brahimi a pedido do então secretário Geral da ONU, Kofi Atta Anan, apontou os problemas e possíveis soluções relacionadas ao processo

³⁴ ONUC (*Organisation des Nations Unies au Congo*) – Foi uma das primeiras operações de paz da ONU a ser estabelecida no Continente Africano em 14 de julho de 1960 logo após a declaração de independência da República Democrática do Congo ocorrida no dia 30 de junho do mesmo ano.

³⁵ *It was discovered early on in the Congo that airpower has its own complexities as an instrument for the achievement of UN goals. While enabling the UN to project force at a relatively safe distance, thereby avoiding casualties, it is more politically sensitive than the use of force by ground troops* (FINDLAY, 2002, p.85).

de geração da força e à eficácia no preparo e na prontidão dos recursos humanos e materiais empregados nas operações de paz (DURCH *et al*, 2003).

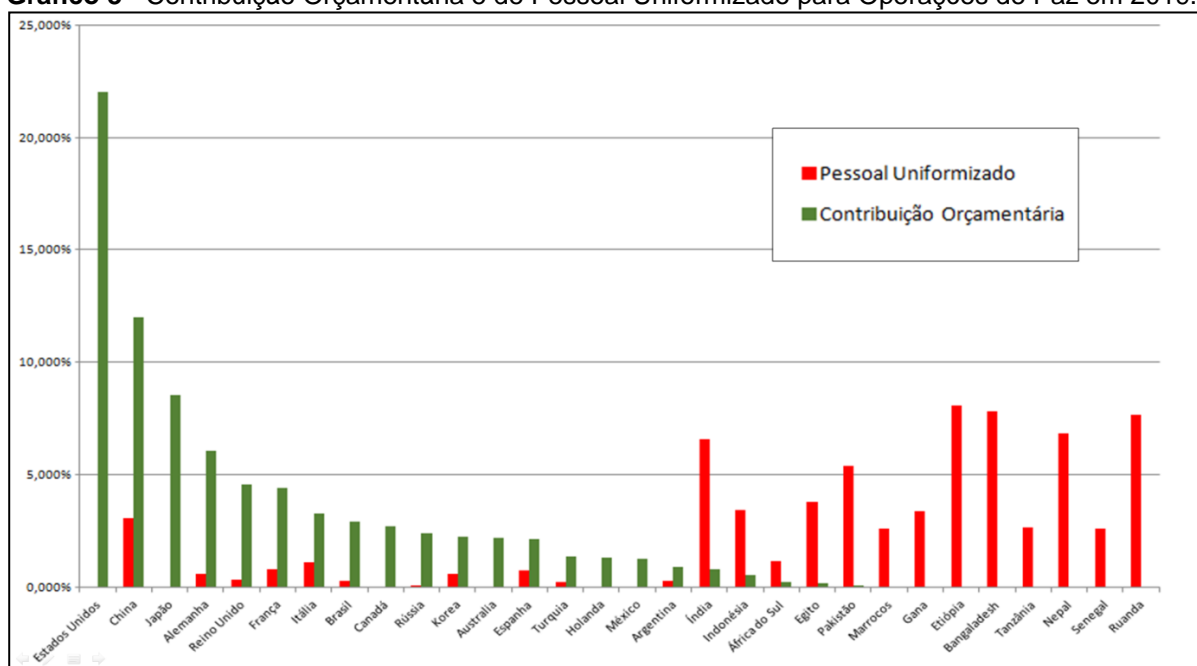
De acordo com o Manual de Operações de Paz do Ministério da Defesa (BRASIL, 2013, p.18), o órgão responsável pelas tratativas referentes às condutas e obrigações dos países-membros é o Departamento de Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas (UNDPKO – *United Nations Department of Peacekeeping Operations*), que desde dezembro de 2018, passou a se chamar Departamento de Operações de Paz (*United Nations Department of Peace Operations* - UNDPO).

O UNDPO, entre suas várias atribuições, elabora diretrizes para as OMP, estabelecendo orientações de caráter operacional, administrativo, financeiro e logístico (BRASIL, 2013, p.23), bem como os requisitos mínimos de capacitação para o emprego de meios aéreos em missões de paz (UNITED NATIONS, 2015, p.69).

Estados Membros com capacidade tecnológica e financeira relacionada ao emprego de meios aéreos não se mostram tão presentes com pessoal uniformizado (unidades militares, tropa, observadores, policiais e oficiais de Estado-Maior) em operações de paz da ONU, enquanto outros países contribuem com grande quantitativo de pessoal e utilizam estas operações para manter os níveis elevados de prontidão e da capacidade expedicionária de seus efetivos militares (DW, 2016).

Conforme levantado por Aguilar (2015), a participação com efetivos militares capacitados é uma das formas dos países em desenvolvimento, como o Brasil, se mostrarem atuantes no campo da segurança internacional, enquanto é possível verificar o posicionamento de países desenvolvidos como contribuintes financeiros.

O Gráfico 3 apresenta 30 (trinta) dos maiores colaboradores entre os 121 (cento e vinte e um) países contribuintes para o Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas, seja com recursos humanos, seja com contribuições financeiras para o orçamento da organização em ordem decrescente deste último fator.

Gráfico 3 - Contribuição Orçamentária e de Pessoal Uniformizado para Operações de Paz em 2019.

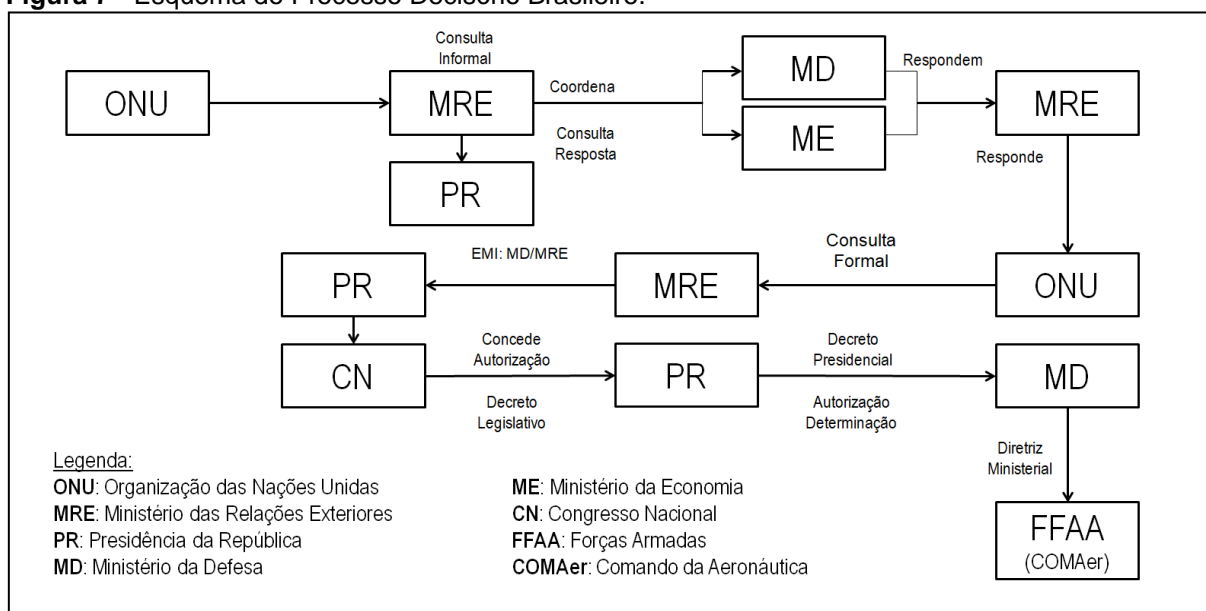
Fonte: o autor a partir de dados do Sumário de Contribuições UNDPO (UNITED NATIONS, 2020b).

O Processo de Geração da Força instituído pela ONU conta com as contribuições dos Estados Membros para o funcionamento das operações de paz. No entanto, cada país possui seu próprio processo decisório de acordo com sua legislação e estrutura governamental.

No Brasil o processo de envio de uma unidade aérea militar de helicópteros H60L seguiria o trâmite apresentado por Andrade, Hamann e Soares (2019), esquematizado na Figura 7:

No que concerne à tomada de decisão para a participação de tropas do Brasil em operações de paz, primeiramente, é preciso que haja um convite/uma consulta informal da ONU com o MRE, que encaminhará ao presidente da República. Em seguida, existe a articulação entre “dois” órgãos para avaliar a proposta: o Ministério da Defesa e [...] o “Ministério da Economia” [...]. Após encaminhada a resposta – positiva ou negativa – desses órgãos, o MRE comunicará a ONU, e, caso haja resposta positiva da proposta, haverá uma análise mais aprofundada, feita conjuntamente entre MD e MRE, para a elaboração de uma Exposição de Motivos Interministerial (EMI), encaminhada à Presidência da República. Se houver decisão presidencial positiva, a EMI é enviada para avaliação ao Congresso Nacional, que, caso conceda a autorização e institua o decreto legislativo, a devolverá à Presidência da República para que efetive o decreto presidencial. Após esse processo, o MD garante a diretriz ministerial para delegar às Forças Armadas o engajamento na operação de paz em questão. (ANDRADE; HAMANN; SOARES, 2019, p.16)³⁶.

³⁶ A descrição do processo decisório feita por Andrade, Hamann e Soares (2019) foi produzida com base no Manual de Operações de Paz do Ministério da Defesa (BRASIL, 2013), logo deve ser considerada a junção, em 2019 do Ministério da

Figura 7 - Esquema do Processo Decisório Brasileiro.

Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

Tendo em vista a importância de uma unidade de helicópteros em operações de paz da ONU, o histórico de participações da FAB nestas operações e o processo de geração da força, é possível constatar que o preparo específico para aplicação do Poder Aeroespacial não depende apenas dos compromissos internacionais firmados, e sim, preponderantemente, dos interesses do Estado Brasileiro na projeção do Poder Aeroespacial em operações de paz.

2.3 A Projeção do Poder Aeroespacial em Operações de Paz

Conforme observado por Mesquita (2019), o Poder Aeroespacial constitui uma das vertentes do Poder Militar.

O Poder Aeroespacial, uma evolução do Poder Aéreo, representa uma parcela do Poder Nacional, que é constituído daquelas cinco expressões clássicas da estrutura de Poder, quais sejam: as expressões Política, Econômica, Psicossocial, Científico-Tecnológica e Poder Militar, sendo que esta última se subdivide em três vertentes: Poder Aeroespacial, Poder Terrestre e Poder Naval (MESQUITA, 2019, p. 86).

A representatividade histórica da participação brasileira com helicópteros em operações de paz constitui um fator relevante dado que a atuação da FAB na operação de paz no Congo na década de 60 rendeu-nos o dia em que atualmente é celebrado o dia da aviação de asas-rotativas da Força Aérea Brasileira ressaltando

Fazenda com o Ministério do Planejamento Orçamentário e Gestão. Essa junção deu origem ao atual Ministério da Economia, vindo este a absorver as competências dos dois Órgãos anteriores.

valores como abnegação, bravura e trabalho em equipe que, de acordo com Amaral (2018) marcam até hoje os ideais dos militares das asas-rotativas.

O processo de geração da força para prover uma unidade aérea militar equipada com helicópteros H60L Black Hawk leva em consideração tanto as capacidades requeridas pelo sistema de prontidão da ONU, quanto os interesses nacionais pela necessidade de aplicação de um protocolo específico de preparo para operações de paz conforme ressalta Findlay (2002).

A oferta brasileira de uma unidade de helicópteros utilitários médios como o H60L Black Hawk para OMP por meio do sistema UNPCRS, não leva em consideração nenhuma das 13 (treze) operações manutenção de paz em andamento atualmente, porém, é possível notar que tais recursos materiais e humanos devidamente preparados são fundamentais para o desenvolvimento das atividades de seus mandatos dadas as características como alcance, mobilidade e velocidade destacada pela análise de Dorn (2014).

A decisão de enviar uma unidade aérea militar para operações de paz envolve uma série de considerações que vão além do preparo e refletem o posicionamento geopolítico e estratégico de cada país contribuinte.

De acordo com o chefe da Visita de Avaliação e Verificação da ONU, ocorrida em 2017, com o objetivo de comprovar a qualificação dos meios aéreos ofertados pelo Estado Brasileiro ao sistema UNPCRS, foi considerado como bastante possível o emprego de uma unidade aérea brasileira em missões de paz no continente africano (REVISTA EXAME, 2017).

O Ministério da Defesa, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, realiza o levantamento das possibilidades de desdobramentos em operações de paz através das análises estratégicas reunidas no projeto denominado SETA (Seleção e Emprego de Tropas Adjudicadas em operações de paz da ONU).

Na intenção de apoiar o processo decisório relativo à participação do Brasil em missões de paz, o Ministério da Defesa, por meio da Subchefia de Operações de Paz [...], desenvolveu [...] um projeto chamado Seleção e Emprego de Tropas Adjudicadas (SETA), ferramenta que tem, como principais finalidades, analisar continuamente as missões de paz em andamento, por meio de uma equipe multidisciplinar, e apresentar os aspectos positivos e negativos relativos à referida participação (HOFFMAN, 2018).

Atualmente algumas missões não possuem unidades aéreas militares de helicópteros desdobradas dentro de sua área de operações, contando desta forma

com o apoio aéreo da aviação da ONU por meio de operadores comerciais ou em aproveitamento das unidades desdobradas em operações de paz em territórios adjacentes.

Este caso ocorre, atualmente, em missões como a MINURSO, UNDOF, UNMIK, UNTSO, UNMOGIP, UNAMID e UNISFA³⁷, onde, o apoio aéreo de helicópteros não é realizado por Unidades Aéreas Militares Ofertadas por países Contribuintes (Anexos de A G).

Desta forma, entre as 13 (treze) Operações de Manutenção de Paz em Curso, é possível encontrar unidades aéreas militares de helicópteros apenas na MINUSCA, MONUSCO, MINUSMA, UNMISS, UNIFIL e UNFICYP (Quadro 3)

As unidades aéreas militares de helicópteros que atuam nas operações de manutenção de paz citadas acima são fruto das ofertas de países contribuintes (TCC) por meio do sistema UNPCRS, entre os quais encontram-se países latino-americanos como Argentina, Uruguai e El Salvador, que, à princípio, enfrentaram desafios logísticos similares aos que o Brasil estaria sujeito, dado o seu posicionamento geográfico.³⁸

Quadro 3 - Países Contribuintes Operando Unidades Aéreas Militares de Helicópteros em OMP.

OMP	Local	Países Contribuintes	Meios Aéreos
MINUSCA	Rep. Cent. Africana	Paquistão, Bangladesh e Sirilanka	Mi-17 e Mi-8
MONUSCO	República Democrática do Congo	Ucrânia, África do Sul, Bangladesh, Paquistão e Uruguai	IAR330 Puma, MI-24, Mi-11 e Bell-212

(continua)

³⁷ MINURSO (Saara Ocidental – Anexo A), UNAMID (Dafur - Anexo B), UNDOF (Israel/Síria - Anexo C), UNISFA (Abyei – Figura 5 e Anexo D), UNMIK (Kosovo - Anexo E), UNMOGIP (Índia/Paquistão - Anexo F) e UNTSO (Oriente Médio - Anexo G).

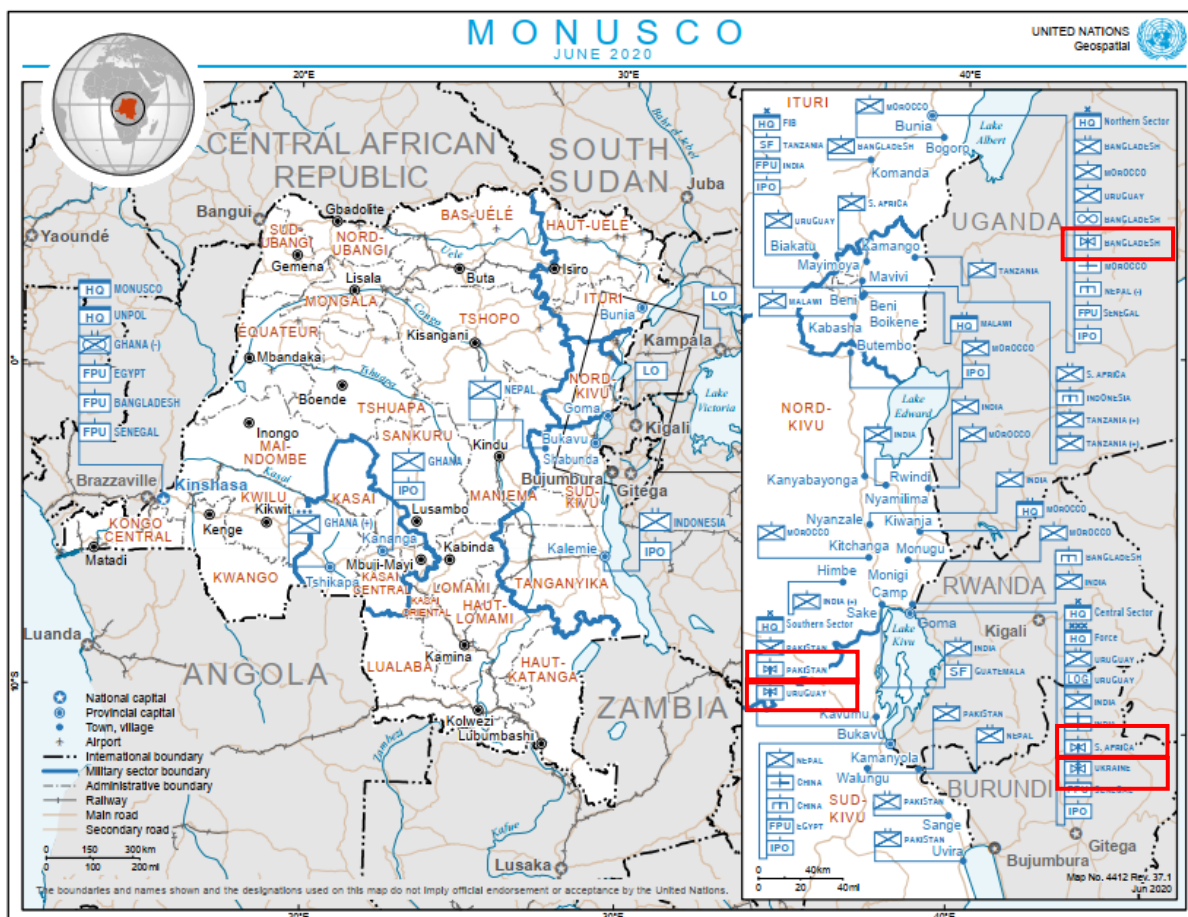
³⁸ A constatação da similaridade entre os desafios a serem enfrentados por ocasião de uma possível participação brasileira com Unidade Aérea Militar de helicópteros em operações de paz das Nações Unidas e aqueles enfrentados por El Salvador, Uruguai e Argentina foi observada em entrevista com especialista realizada para esta pesquisa.

(continuação)

OMP	Local	Países Contribuintes	Meios Aéreos
MINUSMA	Mali	Paquistão, Romênia e El Salvador	IAR330 Puma e MD500E
UNMISS	Sudão do Sul	Ruanda e Sirilanka	Mi-11 e Mi-8
UNIFIL	Líbano	Itália	Bell-212
UNFICYP	Chipre	Argentina	Bell-212 e MD500

Fonte: Adaptado de UNITED NATIONS (2020b).

Figura 9 - Unidades Militares da Missão de Paz da ONU na Rep. Democrática do Congo.



Fonte: UNITED NATIONS, 2020c (MONUSCO Force Deployment – Geospatial Information Section).

A MONUSCO (Figura 9) está ativa desde 2013, tendo contado com a participação de mais de cinquenta militares brasileiros. A mais alta função militar na missão, *Force Commander*, é exercida em 2020, pelo General de Divisão Costa Neves, do Exército Brasileiro e já foi ocupada por outros dois Generais brasileiros anteriormente (Gen. Santos Cruz 2013-2015 e Gen. Elias 2018-2019).

Foto 2 - Mi8 de Bangladesh.



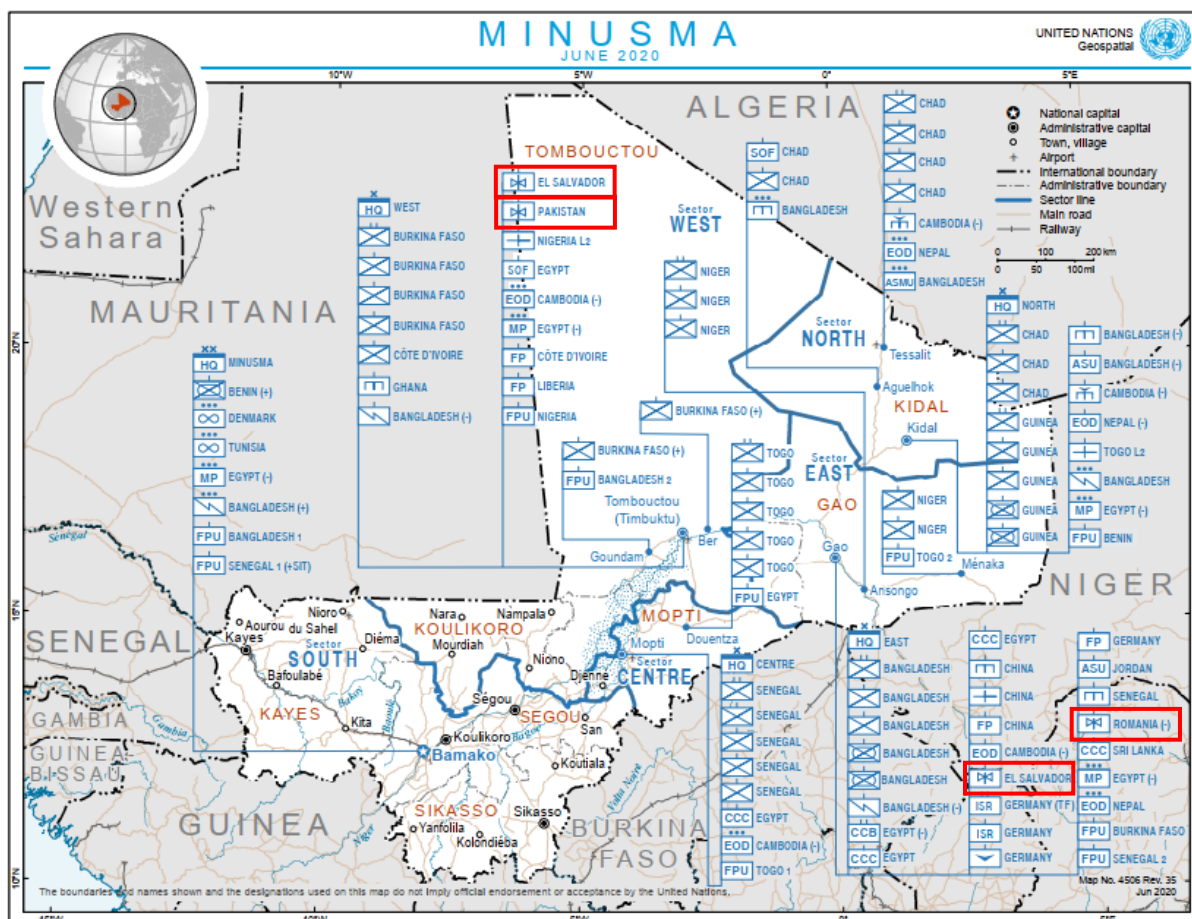
Fonte: UNITED NATIONS, 2020d.

Foto 3 - Mi24 Ucraniano e Bell212 Uruguaio.



Fonte: UNITED NATIONS, 2020d.

Figura 10 - Unidades Militares da Missão de Paz da ONU no Mali.



Fonte: UNITED NATIONS, 2020c (MINUSMA Force Deployment – Geospatial Information Section).

A MINUSMA (*Mission des Nations Unies au Mali*) conta com a presença de unidades militares de helicópteros da Romênia, Paquistão e de El Salvador. Este último mantém duas unidades de helicópteros de ataque equipadas com os helicópteros MD500 (Foto 4) nas cidades de Tombouctou e Gao (Figura 10).

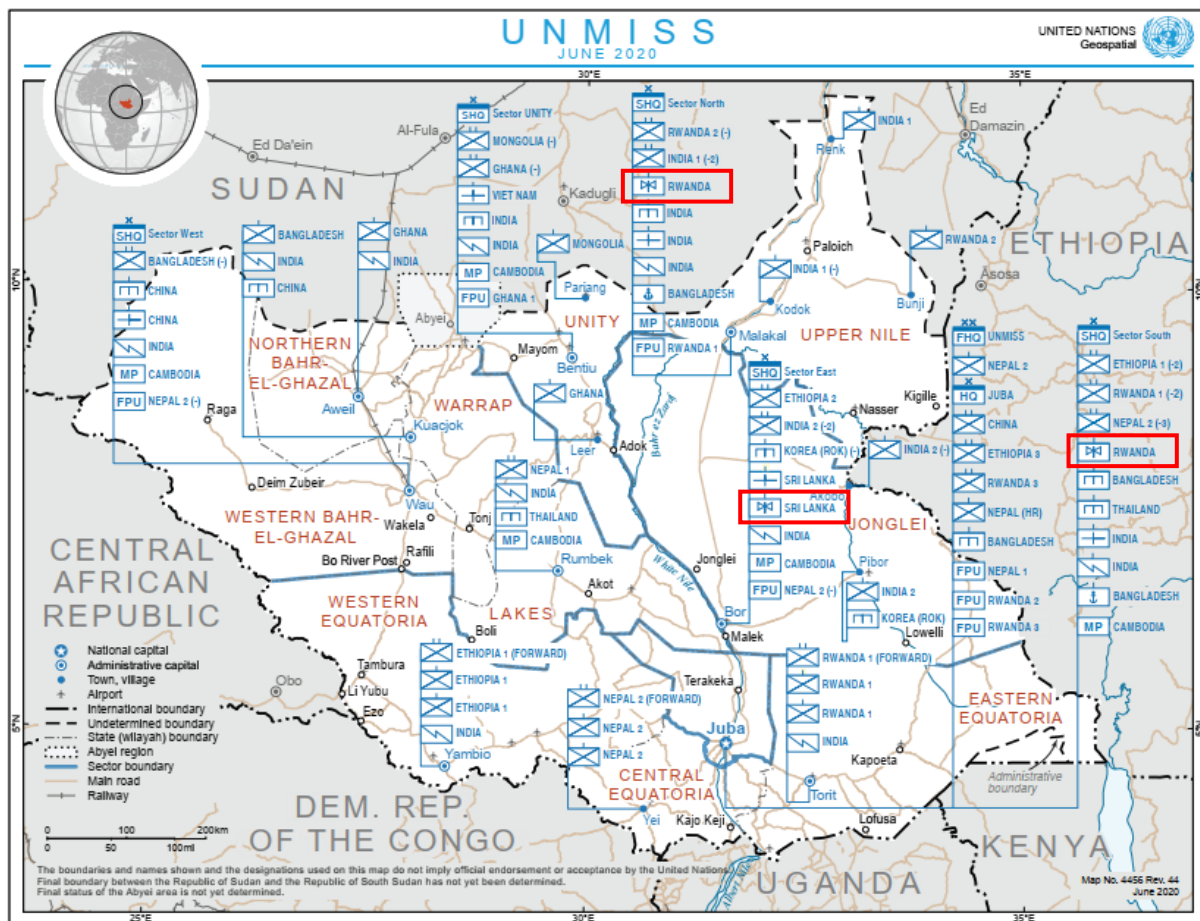
Foto 4 - Tripulação salvadorenha de MD500 na MINUSMA.



Fonte: UNITED NATIONS, 2020d.

O Brasil não possui representantes militares na MINUSMA até o momento.

Figura 11 - Unidades Militares da Missão de Paz da ONU no Sudão do Sul.



Fonte: UNITED NATIONS, 2020c (UNMISS Force Deployment – Geospatial Information Section).

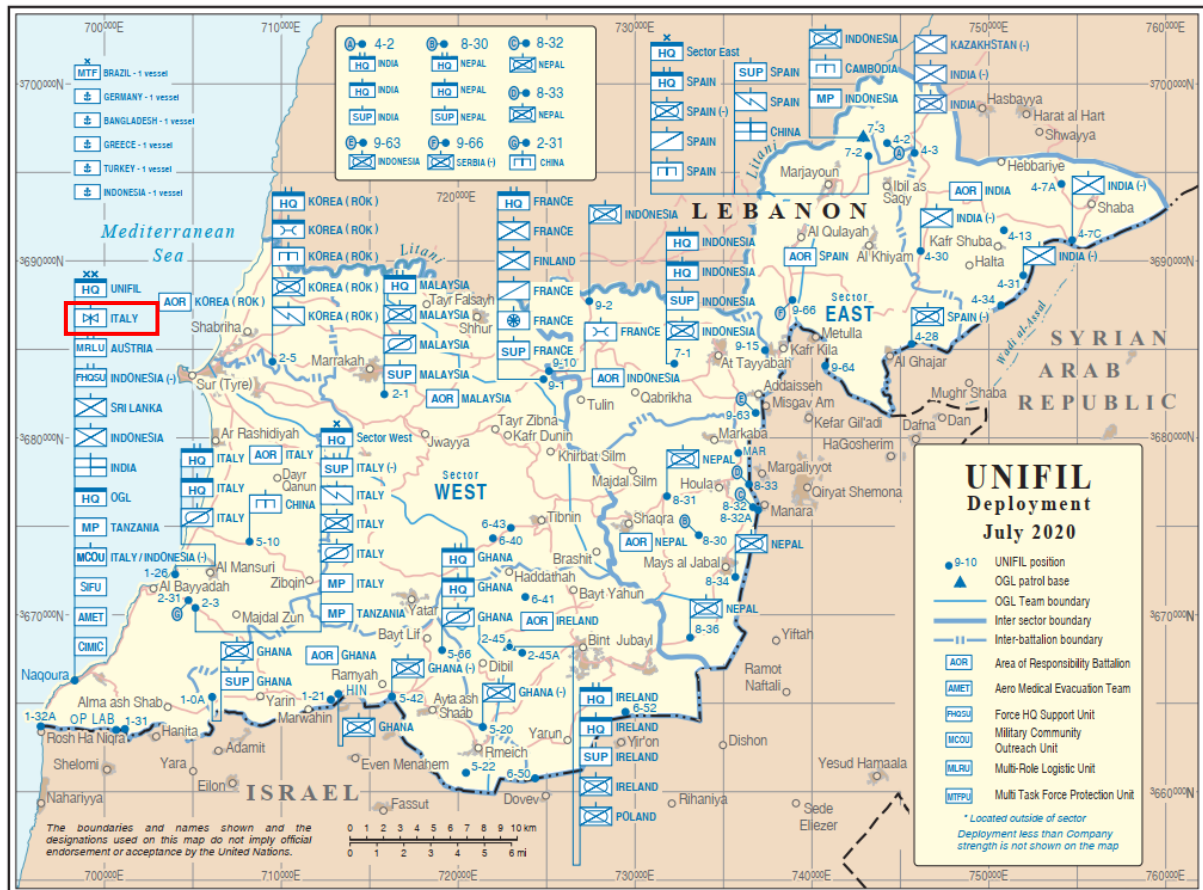
O Sudão do Sul foi o último país a ser internacionalmente reconhecido, tendo conquistado sua independência em 2011. Desde então o Brasil já contribuiu com cerca de 110 participantes militares das três Forças e de Forças Auxiliares para a Missão das Nações Unidas naquele país (Figura 11). O Sudão do Sul, assim como a RCA, não possui acesso ao mar e sua infraestrutura de transportes de superfície é precária. Este fato aumenta a dependência por unidades de helicópteros utilitários (DORN, 2014).

Foto 5 - Unidade Aérea de Mi17 de Ruanda na UNMISS.



Fonte: UNITED NATIONS, 2020d.

Figura 12 - Unidades Militares da Missão de Paz da ONU no Líbano.



Fonte: UNITED NATIONS, 2020c (UNIFIL Force Deployment – Geospatial Information Section).

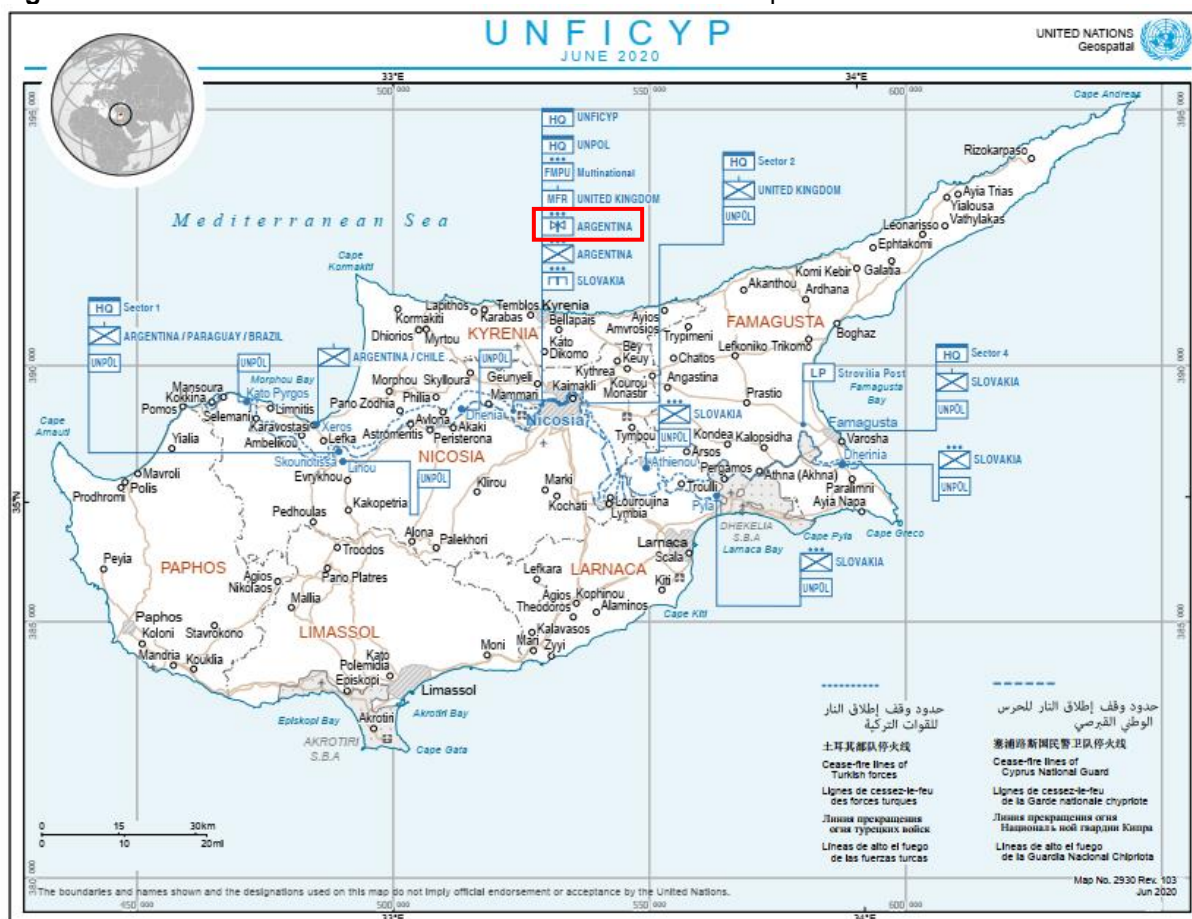
A Missão de Paz da ONU no Líbano (Figura 12) foi criada em 1978 a partir da resolução 462 do Conselho de Segurança da ONU e o Brasil já contribuiu até o momento com cerca de 4.000 (quatro mil militares) para esta operação.

Desde 2011 o Brasil lidera a Força Tarefa Marítima das Nações Unidas no Líbano com destacado êxito segundo Andrade, Hamann e Soares (2019), além de contribuir com contingente especializado na composição do Batalhão espanhol e no quartel general da operação. A Missão conta com uma unidade de helicópteros utilitários médios ofertada pelo Estado Italiano (Foto 6).

Foto 6 - Bell 212 Operado pela Itália na UNIFIL.



Fonte: UNITED NATIONS, 2020d.

Figura 13 - Unidades Militares da Missão de Paz da ONU no Chipre.

Fonte: UNITED NATIONS, 2020c (UNFICYP Force Deployment – Geospatial Information Section).

O Chipre é um país insular no Mar Mediterrâneo onde, desde 1964 ocorre a UNFICYP (Figura 13). Esta missão de paz tradicional, conta com a presença brasileira desde 1995 de maneira combinada com as Forças Argentinas.

Uma unidade aérea militar de helicópteros do tipo Bell-212 (Foto 7) e MD500 (Foto 8) operados pela Argentina é capaz de oferecer a mobilidade necessária para as Forças da ONU se mostrarem presentes em toda a extensão da área de operações por meio de patrulhas aéreas dinâmicas, missões de reconhecimento e de suporte logístico.

Foto 7 - Bell 212 Argentino na UNFCYP.

Fonte: UNITED NATIONS, 2020d.

Foto 8 - MD 500 Argentino na UNFCYP.

Fonte: UNITED NATIONS, 2020d.

A projeção do Poder Aeroespacial Brasileiro em operações de manutenção de paz da ONU representa uma oportunidade relevante. O Estado Brasileiro congrega sua tradicional reputação cooperativa com os objetivos nacionais de defesa que buscam contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacional (BRASIL, 2020).

Desta forma, é possível definir e reconhecer que o Poder Aeroespacial contribui significativamente para a condução e o cumprimento das operações de paz da ONU, sobretudo das atividades decorrentes do preparo de unidades aéreas de helicópteros como o H60L.

Dada a importância da relação assumida entre o Poder Aeroespacial e as OMP, cabe identificar e compreender os preceitos da teoria do Poder Aeroespacial, e a relevância estratégica da atividade de preparo de unidades aéreas militares de H60L sob a luz da teoria da Ciência Política e das Relações Internacionais que evidenciam os fundamentos do preparo para operações de paz.

3 FUNDAMENTOS DO PREPARO

O Preparo de pilotos, tripulantes e equipes de apoio de uma unidade aérea militar equipada com helicópteros H60L Black Hawk para atuação em operações de paz da ONU fundamenta-se preponderantemente sobre dois fatores: A cooperação e a dissuasão.

Estes dois fatores de interesse geopolítico do Estado Brasileiro são representados pelo caráter colaborativo e humanitário da contribuição do Poder Aeroespacial para a consecução dos objetivos das operações de paz da ONU, e pela dissuasão que emana da capacidade de projeção estratégica do Poder Aeroespacial.

Dissuasão é a atitude estratégica que, por intermédio de meios de qualquer natureza, inclusive militar, tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos (BRASIL, 2016c).

Segundo Amorim (2016), a estratégia brasileira combina cooperação e dissuasão e “investir em cooperação não é um ato de generosidade. É a maneira mais eficaz (e, provavelmente, a menos onerosa) de proteger nossos interesses e a nossa integridade”.

A paz mundial é fundamental para nossa prosperidade. Devemos contribuir ativamente para fortalecê-la. É o que temos feito por meio de nossa participação diferenciada **e qualificada** em operações de paz das Nações Unidas (AMORIM, 2016, p.306, grifo nosso).

Desta forma, a contribuição do Estado Brasileiro com efetivos devidamente qualificados por meio do preparo para operações de paz das Nações Unidas é fundamental para a prosperidade nacional.

O caráter cooperativo do preparo provém, segundo Dorn (2014), da contribuição das características do Poder Aeroespacial para operações de paz das Nações Unidas.

Já o caráter dissuasório do preparo é representado pela projeção do Poder Aeroespacial, como uma das capacidades a serem desenvolvidas pela Força Aérea Brasileira para enfrentar possíveis desafios futuros (BRASIL, 2018b).

De acordo com o Livro Branco da Defesa Nacional, a relação existente entre cooperação e dissuasão vincula a política externa brasileira a sua política de defesa.

Pela dissuasão e pela cooperação, o Brasil fortalecerá, assim, a estreita vinculação entre sua política de defesa e sua política externa,

historicamente voltada para a causa da paz, da integração e do desenvolvimento (BRASIL, 2012c, p. 51).

O caráter ambíguo do preparo para Operações de Paz da ONU encontra sustentação sobre os debates entre as teorias realista e liberal (ou idealista), que, apesar de serem epistemologicamente antagônicas, assumem uma complementaridade mútua no contexto das operações de paz, conforme observado por Islam (2004).

Há um grande debate travado entre realistas e idealistas, que têm sido respectivamente pessimistas e otimistas em sua resposta a esta questão central de garantir a paz e a segurança por meio das operações de manutenção de paz da ONU. Os idealistas acreditam que a cooperação é possível e a segurança internacional pode ser alcançada por meio de uma organização internacional como a ONU. Por outro lado, os teóricos realistas das relações internacionais argumentam que o sistema internacional deve necessariamente ser um sistema de autoajuda (*Self Help*) composto de atores estatais unitários (ISLAM, 2004, p.25, tradução nossa)⁴⁰.

Todavia, a adoção de um protocolo de preparo de pilotos, tripulantes e equipes de apoio de unidades aéreas militares para o emprego de helicópteros H60L em operações de paz da ONU somente adquire a relevância suficiente para estabelecer o debate teórico entre as duas escolas citadas a partir do momento em que se torna possível evidenciar o valor da contribuição das características do Poder Aeroespacial para estas operações.

3.1 Teoria do Poder Aeroespacial

A presença de uma unidade aérea militar de helicópteros médios em operações de manutenção de paz da ONU, com recursos humanos especialmente preparados para tal atuação, oferece características do Poder Aeroespacial favoráveis à consecução dos objetivos de seus mandatos (DORN, 2014).

Poder Aeroespacial é uma designação recente do termo “Poder Aéreo” que tem sido foco de estudos e do desenvolvimento da estratégia militar moderna desde o término da Primeira Guerra Mundial, quando se constatou que as aeronaves não se tratavam de meros equipamentos voadores e sim de um vetor capaz de desestabilizar o teatro de operações.

⁴⁰ *There is a great debate that has raged between realists and idealists, who have been respectively pessimistic and optimistic in their response to this central question of securing peace and security through UN peacekeeping. Idealists believe that cooperation is possible and international security can be achieved through international an organization such as UN. On the other hand, realist theorists of international relations argue that the international system necessarily has to be self-help system made up of unitary state actors (ISLAM 2004, p.25).*

A partir do primeiro registro do uso de aeronave como efetivo instrumento de combate na guerra Ítalo-turca (1911-1912), despertou-se o interesse pelo desenvolvimento das teorias do Poder Aéreo e pela distinção das características do emprego das aeronaves, conforme relatado por Rosa (2014).

Estas aplicações se limitavam inicialmente à observação do campo de batalha, ao correio aéreo e ao transporte de cargas leves. No entanto, impulsionado pelo interesse bélico das nações, estes novos vetores aéreos passaram a assumir um papel essencial ao realizar missões mais complexas como bombardeios, reconhecimento estratégico, transporte de tropa, ataque, busca e salvamento.

O General do Exército Italiano Giulio Douhet (1869-1930) foi o primeiro grande pensador do Poder Aéreo (ou Poder Aeroespacial), a constatar a importância estratégica de se dominar os ares.

Dominar o ar significa estar em condições de impedir o voo do inimigo ao mesmo tempo em que garantimos esta faculdade para nós mesmos [...]. O avião pode deslocar-se em todas as direções – com mobilidade e com velocidade superiores às de qualquer outro meio militar (DOUHET, 1988).

A concepção de Douhet exaltava o caráter autossuficiente da aviação. No entanto, foi o Marechal da Força Aérea Britânica (*Royal Air Force* - RAF), Sir Hugh Montague Trenchard (1873-1956), que, por reconhecer a importância dos meios aéreos para a consecução de objetivos estratégicos, acrescentou a necessidade de coordenação entre estes e as Forças de superfície na terra e no mar (BRASIL, 2012a).

Conforme observado por Rosa (2014), tanto para Douhet, quanto para Trenchard, o Poder Aeroespacial era fundamentalmente ofensivo, mas foi o General do Exército Norte Americano, William Mitchell quem apresentou os primeiros ensaios sobre a importância da capacidade defensiva das aeronaves.

De acordo com Jasper (2018), as análises de Douhet, Trenchard e Mitchell reconheciam a arma aérea como eminentemente estratégica e ofensiva.

As teorias desenvolvidas até aquele momento foram analisadas pelo industrial georgiano Alexander Nicolaievich Prokofieff de Seversky (1894-1974), que, além de comprovar as assertivas de Douhet e Trenchard a partir dos resultados das batalhas aéreas ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial, ainda foi capaz de concluir que o sucesso das operações de superfície depende fundamentalmente do domínio do ar (BRASIL, 2012a).

Observando-se o emprego da aviação ao longo do século XXI, sobretudo, em missões da ONU, foi possível constatar, de acordo com Dorn (2014), que as características do Poder Aeroespacial emanadas do preparo de Unidades aéreas de helicópteros como o H60L, também são úteis ao atendimento dos objetivos das operações de paz.

O emprego do Poder Aeroespacial em operações de não-guerra é alvo dos estudos de Hillen (1998), que constatou a importância da contribuição das características da Aviação para a consecução de tarefas de cunho humanitário, sobretudo no que se refere às operações de manutenção de paz.

O Poder Aeroespacial [...] nas operações de manutenção de paz, por razões de cultura estratégica, foi por muitos anos uma ciência desconhecida [...]. Definido de forma clássica, [as OMP], exigiam tropas imparciais e passivas trabalhando com o consentimento dos beligerantes [...]. No entanto, seus princípios básicos passaram a ser apreciados e até colocados em prática nos últimos anos. (HILLEN, 1998, p.12, tradução nossa)⁴¹.

De acordo com Corum (1996), os helicópteros como o H60 Black Hawk exercem um papel humanitário decisivo em operações de paz devido à sua velocidade e capacidade de transporte para apoio a civis em áreas isoladas, apesar do alto custo de emprego e de manutenção em comparação com os aviões.

Melhorias na tecnologia de helicópteros levando a maior carga e velocidade, como no UH-60 Blackhawk, também nos deram a capacidade adicional de obter alimentos e suprimentos para civis em áreas isoladas. [...] com a capacidade de carga de um helicóptero UH-60 - aproximadamente 12 passageiros ou três a quatro toneladas de carga, apesar de uma aeronave de asas-fixas com a mesma capacidade possuir alcance de três a quatro vezes maior e requerer menos manutenção (CORUM, 1996, p.14, tradução nossa)⁴².

De acordo com a Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira, o Poder Aeroespacial possui características próprias, distintas dos demais componentes do Poder Militar, que podem potencializar ou limitar o seu emprego, em decorrência dos meios que utiliza e do ambiente com o qual interage (BRASIL, 2012a, p.31).

⁴¹ *The Airpower [...] in peacekeeping, for reasons of strategic culture, was for many years an unknown science [...]. Classically defined, it required impartial and passive troops working with the consent of the belligerents[...]. Nonetheless, its basic tenets have come to be appreciated and even put into practice in the past several years (HILLEN, 1998, p.12).*

⁴² *Improvements in helicopter technology leading to greater lift and speed, as in the UH-60 Blackhawk, also have given us the additional capability to get food and supplies to civilians in isolated areas.[...] A light, twin-engined short takeoff, and landing (STOL) transport had about the same lift capacity as a UH-60 helicopter—approximately 12 passengers or three to four tons of cargo. Helicopters with significant lift capability, however, were highly restricted due to their relatively short range. Transports, on the other hand, have approximately three or four times the range of lift helicopters. In addition, fixed-wing light transports require only a fraction of the maintenance required by helicopters, and the per-hour cost for flight operations is approximately one quarter the cost of lift helicopters (CORUM, 1996, p.14).*

Segundo Dorn (2014), dadas as condições encontradas em operações de manutenção de paz, tais como infraestrutura rodoviária deficiente, a necessidade de demonstrar presença e de prover apoio logístico com efetivos relativamente pequenos em grandes extensões territoriais, o emprego de helicópteros torna-se fundamental.

Desta forma, características do Poder Aeroespacial emanadas do preparo de pilotos, tripulantes e equipes de apoio de H60 se apresentam como fatores de força que contribuem significativamente para o cumprimento dos objetivos das operações de paz (Quadro 4).

Quadro 4 - Contribuição das Características do Poder Aeroespacial para Operações de Paz.

Características Positivas do Poder Aeroespacial	Definição	Contribuição para Operações de Paz da ONU
Alcance	Potencial para atingir objetivos a grandes distâncias	“Aprimora o apoio logístico e permite um monitoramento mais eficaz da força tradicional de observadores da manutenção de paz.” (CORUM, 1996)
Flexibilidade e Versatilidade	Capacidade de alternar entre objetivos e níveis (estratégico, operacional ou tático)	“O Poder Aeroespacial em operações de paz desempenha múltiplos papéis desde o nível tático ao estratégico como ações de diplomacia coercitiva e de assistência humanitária.” (TUBBS, 1995)
Mobilidade	Capacidade de desdobrar de um aeródromo para outro, sem perda de efetividade	“O terreno, o clima e a falta de estradas, ferrovias e outras linhas de comunicação exigem o emprego do Poder Aeroespacial em operações de paz.” (DORN, 2014)
Penetração	Capacidade para adentrar o território hostil	“Helicópteros são facilitadores que dão a operação de paz a mobilidade e agilidade necessárias para interpor-se e prevalecer contra atores hostis.” (NOVOSSOFF, 2017)
Pronta-resposta	Habilidade para reagir, imediatamente, a uma demanda	“A pronta resposta de helicópteros militares é fundamental no atendimento a crises humanitárias como visto em 2010 no Haiti ⁴³ .” (DORN, 2014)
Velocidade	Potencial para percorrer, rapidamente, grandes distâncias	“Aeronaves podem se deslocar com grande velocidade em comparação com outros meios disponíveis em operações de paz.” (DORN, 2014)

Fonte: o autor, com base em Brasil (2012a), Corum (1996), Tubbs (1995), Novosseloff (2017) e Dorn (2014).

⁴³ Em 12 de janeiro de 2010, ocorreu um terremoto catastrófico no Haiti, onde estima-se a morte de cerca de 200.000 pessoas logo após o abalo sísmico, que deixou mais de 1,5 milhão de flagelados em consequência dos danos estruturais causados.

Walter Dorn, em seu livro, *Air Power in UN Operations: Wings for Peace*, apresenta uma série de relatos dele próprio e de especialistas sobre o emprego do Poder Aeroespacial em operações de manutenção de paz desde 1948 até os dias atuais. O autor dá especial enfoque às peculiaridades emergentes dos conflitos do século XXI. Esta obra é o marco teórico da pesquisa, pois estabelece a relação entre o preparo e a aplicação do Poder Aeroespacial e os seus resultados em operações de manutenção de paz.

O preparo de unidades aéreas militares de helicópteros para atuação em operações de manutenção de paz, a partir da contribuição das características do Poder Aeroespacial, assume um importante papel como instrumento de política externa e de defesa, cujos fundamentos são evidenciados pela análise do conceito de cooperação internacional.

3.2 Cooperação Internacional

Após analisar o histórico de atuações de vários países, inclusive o Brasil, em operações de manutenção de paz da ONU entre 1948 e 1995, Neack (1995) concluiu que o cumprimento de objetivos nacionais é o fator preponderante para a decisão de um país em participar desta atividade.

[...] O que o registro sobre OMP sugere? Afirmo que o padrão de participação do Estado, a distribuição geográfica das operações, os vários relatos dos fracassos e sucessos das operações individuais e os relatos das percepções e as intenções dos Estados pela manutenção de paz sugerem que os Estados se envolvam nas missões de paz da ONU principalmente para servir aos seus próprios interesses nacionais (NEACK, 1995, p.184, tradução nossa)⁴⁴.

No entanto, existem outros fatores relevantes relacionados à postura pacifista e humanitária assumida pelo Estado Brasileiro no bojo de sua Carta Constitucional que, conforme descrito por Lopes (2009), norteiam as relações internacionais e a participação do Brasil no Sistema das Nações Unidas, o que contradiz a análise anterior de Neack (1995).

A inserção na constituição brasileira dos princípios que norteiam as relações internacionais demonstra que o Brasil é um participante ativo na construção

⁴⁴ [...] What does the record on UN peace-keeping suggest? I contend that the pattern of state participation, the geographical distribution of operations, the various accounts of the failures and successes of individual operations, and the accounts of the perceptions and intentions of the peace-keeping states suggest that states become involved in UN peace-keeping mainly to serve their own national interests.

da ordem internacional, buscando tornar a sociedade mais justa e equitativa. Esses princípios constitucionais que governam as relações internacionais servem de supedâneo à hermenêutica constitucional. Observa-se que a ordem constitucional e a ordem internacional estão em harmonia, pois os princípios traçados na ordem interna estão em sintonia com os princípios estabelecidos no sistema das Nações Unidas. Embora não mencionado explicitamente na Constituição, o princípio da boa-fé é um dos vetores das relações internacionais (*pacta sunt servanda*)⁴⁵, na qual os Estados devem respeitar as obrigações internacionalmente assumidas, quer decorrentes dos tratados internacionais, quer dos princípios acolhidos pela comunidade internacional (LOPES, 2009, p.15).

Desta forma, segundo Lopes (2009), a contribuição Brasileira apresenta os compromissos internacionais e a boa-fé como elementos relevantes e vetores dos esforços pela manutenção da paz mundial representados na participação Brasileira em operações de paz.

Este caráter cooperativo assumido pelo Brasil em operações de paz da ONU apresenta historicamente um equilíbrio entre interesses estratégicos nacionais e a colaboração altruísta em busca da paz e estabilidade, sobretudo em seu entorno estratégico.

Esta postura se confirma pela observação de Freire e Santos (2017), ao apontar que, “apesar do Brasil, como país emergente, não realizar por si só transformações no sistema internacional, não é tão pequeno a ponto de se sujeitar ao fluxo ditado pelas grandes potências”, logo, o preparo e a participação em operações de paz, trazem grandes benefícios ao país.

Em termos de defesa, ao demonstrar eficiência operacional no concerto das operações de paz, empregando contingentes devidamente equipados, com padrões de disciplina e organização, exercendo de forma competente e equilibrada o comando de algumas missões, a capacidade dissuasória brasileira ganha especial destaque no cenário internacional. (FREIRE; SANTOS 2017, p.183).

Esta análise de Freire e Santos (2017) é ratificada pela assertiva contida na recente edição da Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2020) que avalia o preparo de pessoal como uma ferramenta diplomática relacionada à capacidade de dissuasão.

A Capacidade de Dissuasão, por sua vez, configura-se como fator essencial para a Segurança Nacional, [...]. A capacidade de dissuasão, que consiste não só na disponibilidade e prontidão de meios militares adequados, como

⁴⁵ *Pacta Sunt Servanda* – Este princípio básico do Direito Civil e do Direito Internacional significa que os pactos devem ser cumpridos.

também da capacitação do seu pessoal, é uma ferramenta da diplomacia (BRASIL, 2020, p.27).

Entre as atividades de paz e segurança, é importante diferenciar as Operações de Manutenção de Paz (*Peacekeeping*) das Operações de Imposição da Paz⁴⁶ (*Peace enforcement*). Este aspecto é explorado por Tubbs (1995) ao constatar que o valor da prontidão para operações de paz supera o valor da ação ofensiva.

A imposição da paz exige que os militares operem na área cinzenta mal definida entre a paz e a guerra. A natureza da missão exige que a força militar seja usada como barreiras psicológicas, em vez de instrumentos físicos de poder. A principal contribuição do Poder Aeroespacial para a imposição da paz é fornecer uma poderosa força psicológica coercitiva que pode complementar as forças terrestres e uma diplomacia forte. Em última análise, a eficácia do Poder Aeroespacial dependerá mais da capacidade intelectual da liderança militar do que da força bruta que ela pode oferecer (TUBBS, 1995, p. 73, tradução nossa)⁴⁷.

Apesar desta constatação, conforme analisado por Aguilar (2015), nada impede que o Brasil participe de Operações de Imposição da Paz. No entanto este tipo de atividade contradiz a postura internacional adotada pelo país.

De acordo com Alsina-Júnior (2009), a Política Nacional de Defesa transcende o emprego do Poder Militar. No entanto deve-se administrar com cautela o preparo das Forças Armadas para ações de Manutenção de Paz sob o risco de desviar o caráter bélico e coercitivo de suas aplicações para tarefas de defesa.

Ainda que a imposição da paz possa ter semelhanças com o emprego convencional das forças armadas em conflitos interestatais, há de se admitir que as funções de *peacekeeping* estejam muito mais próximas das de caráter parapolicial do que das relacionadas ao combate entre Forças regulares. O risco decorrente da superestimação da importância das atividades de manutenção de paz seria o de especializar as Forças Armadas brasileiras nesse tipo de missão, negligenciando a centralidade das tarefas clássicas de defesa da soberania (ALSINA-JÚNIOR, 2009, p. 190).

Até o início do século XXI, ainda havia poucos estudos sobre o papel das operações de paz da ONU como instrumento de política internacional, conforme

⁴⁶ Imposição da Paz corresponde às ações adotadas ao abrigo do capítulo VII da Carta, incluindo o uso de força armada para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais em situações nas quais tenha sido identificada e reconhecida a existência de uma ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão. Nesses casos, tem sido delegada às coalizões de países ou às organizações regionais e sub-regionais a execução, mas não a condução política, do Mandato de intervenção (BRASIL, 2013).

⁴⁷ *Peace enforcement requires the military to operate in the ill-defined gray area between peace and war. The nature of the mission requires military force to be used as psychological barriers rather than physical instruments of power. Airpower's main contribution to peace enforcement is to provide a powerful psychological coercive force which can complement ground forces and strong diplomacy. In the final analysis, the efficacy of airpower will depend more on the intellectual ability of the military leadership than on the brute strength of the force it can deliver* (TUBBS, 1995, p. 73).

apontado por Bellamy (2004):

[...] mais de uma década depois, no entanto, ainda há muito pouco trabalho sobre o papel que as operações de paz desempenham na política global. Em particular, a afinidade entre operações de paz e teoria das relações internacionais permanece inexplorada⁴⁸ (BELAMY, 2004).

Ao longo da história das operações de paz, nota-se que o Brasil sempre buscou conciliar os interesses políticos-estratégicos nacionais com a postura de agente de cooperação para a manutenção da paz e da segurança internacional.

A tradição colaborativa e a atitude do Brasil no arranjo das nações levou o país a se destacar como o segundo membro mais vezes eleito a ocupar as vagas rotativas do Conselho de Segurança da ONU, onde esteve presente por dez biênios: 1946-47, 1951-52, 1954-55, 1963-64, 1967-68, 1988-89, 1993-94, 1998-99, 2004-05 e 2010-11 (BRASIL, 2019d).

No âmbito das relações internacionais, o termo “*Gunboat Diplomacy*”⁴⁹ refere-se à dissuasão que minimiza as intenções externas de infringir dano ao Estado a partir da demonstração de suas capacidades, sendo possível desta forma, inferir o valor estratégico que reveste o preparo para a projeção do Poder Aeroespacial em operações de paz.

O Estado brasileiro declara ostensivamente que sua política externa está vinculada à política nacional de defesa por meio do equilíbrio entre a dissuasão e a cooperação (BRASIL, 2012b), logo o desenvolvimento da capacidade de projeção do Poder Aeroespacial em operações de paz favorece os interesses geopolíticos e estratégicos do país.

O preparo de uma unidade aérea da FAB para a atuação em operações de paz da ONU é uma ação alinhada com a concepção estratégica de defesa brasileira. Esta ação permite cumprir a conduta estabelecida pela Estratégia Nacional de Defesa (END), de “estar preparado para atender às possíveis demandas de participação em operações de paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas ou de organismos multilaterais” (BRASIL, 2020 p.33).

O interesse pela participação qualificada do Estado Brasileiro em operações

⁴⁸ *More than a decade on, however, there remains remarkably little work on the role that peace operations play in global politics. In particular, the relationship between peace operations and international theory remains unexplored.* (BELAMY, 2004).

⁴⁹ *Gunboat Diplomacy*, também conhecido como “diplomacia das canhoneiras” é um termo que se refere à busca de resultados em política externa a partir do poder dissuasório representado pela capacidade de agir, sobretudo, com meios militares.

de manutenção de paz das Nações Unidas é apresentado por Kenkel (2011) como uma questão lógica, em que os esforços de preparo e emprego das Forças Armadas são motivados pelo atendimento a múltiplos objetivos voltados para a resolução pacífica de conflitos.

A participação em operações de paz permite ao Brasil satisfazer a lógica de adequação, conduzindo-se de forma clara de apoio à ONU como instituição, especificamente em matéria do reforço de seus mecanismos para a resolução pacífica de conflitos (KENKEL, 2011, p.29).

Desta forma é possível atestar, assim como observado por Nye (2009), a relação paradoxal de cooperação e conflito que se estabelece nas relações internacionais. Isso evidencia o cerne do presente trabalho, em que o preparo de unidades aéreas para operações de paz assume tanto o caráter dissuasório pelo desenvolvimento da capacidade de projeção do poder Aeroespacial, quanto o caráter colaborativo pela contribuição para manutenção da paz mundial.

Conforme apontado por Islam (2004), sob a ótica da Ciência Política e das Relações internacionais, o caráter ambíguo assumido pela cooperação internacional em operações de manutenção de paz das Nações Unidas é sustentado pelo debate teórico entre as teorias realistas e liberais.

Entre os expoentes da corrente filosófica do realismo, destaca-se Thomas Hobbes (1588-1679), para quem a humanidade está em um constante estado de guerra e não há autoridade acima do Estado, pois no ambiente das relações entre Estados qualquer ação é motivada por interesses de poder e soberania (HOBBS, 2019).

Este é o caráter essencial do realismo ao encarar com ceticismo a possibilidade de cooperação altruísta entre Nações em busca da paz. (JAKSON, SORENSEN, 2007).

Já Immanuel Kant (1724-1804), um dos fundadores do liberalismo, escola filosófica também conhecida como idealismo, constata que em longo prazo, os seres humanos viveriam em paz por três razões. Seriam elas: o maior poder destrutivo das guerras; o desenvolvimento das democracias liberais, e o crescimento da interdependência entre os Estados (NYE, 2009).

Neste sentido, a cooperação internacional decorre da compreensão da interdependência entre Estados em busca da estabilidade e da paz.

Bellamy (2004) apresenta o ponto de vista Realista sobre a participação do Estado com suas Forças Armadas em operações de paz:

Partes da literatura de relações internacionais sobre operações de paz e intervenção humanitária adotam uma abordagem mais normativa, proporcionada pelo nível mais alto de abstração em que opera. Embora não possam ser descritos como "críticos" porque tomam o mundo como o encontram, abordagens realistas às operações de paz são conscientemente normativas. Os realistas tendem a apresentar dois argumentos relacionados a operações de paz: primeiro, os Estados não podem agir como árbitros imparciais em conflitos civis ou internacionais, porque sempre buscam seus próprios interesses. Segundo, que os Estados não devem comprometer recursos significativos ou prejudicar seus cidadãos na tentativa de resolver conflitos no exterior, porque isso dificilmente é de interesse imediato. Mais especificamente, eles sustentam que a força deve ser usada apenas quando a própria sobrevivência do Estado ou seus interesses nacionais vitais estão em risco. Nas Operações de Manutenção de Paz ou em tempos de suprema emergência humanitária no exterior, nem a sobrevivência nem os interesses vitais dos Estados intervenientes estão em jogo. (BELLAMY, 2004, p.24, tradução nossa)⁵⁰

Uma vez que o emprego de recursos humanos e materiais são limitados, torna-se necessário compreender quais são os fatores preponderantes que levam o Estado Brasileiro a preparar unidades aéreas de H60L Black Hawk para operações de paz das Nações Unidas.

Neste sentido, tendo em vista as contribuições passadas do Brasil para operações de paz da ONU, Aguilar (2015) delineou sete fatores que incitam o Estado Brasileiro a participar com recursos humanos especialmente preparados para operações de paz das Nações Unidas:

Para os militares, a participação das Forças Armadas nas operações de paz se relaciona com fatores importantes. Primeiro: a possibilidade de manter parte de seus efetivos adestrados em um ambiente de conflito. Segundo: a possibilidade de renovação do equipamento por meio das aquisições necessárias para dotar a tropa do melhor equipamento possível, já que parte desse custo é coberto pelo reembolso da ONU em decorrência do desgaste do material empregado. Terceiro: em relação aos vencimentos, uma vez que para os militares que integram uma operação de paz significa um aporte financeiro, pois os valores pagos quando em missão oficial no exterior superam os vencimentos recebidos no país. Quarto: colabora para a projeção do Poder Nacional no contexto internacional e permite o reconhecimento de outros países quanto ao nível profissional dos militares brasileiros, reforçando a estratégia da dissuasão. Quinto: atua como âncora da política externa brasileira quanto à solução pacífica de conflitos e

⁵⁰ *Parts of the International Relations literature on peace operations and humanitarian intervention adopt a more normative approach, which is afforded by the higher level of abstraction that it operates at. Although they cannot be described as 'critical' because they take the world as they find it, realist approaches to peace operations are self-consciously normative. Realists tend to make two related arguments about peace operations: first, that states cannot act as impartial arbiters in civil or international conflicts because they always pursue their own interests. Second, that states ought not to commit significant resources or place their citizens in harm's way in an attempt to resolve conflict overseas because doing so is hardly ever in their immediate interests. More specifically, they hold that force should only be used when the very survival of the state or its vital national interests are at stake.22 In peacekeeping operations or in times of supreme humanitarian emergency overseas neither the survival nor vital interests of the intervening states are at stake. (BELLAMY, 2004).*

desarmamento e fortalece os laços de confiança com os países amigos. Sexto: permite a melhoria do nível de cultura da tropa aumentando seu conhecimento sobre os povos e as áreas em que atua. Sétimo: possibilita a aquisição de conhecimentos para aprimorar a doutrina militar por conta da convivência com tropas de diferentes países (AGUILAR, 2015, p.127).

A partir da análise de Aguilar (2015) pode-se constatar que, por meio da participação em operações de manutenção de paz da ONU, o Estado Brasileiro cumpre múltiplos objetivos relacionados ao Poder Militar e à soberania nacional.

Desta forma o preparo de uma unidade aérea militar equipada com helicópteros H60L para OMP apresenta ao país a oportunidade de cumprir compromissos internacionais, fortalecer aspectos internos de gestão organizacional, e ainda atingir objetivos estratégicos de defesa relacionados ao desenvolvimento da capacidade de projeção do Poder Aeroespacial e à cooperação internacional (Quadro 5).

O Brasil pode concretizar estas oportunidades por meio de suas Forças Armadas, em especial, da Força Aérea Brasileira, sendo para tanto, ressarcido e logisticamente amparado pela estrutura consolidada das Nações Unidas.

Quadro 5 - Oportunidades Derivadas do Preparo de Unidades Aéreas para Operações de Paz.

1	2	3
Cumprir compromissos internacionais	Fortalecer aspectos internos de gestão organizacional	Atingir objetivos estratégicos da Defesa Nacional

Fonte: o autor.

Ao considerar os fatores geopolíticos que conduzem o país a preparar e oferecer uma unidade aérea militar de helicópteros para atuar em operações de paz das Nações Unidas além de suas fronteiras, é necessário observar quais os elementos no cenário internacional que motivam tal contribuição.

A fundamentação teórica que ampara o preparo de unidades aéreas militares de helicópteros H60L para operações de paz da ONU encontra suporte no debate das teorias realistas e liberais acerca do conceito de cooperação internacional. Este conceito pode ser deduzido como um o ato de ajuda mútua entre dois ou mais Estados cuja finalidade consiste em um objetivo comum de caráter político, cultural, estratégico, econômico ou humanitário.

A simples participação em operações de paz, por si só, já apresenta um caráter ambíguo, tendo em vista a possibilidade de um processo colaborativo altruísta de motivação humanitária e coletiva ou a cooperação estratégica e temporária com intenções de projeção do Poder Militar.

De acordo com Müller e Steinke (2018), após verificar a participação brasileira em operações de paz por diversos anos, sobretudo na missão de paz no Haiti entre 2004 e 2017, é possível constatar o desenvolvimento de uma postura própria do Estado Brasileiro em participar de operações de paz, que visa equilibrar tanto seus interesses estratégicos quanto os interesses da comunidade global.

Depois de várias décadas em que as missões de paz internacionais eram de interesse apenas marginal para o Brasil, o país começou a buscar uma estratégia de '*branding* nacional' que visava projetar Poder Geopolítico por meio de uma estratégia de marketing simbólica. A estratégia promoveu o Brasil como uma progressiva 'superpotência humanitária', defendendo uma 'forma brasileira de manutenção da paz (*Brazilian way of peacekeeping*)' voltada para a solidariedade, 'culturalmente sensível' e, portanto, 'melhor'. (MÜLLER; STEINKE, 2018, p. 9, tradução nossa⁵¹)

No entanto o estudo realizado por Popovic *et al* (2018) ressalta que a participação brasileira em operações de paz como a MINUSCA, na República Centro Africana, representaria uma possibilidade de preparo para o tipo de conflito de contra insurgência, além de favorecer a projeção dos interesses geopolíticos brasileiros.

Tais ações podem ampliar a projeção de poder diplomático e militar do Brasil na África, expandido a capacidade nacional de projeção de poder no exterior, ampliando sua influência em assuntos globais e mantendo a preparação e o pronto-emprego do soldado brasileiro na forma de combate que marcará o século XXI, a contra insurgência, levando para outras paragens o acumulado histórico do Brasil na área (POPOVIC *et al*, 2018 p. 15).

O Realismo estabelece limites para a cooperação internacional, no entanto Carr (2001), mesmo se tratando de um dos expoentes do Realismo Clássico, constatou, por meio de sua análise, a importância do pensamento liberal na construção das Relações Internacionais a partir da valorização do conceito moral e da ética para a harmonia entre as nações.

O preparo de uma unidade aérea militar para operações de manutenção da paz das Nações Unidas explora concomitantemente conceitos e valores Realistas e Liberais que remetem ao equilíbrio conceitual apresentado pelas análises de Martin Wight (1913-1972), discutidos e organizados por Hedley Bull (1932-1985) ao desenvolver os preceitos da Escola Inglesa das Relações Internacionais.

⁵¹ After several decades in which international peacekeeping missions were only of marginal interest for Brazil, the country started to pursue a 'nation branding' strategy that aimed at projecting geopolitical power via a symbolic marketing strategy. The strategy promoted Brazil as a progressive 'humanitarian superpower', advocating a solidarity-driven, 'culturally sensitive', and therefore 'better' 'Brazilian way of peacekeeping' (Müller e Steinke, 2018, p. 9).

De acordo com Jackson e Sorensen (2007), a Escola Inglesa, também conhecida como Sociedade Internacional, possui conceitos centrais como o solidarismo e a soberania estatal que antes pareciam antagônicos no debate teórico Realista e Liberal.

Para Wight (2002), a estrutura de uma “sociedade Internacional” é evidente e pode ser comprovada pela existência das instituições internacionais e das atividades de cooperação submetidas às regras do direito internacional e a um sistema diplomático.

Nos assuntos internacionais há tanto cooperação quanto conflito; existe um sistema diplomático e o direito internacional e instituições internacionais que complicam ou modificam o andamento da política do poder; e existem até regras para limitar as guerras, que não deixam de ter influência. Dificilmente pode ser negada a existência de um sistema de estados, e admitir que tal sistema existe acarreta admitir em parte a existência de uma sociedade, pois uma sociedade corresponde a um certo número de indivíduos ligados por um sistema de relacionamentos com certos objetivos comuns (WIGHT, 2002 p. 97)

A discussão e os conceitos levantados por Wight (2002) foram desenvolvidos e organizados por Bull (2002), que, ao longo das décadas de 70 e 80, em plena Guerra Fria⁵², traçou os preceitos da Sociedade Internacional e de seus elementos constituintes, entre os quais, se destacava a cooperação entre Estados.

Com efeito, o sistema internacional moderno reflete todos os três elementos singularizados respectivamente pela tradição hobbesiana, kantiana e grociana: a guerra e a disputa pelo poder entre os estados, o conflito e a solidariedade transnacionais, superando as fronteiras dos estados, e a cooperação e o intercâmbio regulado entre os Estados. (BULL, 2002 p.51).

Porém, é nas bases do Direito Internacional Humanitário, sob a análise de Philippini (2017), que pode ser verificado o subsídio necessário para estabelecer uma relação colaborativa no que tange ao preparo e ao posterior emprego de meios aéreos em operações de paz.

O direito internacional humanitário restringe-se aos meios e métodos nos conflitos armados. Sua relevância para as operações de paz deve-se ao fato de essas missões serem instaladas em ambientes violentos ou em locais em que um conflito já encerrado pode ser reiniciado, devido ao fato de existirem nesses ambientes pessoas que foram alvos de ações hostis,

⁵² Guerra Fria é a forma como ficou conhecido o período histórico entre 1947, com o início da Doutrina Truman, e 1991 com a dissolução da União Soviética. Este período foi caracterizado por ações armamentistas e por grande tensão geopolítica entre dois blocos antagônicos de países. De um lado havia o Bloco Ocidental ou Capitalista liderado pelos Estados Unidos e de outro, o Bloco Oriental, ou Socialista, liderado pela Ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

prisioneiros de guerra ou grupos vulneráveis à Convenção de Genebra e outras leis humanitárias (PHILIPPINI, 2017, p. 152).

O cenário internacional após o período da “Guerra Fria” levou ao surgimento de novos tipos de operações de paz, refletindo a estratégia militar contemporânea devido à mudança da natureza dos atores envolvidos nos conflitos (PHILIPPINI, 2017) e as regras do Direito Internacional Humanitário passaram a ser um código comum a ser respeitado pelas forças envolvidas em operações de paz (CICV, 2020).

Em 10 de novembro de 1961, foi redigido pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) um memorando sobre a necessidade de assegurar que as forças colocadas à disposição da ONU observassem os princípios da Convenção de Genebra. Este documento intitulado *Application and Dissemination of the Geneva Convention* foi redigido pelo Secretário Geral da ONU, aos Estados Signatários da Convenção de Genebra e aos membros das Nações Unidas (PHILIPPINI, 2017, p. 153)

O Brasil não possui inimigos declarados e busca tradicionalmente adotar uma postura de cooperação pela paz e estabilidade internacional destacando-se pela ação humanitária e pela participação em operações de paz.

A diplomacia brasileira mantém relações amistosas e oferece apoio humanitário aos países onde atualmente ocorrem operações de manutenção de paz. Esta atitude vem se desenvolvendo de maneira crescente ao longo das últimas décadas e, conforme apontado por Bracey (2011), as contribuições brasileiras para as missões de manutenção de paz estão ligadas a objetivos pragmáticos de sua política externa.

Durante a década de 90, o Brasil atuou com efetivos militares em países de língua portuguesa como Moçambique, Angola, Guiné Bissau e Timor-Leste em uma evidente estratégia de apoio e cooperação entre países lusófonos.

Cabe destacar os laços diplomáticos, culturais e comerciais do Brasil com a República Democrática do Congo e com a República do Líbano, onde estão estabelecidas respectivamente as missões MONUSCO e UNIFIL. Duas operações que contam com a maior participação brasileira entre as treze operações em curso.

Atualmente, há laços de cooperação evidenciados entre membros da ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul) como a República Democrática do Congo ou pela ligação histórica dada pela relação econômica e cultural estabelecida entre Líbano e Brasil, que possui milhões de cidadãos libaneses, descendentes, naturalizados ou radicados em solo brasileiro (IBGE, 2020).

De acordo com os princípios e diretrizes das operações de manutenção de paz das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2008)⁵³, o direito internacional dos direitos humanos é utilizado nas operações de paz das Nações Unidas à medida que todas essas missões são implementadas e conduzidas em observância à Declaração Universal dos Direitos Humanos, garantindo a todos o respeito aos direitos e liberdades fundamentais.

A relação entre o preparo de unidades aéreas militares de helicópteros H60L para Operações de manutenção de paz das Nações Unidas encontra justificativa por meio do caráter estratégico e dissuasório da capacidade de projeção do Poder Aeroespacial, além de contribuir para realização de diversos objetivos de interesse nacional.

Entre estes objetivos realizados, cabe destacar o cumprimento de compromissos internacionais, objetivos estratégicos da Defesa Nacional e o fortalecimento de aspectos internos de gestão organizacional.

Apesar da contribuição significativa tanto da Teoria do Poder Aeroespacial, quanto do conceito de cooperação internacional justificarem a oferta de uma unidade aérea militar de helicópteros H60 Black Hawk para OMP, cabe ainda considerar os objetivos estratégicos nacionais, bem como os preceitos da Doutrina Militar Aeroespacial que oferecem a base legal para o preparo.

3.3 Embasamento Legal

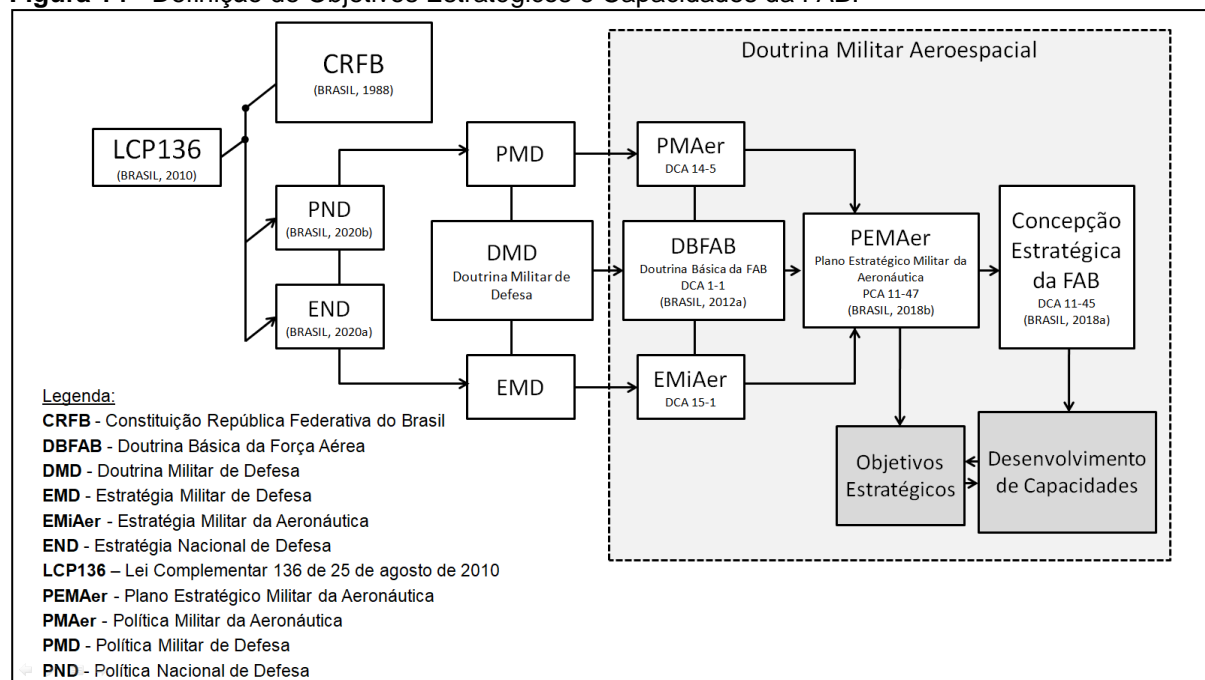
A estrutura legal Brasileira acerca da organização, do preparo e do emprego das Forças Armadas deriva da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) por meio da Lei Complementar 136 de 25 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010).

O preparo dos componentes de unidades aéreas de H60L da FAB para atuação em operações de paz da Organização das Nações Unidas encontra respaldo no arcabouço normativo da Doutrina Militar Aeroespacial Brasileira, que apresenta tanto os objetivos estratégicos, como as capacidades a serem desenvolvidas (Figura 8) visando desafios futuros.

⁵³ *United Nations peacekeeping operations: principles and guidelines*, também conhecido como *Capstone Doctrine* é o documento consolidado pelo Departamento de Operações de Paz da ONU que define os fundamentos das operações de paz das Nações Unidas.

Esta atividade de preparo fundamenta-se sobre os princípios constitucionais (BRASIL, 1988) e na necessidade de desenvolvimento da capacidade de projeção do Poder Aeroespacial (BRASIL, 2018b).

Figura 14 - Definição de Objetivos Estratégicos e Capacidades da FAB.



Fonte: o autor.

A política externa brasileira, conforme observado por Silva (2013), se pauta pelo combate a todas as formas de opressão aos povos e adota dez princípios apresentados no Artigo 4º da Constituição Federal. Três destes princípios contemplam sua realização por meio da participação brasileira em operações de paz da ONU: a solução pacífica de conflitos, a defesa da paz, e a cooperação entre povos para o progresso da humanidade (LOPES, 2009).

Uma das mais relevantes expressões dos objetivos estratégicos nacionais, que define a postura do Estado Brasileiro no concerto das Nações é representada pelo Livro Branco da Defesa Nacional - LBDN (BRASIL, 2012b), em que a atividade de preparo para operações de paz da ONU é apresentada como ação capaz de ampliar a projeção do país no contexto mundial reafirmando o compromisso nacional com a defesa da paz:

Para ampliar a projeção do país no contexto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil promove ações que se destinam a:

- intensificar sua participação em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais;
- dispor de capacidade de projeção de poder, visando à eventual participação em outras operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU [...] (BRASIL, 2012b p.54).

Conforme apresentado ainda no LBDN (BRASIL, 2012b), o Estado Brasileiro definiu seis metas constantes do Plano Brasil 2022⁵⁴, elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos visando à consecução dos objetivos estratégicos de defesa em uma perspectiva de longo prazo. A terceira meta deste plano é uma indicação explícita do interesse nacional pela participação em operações de paz da ONU de maneira adequada à estatura do país:

Meta 3: Participar de Operações de Paz e de ações humanitárias de interesse do País, no cumprimento de mandato da Organização das Nações Unidas (ONU), com amplitude compatível com a estatura geopolítica do País (BRASIL, 2012b p.54).

De acordo com a PND, com a END e com a Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira, a participação de meios Aéreos, pilotos, tripulantes e equipes de apoio da FAB em operações de manutenção de paz é uma ação estratégica de defesa alinhada com os objetivos nacionais de defesa.

A Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2020), apresenta oito objetivos nacionais estabelecidos em decorrência da análise dos ambientes internacional e nacional e suas projeções. Estes objetivos são as condições a serem alcançadas e mantidas permanentemente pela Nação brasileira no âmbito da defesa.

Cabe destacar dois destes objetivos nacionais de defesa (OND), que remetem diretamente à contribuição para a paz e estabilidade internacionais e ao incremento da projeção do Brasil no concerto das Nações (BRASIL, 2020).

VII. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais. Refere-se à participação do Brasil nos mecanismos de resolução de controvérsias no âmbito dos organismos internacionais, complementada pelas relações com toda a comunidade mundial, na busca de confiança mútua, pela colaboração nos interesses comuns e pela cooperação em assuntos de Segurança e Defesa.

VIII. Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais. Caracteriza-se pelas ações no sentido de incrementar a participação do Brasil em organismos e fóruns internacionais, em operações internacionais e na cooperação com outros países, visando a auferir maior influência nas decisões em questões globais (BRASIL, 2020, p. 25).

Para a realização destes objetivos nacionais de defesa, são elaboradas estratégias de defesa (ED) a serem cumpridas por meio de ações estratégicas de defesa (AED), conforme descrito na Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2020).

⁵⁴ O Plano Brasil 2022 é um conteúdo anexo ao Livro Branco da Defesa Nacional.

De acordo com a revisão bibliográfica realizada, é possível constatar que o preparo de pilotos, tripulantes de equipes de apoio para unidades aéreas militares de helicópteros H60L em operações de manutenção de paz das Nações Unidas é uma atividade que abrange a realização direta de pelo menos onze ações estratégicas de defesa (AED), cinco estratégias de defesa (ED) e dois objetivos nacionais de defesa (OND), conforme apresentado no Quadro 6:

Quadro 6 - Ações Estratégicas de Defesa derivadas do Preparo de UAe para OMP.

Objetivo Nacional de Defesa (OND)	Estratégia de Defesa (ED)	Ações Estratégicas de Defesa (AED)			
VII. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais	15. Promoção da integração regional [...]	76. Estimular o desenvolvimento de uma identidade sul-americana de defesa [...]	77. Intensificar as parcerias estratégicas [...]	78. Incrementar a participação brasileira em organismos multilaterais [...]	
	17. Atuação em organismos internacionais [...]	84. Desenvolver capacidades das Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais, sob o mandato de organismos multilaterais.		85. Aperfeiçoar o adestramento de civis e militares para participação em operações internacionais.	
	16. Promoção da cooperação internacional. [...]	79. Intensificar as medidas de fomento da confiança mútua [...]	80. Intensificar a realização de intercâmbios e acordos	81. Intensificar a realização de operações internacionais	82. Intensificar a atuação em foros multilaterais e em mecanismos inter-regionais
VIII. Incrementar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais	1. Fortalecimento do Poder Nacional	63. Incrementar a capacidade expedicionária, com foco na presteza e na permanência.			
	18. Atuação com base no multilateralismo [...]	84*. Desenvolver capacidades das Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais. *Conforme OND VII		86. Intensificar a atuação do Setor de Defesa em organismos internacionais.	

Fonte: Adaptado pelo autor de Brasil (2020) – Estratégia Nacional de Defesa.

A Força Aérea Brasileira pauta o planejamento de capacidades a serem desenvolvidas para os próximos anos em vista a dez possibilidades mais prementes de atuação, em que se pode destacar a Diretriz do Comando da Aeronáutica 11-45 conhecida como “Força Aérea 100” (BRASIL, 2018b):

Contribuição para a ordem e a paz mundiais e compromissos internacionais: a participação pode ser realizada em conjunto com outras nações, para operações internacionais de paz, mediante o consentimento das partes em litígio, a fim de alcançar um acordo de paz, bem como supervisionar a implementação dos termos de tais acordos (BRASIL 2018b, pg. 27).

Desta forma pode-se considerar que o preparo de tripulantes e equipes de apoio de unidades aéreas de H60L Black Hawk visando o emprego do Poder Aeroespacial em operações de paz da ONU consiste em uma atividade alinhada com os interesses estratégicos nacionais, sobretudo, no que se refere à capacidade de projeção do Poder Aeroespacial.

Dentro da Doutrina Militar Aeroespacial, destaca-se o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (BRASIL, 2018c), que tem por finalidade orientar, de forma integrada e articulada com a Concepção Estratégica “FORÇA AÉREA 100” (BRASIL, 2018b), as ações a serem desenvolvidas pela Força Aérea Brasileira (FAB), considerando o horizonte temporal de 2018 a 2027.

Neste documento não há alusão direta ao preparo para operações de paz. No entanto, apresenta o preparo da Força Aérea como um macroprocesso finalístico⁵⁵ protagonizado pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo e pelo Comando de Preparo (COMPREP) com a seguinte abrangência:

O Preparo da Força Aérea engloba o desenvolvimento doutrinário para o emprego da Força Aérea e para o adestramento de seus meios, em exercícios operacionais, para mantê-los em permanente prontidão (BRASIL, 2018c p.15).

Desta forma, é possível associar o planejamento estratégico da Força Aérea Brasileira à sua Visão de Futuro.

A Concepção Estratégica a ser atingida na completude dos seus 100 (cem) anos de existência é descrita como: “Uma Força Aérea de grande capacidade dissuasória, operacionalmente moderna e atuando de forma integrada para a defesa dos interesses nacionais” (BRASIL, 2018c).

⁵⁵Macroprocessos Finalísticos são processos que representam os principais valores entregues aos clientes de determinada instituição. No caso da FAB, o cliente é a Sociedade Brasileira (BRASIL, 2018b).

O preparo para a participação em operações de paz da ONU faz parte das capacidades a serem desenvolvidas para atender às necessidades futuras da FAB de acordo com a sua Concepção Estratégica (BRASIL, 2018c).

Tal assertiva evidencia-se pela dependência logística e operacional que as missões de paz possuem em relação ao Poder Aeroespacial, sobretudo da aviação de asas-rotativas pela sua capacidade de cumprir diversas missões essenciais para o desenvolvimento dos mandatos conforme observado por Novosseloff (2017).

Por meio da Lei Complementar 136, de 25 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010), são dispostas as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Estabelecendo, ainda parâmetros regimentais para a elaboração do Livro Branco da Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e da Política Nacional de Defesa. Em seus artigos 11 (onze) e 15 (quinze) são definidas as competências quanto à decisão da participação brasileira em Operações de Paz.

Compete ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas elaborar o planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas e assessorar o Ministro de Estado da Defesa na condução dos exercícios conjuntos e quanto à atuação de Forças brasileiras em Operações de Paz, além de outras atribuições que lhe forem estabelecidas pelo Ministro de Estado da Defesa. (BRASIL, 2010).

A Política Nacional de Defesa estabelece ainda a importância de as FFAA desempenharem responsabilidades crescentes em organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas.

A Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2020) evidencia que atividades de preparo e participação das Forças Armadas em operações de paz contribuem para a estabilidade regional e inserção internacional recebendo especial destaque como ações estratégicas de defesa.

A Diretriz Básica da Força Aérea Brasileira (BRASIL, 2012a) oferece o entendimento de que esta atividade pode ser considerada uma atribuição subsidiária do Comando da Aeronáutica e uma ação complementar da Força Aérea devido à capacitação específica requerida e à necessidade de atendimento aos compromissos internacionais firmados pelo país.

De acordo com os preceitos da Teoria do Poder Aeroespacial verifica-se o caráter estratégico do emprego do vetor aéreo e a contribuição específica de suas características, sobretudo, de helicópteros como o H60L Black Hawk com pilotos,

tripulantes e equipes de apoio devidamente qualificados para a consecução das tarefas encontradas em operações de paz.

Outra base teórica que evidencia o caráter estratégico da participação de unidades aéreas de H60L com recursos humanos especialmente preparados provém da Teoria da Ciência Política e Relações Internacionais no que se refere ao equilíbrio entre dissuasão e colaboração que emanam da cooperação internacional e dos interesses estratégicos nacionais concomitantemente.

Este equilíbrio é evidenciado pelo debate teórico entre a teoria realista e liberal conforme apontado por Islam (2004), Bellamy (2004) e Neak (1995), no entanto, o conceito de cooperação internacional que ampara as atividades de preparo de uma unidade aérea militar para operações de paz encontra fundamento nos preceitos da Escola Inglesa das Relações Internacionais.

É possível, ainda, constatar que há uma base legal relacionada ao Preparo dos componentes de unidades aéreas militares para operações de paz das Nações Unidas representada pelo arcabouço normativo da própria organização internacional, bem como pela legislação brasileira, onde esta atividade abrange diretamente, pelo menos onze ações estratégicas de defesa (BRASIL, 2020) relacionadas a dois objetivos nacionais de defesa (BRASIL, 2020).

Desta maneira, a partir de uma breve revisão teórica, é possível identificar os fundamentos na Teoria o Poder Aeroespacial e no conceito de cooperação internacional que justificam o preparo para operações de paz das Nações Unidas, conforme evidenciado por Dorn (2014), considerando ainda os objetivos nacionais de defesa e a base legal relacionada.

Dada a relevância dos fundamentos apresentados, resta demonstrar o protocolo aplicado aos componentes de unidades aéreas militares equipadas com a aeronave H60L, a fim de alcançar os requisitos e o nível de prontidão adequados visando o preparo para operações de paz.

4 O PREPARO PARA OPERAÇÕES DE PAZ

Preparo e emprego de unidades aéreas para operações de paz constituem duas etapas interdependentes de um processo de evolução constante, onde o preparo representa a capacitação por meio do desenvolvimento de competências para a aplicação dos recursos humanos e materiais de maneira efetiva no devido momento de seu emprego.

Este processo estabelece uma relação simbiótica onde a existência de uma etapa depende das consequências da outra, pois todo preparo visa o emprego oportuno da mesma maneira que a eficácia do emprego depende do preparo realizado.

As atividades voltadas para a capacitação de recursos humanos para operações de paz são de total responsabilidade do país contribuinte, conforme apresentado no Manual de Unidades Aéreas Militares em Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015):

Cada país contribuinte com tropas tem seus próprios padrões nacionais e programas de treinamento que desenvolvem e mantêm suas equipes de voo, qualificadas e proficientes. O treinamento anterior ao desdobramento é a base de qualquer país que contribui com tropas e determina o nível de sucesso e segurança do contingente ao longo de seu desdobramento. O treinamento mantém a proficiência da tripulação em tarefas básicas de voo enquanto prepara tripulações aéreas para cumprir missões especializadas. As missões especializadas incluem aquelas que envolvem equipamentos especiais de missão ou treinamento, como voar com óculos de visão noturna ou conduzir operações de guincho, *fast-rope* ou assalto aéreo. O treinamento especializado da missão deve ser documentado, reforçado e realizado com padrões de execução definidos. Essas tarefas especializadas devem ser integradas ao Protocolo de Preparo. (UNITED NATIONS, 2015, p.67, tradução nossa⁵⁶)

Desta forma, por meio do Comando da Aeronáutica, e mais especificamente, pelo Comando de Preparo (COMPREP) da Força Aérea Brasileira, é implementado o protocolo de preparo para operações de paz considerando-se os requisitos de capacitação e seleção de recursos humanos estabelecidos pela ONU por meio das

⁵⁶ *Each troop-contributing country has its own national standards and training programs that develop and maintain current, qualified and proficient flight crews. Pre-deployment training is the foundation of any troop-contributing country contribution and determines the contingent's level of success and safety throughout its deployment. Pre-deployment training maintains crew proficiency in basic flight tasks while preparing aircrews to conduct specialized missions. Specialized missions include those involving special mission equipment or training such as flying with night vision goggles or conducting hoist, fast rope or air assault operations. Special mission training must be documented, reinforced and held to defined standards of execution. These specialized tasks must be integrated into pre-deployment training programs.*(UNITED NATIONS,2015, p.67)

recomendações do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção de Paz das Nações Unidas (UNPCRS) (UNITED NATIONS, 2019).

4.1 Sistema de Prontidão de Capacidades UNPCRS

A partir de uma ampla reforma institucional voltada ao aperfeiçoamento da estrutura e da execução das Operações de Paz da ONU, foi concebido no ano de 2015 o Sistema de disponibilização de capacidades e de aprestamento de meios conhecido como UNPCRS, que traduzido para o português, significa Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção de Paz das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2019).

Neste Sistema, países contribuintes como o Brasil apresentam suas ofertas⁵⁷ de capacidades juntamente com o seu nível de prontidão para que ocorra o desdobramento tático, operacional ou mesmo estratégico dos meios aptos a aplicar tais capacidades de acordo com as necessidades observadas na condução das diversas Operações de Paz em andamento (UNITED NATIONS, 2015).

O DPO (*Department of Peace Operations*) é um dos departamentos do Conselho de Segurança da ONU composto por três escritórios principais: Escritório de Estado de Direito e Instituições de Segurança (*Office of Rule of Law and Security Institutions* - OROLSI), Divisão de Política, Avaliação e Treinamento (*Policy, Evaluation and Training Division* - DPET) e Gabinete de Assuntos Militares (*Office of Military Affairs* - OMA) (UNITED NATIONS, 2019).

O Gabinete de Assuntos Militares do Departamento de Operações de Paz da ONU é o ente responsável por selecionar e designar a capacidade militar mais adequada em apoio aos objetivos das Nações Unidas. Ao OMA cabe ainda melhorar o desempenho, a eficiência e a eficácia dos componentes militares no terreno por meio do Serviço de Geração da Força e da execução do UNPCRS (UNITED NATIONS, 2019).

O Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção de Paz das Nações Unidas (UNPCRS) substitui o antigo Sistema de Arranjos em Alerta das Nações

⁵⁷ Estas ofertas são denominadas pela diretriz que rege o Sistema UNPCRS (UNITED NATIONS, 2019) pelo termo *pledge* que possui o teor semântico equivalente ao de uma promessa ou de um compromisso que se origina de uma das partes envolvidas. Neste caso, o Estado Brasileiro.

Unidas (*United Nations Stand by Arrangement System - UNSAS*) desde julho de 2015 (UNITED NATIONS, 2019).

Este sistema adota uma sequência de quatro estágios sucessivos (Quadro 6) representados inicialmente pelo nível em que há uma promessa formal do País Contribuinte sobre o interesse em se desdobrar equipamentos ou especialistas capacitados ao cumprimento das tarefas dos mandatos de uma Operação.

O segundo nível é marcado pela visita de avaliação e verificação (AVV – *Assessment and Verification Visit*) conduzida pelo DPO, em que especialistas das Nações Unidas analisam o grau de preparo do Estado Membro em termos de pessoal capacitado e meios materiais prontos para atender às expectativas conforme discriminado na oferta formal apresentada pelo país.

O terceiro nível remete à confecção de um memorando de entendimento (MOU – *Memorandum of Understanding*) detalhado abordando quais são as capacidades e condições de emprego dos recursos a serem cedidos para Operações de Paz. Neste nível são iniciadas as definições acerca da SUR (*Statment of Unit Requirements*) e da LOA (*Letter of Assistance*) quando aplicáveis.

Por fim, há o nível de desdobramento rápido, cujo principal critério refere-se à capacidade do detentor dos recursos humanos e materiais devidamente preparados em transferi-los à tutela da ONU dentro de 30, 60 ou 90 dias (UNITED NATIONS, 2019).

Quadro 7 - Níveis do Sistema UNPCRS.

Nível	Critérios
1	O País Contribuinte faz a oferta de uma Unidade Militar ou capacidade através de página eletrônica do UNPCRS ⁵⁸ informando sua composição, equipamentos, detalhes sobre recursos humanos com a certificação de cumprimento do CPTM, STM e capacitação militar de acordo com o Protocolo de Preparo e os requisitos básicos estabelecidos pelo DPO.

(continua)

⁵⁸ A Página Eletrônica do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz deve ser preenchida e renovada anualmente pelos Países Contribuintes de acordo com a sua Estrutura Governamental, ficando no caso do Brasil à cargo do Ministério da Defesa em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores através do endereço eletrônico [www.https://pcrs.un.org](https://pcrs.un.org).

(continuação)

Nível	Critérios
2	Com base nos requisitos operacionais da ONU, as ofertas do Nível 1 serão elevadas ao nível 2 por meio de um processo de negociação preliminar do MOU e uma Visita de Avaliação e Verificação (AAV) por uma equipe da ONU composta por membros do Serviço de Geração da Força (FGS – <i>Force Generation Service</i>) e do Departamento de Suporte Operacional (DOS).
3	Neste Nível as unidades já alcançaram um grau adequado de preparação. São realizadas gestões governamentais e militares para a negociação do MOU detalhado, bem como a LOA e a SUR . O país fornece a lista de carga para planejamento do desdobramento pelo DOS.
RDL	<i>Rapid Deployment Level</i> – Nível de Desdobramento Rápido: O País contribuinte compromete-se a desdobrar dentro de 30/60/90 dias após a solicitação da ONU.

Fonte: o autor, adaptado de UNITED NATIONS (2019).

As atividades realizadas durante o período da Operação de Paz , bem como o suporte logístico empregado são acertados formalmente entre o País Contribuinte e a ONU em momento anterior por meio do Memorando de Entendimento, que consiste em um dos mais importantes documentos relacionados às responsabilidades do Estado Membro conforme descrito no Glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2016c):

[MOU – *Memorandum of Understanding* ou Memorando de Entendimento] é o documento que trata das responsabilidades administrativas e logísticas entre a Organização das Nações Unidas e os países participantes, quando relacionado às Operações de Paz. Assinam esse documento, do lado brasileiro, o representante da Missão Permanente do Brasil naquele organismo internacional e, do lado da Organização das Nações Unidas, o Subsecretário-Geral do Departamento de Operações de Manutenção de Paz. De acordo com o estabelecido nas regras da Organização das Nações Unidas, o contingente e o respectivo material somente devem desembarcar na área da missão, após a assinatura do memorando de entendimento (BRASIL, 2016c p.167).

O Memorando de Entendimento deve ser complementado de acordo com as necessidades específicas constatadas pelo País Contribuinte ou pela ONU por meio do documento conhecido como *Letter of Assistance* (LOA), ou Carta de Assistência que é definido por Brasil (2016c) como:

Documento por meio do qual a ONU ou o país participante da Operação de Paz solicita um determinado apoio não constante no Memorando de

Entendimento (*Memorandum of Understanding*). Visa a cobrir situações ou assuntos inopinados (BRASIL, 2016c p.56).

De acordo com o Manual de Unidades Aéreas Militares em Operações de Manutenção de Paz (UNITED NATIONS, 2015), existe um terceiro documento de fundamental importância emitido pelo Gabinete de Assuntos Militares do Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas. Este documento chama-se *Statement of Units Requirement* (SUR).

O SUR trata da descrição detalhada dos requisitos e atributos dos equipamentos e pessoal a serem empregados pela unidade, cujas informações são utilizadas para o gerenciamento de questões como reembolso, seguro e suporte logístico (UNITED NATIONS, 2019).

Os arranjos logísticos necessários ao desdobramento, rotação e repatriação de equipamentos e recursos humanos ofertados no Sistema UNPCRS devem ser coordenados juntamente com o Departamento de Suporte Operacional (DOS – *Department of Operational Support*), que possui entre suas responsabilidades, a verificação e garantia da execução das determinações descritas nos documentos citados (UNITED NATIONS, 2019 p.7).

O UNPCRS visa estabelecer um processo de interação mais previsível e dinâmico entre o UNHQ (Quartel General da ONU), em Nova York e os Estados Membros para garantir prontidão e pontualidade de implantação de recursos de manutenção de paz devidamente preparados para cada missão (UNITED NATIONS, 2019).

O Sistema UNPCRS conta com as capacidades ofertadas pelos países contribuintes. A oferta Brasileira de uma unidade aérea militar de helicópteros utilitários médios consta no nível 2, de acordo com o último relatório do Sistema datado de 20 de abril de 2020 (UNITED NATIONS, 2020a).

Apesar da demanda por unidades militares de helicópteros utilitários médios como o H60L ser alta, pode-se observar no Quadro 8, que a oferta é baixa.

Em abril de 2020, havia três unidades desdobradas de acordo com o Sistema UNPCRS em vigor, sem que houvesse unidades no terceiro nível ou em condições de executar o desdobramento rápido (RDL).

Quadro 8 - Registros do UNPCRS em abril de 2020.

Type of units	# of units in PCRS Level 1	# of units in PCRS Level 2	# of units in PCRS Level 3	# of units in PCRS RDL	Deployed/ Deploying units
Infantry Battalions	19	7	4	2	9
Infantry Company/Platoon	8	1	-	-	3
Recce Company	-	1	-	-	-
Special Force Units/ groups	8	1	-	1	3
Force Protection Company	8	2	2	1	1
Quick Reaction Force (Coy)	10	2	1	1	1
ISR units	2	-	-	-	-
Engineer Companies/ Platoons	15	5	3	1	6
Demining/EOD Units	7	1	-	-	-
Hospitals/ Medical Teams	14	5	4	1	5
Utility Helicopter Units	7	4	-	-	3
Attack Aircraft/Helicopter Units	2	1	-	-	2
Transport Aircrafts	6	1	-	-	9
Unmanned Aerial Systems	3	3	-	-	1
MP Companies/ teams	12	2	2	-	-
Signal Companies/platoons	4	3	1	1	-
Log/Transport Companies/Units	4	1	1	-	2
Formed Police Units	14	13	2	2	4
Police Guard Units	2	-	-	-	-
Naval Units	6	-	-	-	-
Air Lift	6 registered pledges				
Training Pledges	22 registered pledges				
Total	151	53	20	10	49

Fonte: UNITED NATIONS, 2020a.

O preparo de pilotos, tripulantes e equipes de apoio para operações de paz da ONU atende aos objetivos estratégicos nacionais e permite ao Estado cumprir compromissos de colaboração internacional pela paz por meio da oferta de recursos humanos e materiais ao Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção de Paz das Nações Unidas.

Apesar da grande importância do fator material e tecnológico inerente à uma oferta de capacidades para o sistema UNPCRS, o elemento fundamental ao qual se aplica o protocolo de preparo é o fator humano.

Com a finalidade de cumprir as diretrizes estipuladas no sistema de aprestamento de capacidades apresentado, cada indivíduo é submetido ao escrutínio do processo de seleção de recursos humanos e aos requisitos mínimos para compor uma unidade aérea militar em operações de paz da ONU.

4.2 Seleção de Recursos Humanos e Requisitos Mínimos

A participação em operações de manutenção de paz da ONU exige a condição de voluntariado como primeiro requisito a ser cumprido por todos aqueles

indivíduos que venham a participar destas operações na qualidade de “*peacekeeper*”, conforme recomendação do Brahimi Report⁵⁹ (UNITED NATIONS, 2000).

Desta forma, fatores motivacionais apresentam considerável relevância ao se abordar a seleção de recursos humanos para a composição e desdobramento de uma unidade aérea de helicópteros H60L Black Hawk.

A partir da observação das melhores práticas e lições aprendidas de décadas de operações aéreas em missões de paz, foi elaborado em 2015 o Manual de Unidades Aéreas Militares em Operações de Manutenção de Paz (UNITED NATIONS, 2015).

A ONU considera que tripulantes como Observadores Aéreos, Mecânicos de Voo e Operadores de Equipamentos Especiais exerçam no ambiente de missão um conjunto de tarefas muito similar àquele desempenhado no país de origem.

Por este motivo, não há determinações de treinamento específico, uma vez que esta é a responsabilidade do próprio país.

O pessoal de manutenção no solo deve ser treinado no equipamento que irá operar na missão. O treinamento específico da missão deve ser conduzido quando novos equipamentos ou procedimentos são introduzidos para atender aos requisitos específicos da missão. (UNITED NATIONS, 2015 p.70, tradução nossa)⁶⁰

Desta forma os parâmetros de seleção destes tripulantes, bem como das equipes de apoio no solo são estabelecidos pelo país contribuinte, que deve levar em consideração aspectos como disponibilidade e capacidade técnica de realização das tarefas ou ações específicas a serem acordadas com a ONU.

A quantidade, os cargos e as funções dos membros de uma UAe de helicópteros utilitários médios são fatores que seguem as recomendações apresentadas no Manual de Unidades Aéreas Militares em Operações de Manutenção de Paz (UNITED NATIONS, 2015). No entanto, o quantitativo de pessoal é estipulado por meio de negociação entre o país contribuinte e a ONU.

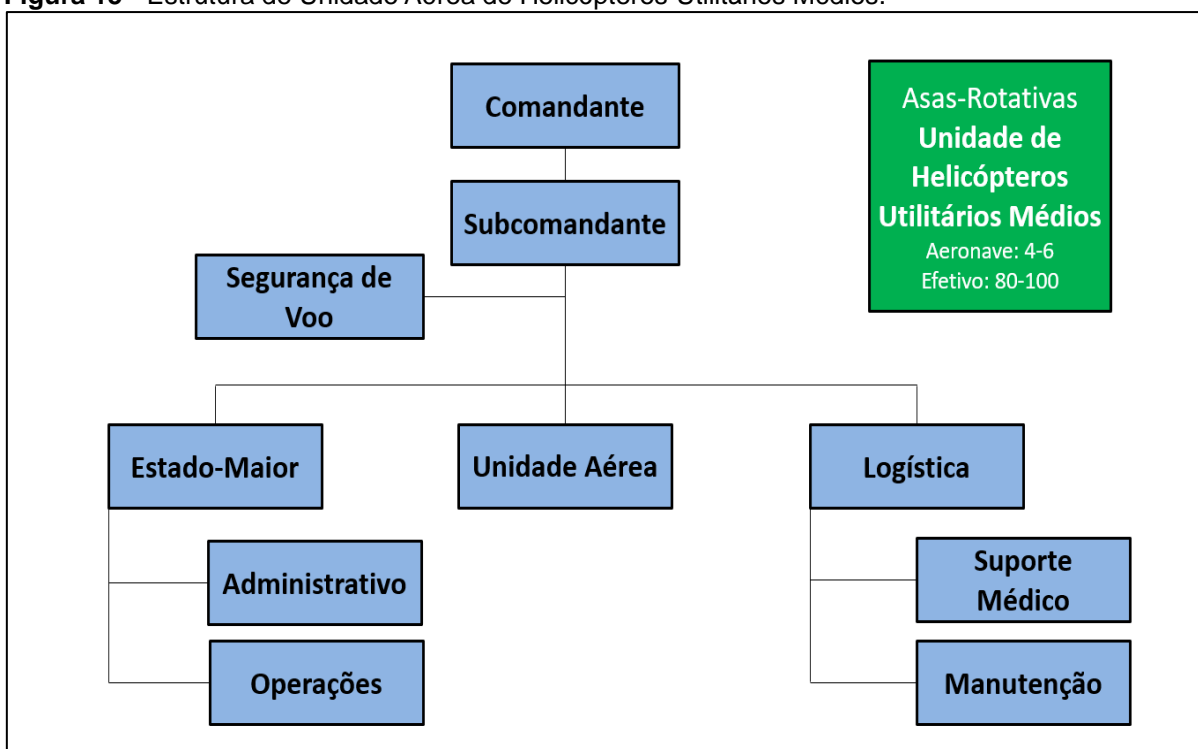
⁵⁹ Brahimi Report é o nome pelo qual ficou conhecido o Relatório do Painel realizado no ano 2000 sobre a revisão das operações de paz das Nações Unidas capitaneado pelo diplomata argelino Lalhdar Brahimi - *Comprehensive Review of the Whole Question of Peacekeeping Operations in all their Aspects - Report of the Panel on United Nations Peace Operations*.

⁶⁰ *Ground maintenance personnel must be trained on the equipment they are required to operate. Mission specific training must be conducted when new equipment or procedures are introduced to meet specific mission requirements. For example, a new type of Mission radio may require pre-deployment or induction training. Mission-unique systems like lighting, generators, auxiliary power systems, and engine/aircraft wash equipment may be unfamiliar and require training* (UNITED NATIONS, 2015 p.70).

A unidade de helicópteros utilitários médios [...] consiste normalmente de 80 a 100 pessoas, incluindo pilotos, equipe de manutenção, Oficiais de Estado-Maior, pessoal de segurança e administrativo e 4 helicópteros utilitários médios. A força real, a composição e os locais de implantação estão sujeitos às negociações dos países contribuintes de tropas com a ONU. A unidade deve ser capaz de realizar operações de voo 24 horas por dia, 7 dias por semana em ambientes de baixa, média ou alta ameaça, e ter o pessoal e equipamentos necessários para dar suporte às operações e manutenção por até uma média de 40 a 45 horas de voo / aeronave / mês ou conforme estipulado no SUR. A unidade deve manter pelo menos 75% de seus helicópteros em condições operacionais o tempo todo, ou conforme estabelecido na LOA. (UNITED NATIONS, 2015, p.52, tradução Nossa)⁶¹

A estrutura organizacional típica de uma unidade aérea militar de helicópteros utilitários médios em operações de manutenção de paz da ONU segue a representação da Figura 14.

Figura 15 - Estrutura de Unidade Aérea de Helicópteros Utilitários Médios.



Fonte: Adaptado de (UNITED NATIONS, 2015, p.52).

A seleção de pilotos e copilotos também deve seguir os critérios estabelecidos pelo país contribuinte. No entanto, tendo em vista a análise das atividades aéreas em operações de paz ao longo das últimas décadas, o

⁶¹ The medium utility helicopter (see chart below) unit typically consists of 80-100 personnel including pilots, maintenance staff, staff officers, security and administrative personnel and 4 medium utility helicopters. Actual strength, composition and deployment locations are subject to troop contributing country negotiations with the UN. The unit must be able to conduct 24/7 flight operations in low, medium or high threat environments, and have the requisite personnel and equipment to support operations and maintenance for up to an average of 40-45 flight hours/aircraft/month or as stipulated in the SUR. The unit is required to maintain at least 75% of its helicopters in serviceable condition at all times, or as otherwise stated in the LOA.

Departamento de Operações de Paz estipula certos requisitos mínimos visando a eficiência e a segurança no cumprimento das tarefas aéreas (UNITED NATIONS, 2015).

De acordo com o Manual de Unidades Aérea Militares em Operações de Paz da ONU (UNITED NATIONS, 2015), os seguintes requisitos devem ser observados para a atuação de pilotos e copilotos de helicópteros em operações de paz (Quadro 9):

Quadro 9 – Requisitos Mínimos em Qualificação e Horas de Voo para Missões de Paz da ONU.

Qualificação	Horas Totais	Horas em Asas Rotativas	Mínimo para PIC	No Tipo de Aeronave	IFR	Voo Noturno	NVG/NVIS
Piloto em Comando (PIC)	1.000	800	500	250	Qualificado	50	30
Copiloto (CP)	100	100	-	100	Qualificado	Qualificado	30

Fonte: Adaptado de (UNITED NATIONS, 2015).

O efetivo envolvido na composição de uma unidade aérea militar de helicópteros H60L em operações de manutenção de paz possui tradicionalmente entre 80 (oitenta) e 100 (cem) componentes com as mais diversas especialidades com o objetivo de constituir uma unidade militar autossustentável⁶²

Desta forma, assim como observado em operações passadas, seja pela atuação de Batalhões do Exército na MINUSTAH ou pela participação da Marinha com uma Fragata na UNIFIL, é possível constatar que a seleção e o preparo dos recursos humanos envolvidos devem levar em consideração não apenas a permanência no local de missão como também a substituição e o retorno para as atividades da rotina operacional no território nacional (Entrevista).

O processo de revezamento e substituição de efetivos em área de missão, também conhecido como “Rotação ou *rotation*” deve ser planejado, tendo em vista que o Brasil, desde sua primeira participação em operações da ONU com

⁶² O conceito de Autossustentabilidade aplicado pela ONU leva em consideração que o fornecimento de itens como água, combustível, lubrificante e certos serviços possam ser prestados pela ONU ou outros contingentes estabelecidos na missão dependendo do que for acordado no memorando de entendimento (MOU).

contingentes militares em 1957, vem adotando o sistema de revezamento de tropa a cada seis meses.

Cabe ressaltar que esse procedimento de revezamento da tropa, a cada seis meses, vem sendo adotado pelo Brasil desde então. É esse um “ponto de honra” desse país em todas as operações de paz de que participou com tropas, na busca para evitar a quebra do padrão de eficiência (GONÇALVES, 2016 p.50).

Logo, para manter um contingente de 100 (cem) militares capacitados em área de missão, seria necessário o preparo de 200 (duzentos) a 300 (trezentos) outros militares capacitados no país para o estabelecimento da “rotação”.

De acordo com as Normas de Aviação da ONU para Operações de Manutenção de Paz e Operações Humanitárias de Transporte Aéreo (UNITED NATIONS, 2012) a tripulação de uma aeronave H60L Black Hawk em operações de paz é composta por Piloto e Copiloto. No entanto deve ser considerada a presença de Mecânico de Voo, Operador de Equipamentos especiais, “Homem SAR”, ou observadores aéreos dependendo das tarefas a serem executadas.

Inicialmente, em maio de 2017, diante da Visita de Verificação e Avaliação da ONU (REVISTA EXAME, 2017), foi feito o primeiro levantamento da FAB por voluntários para a composição de uma unidade aérea militar em operações de paz das nações unidas durante a vigência do sistema UNPCRS.

Naquele momento, com o objetivo primário de desenvolver competências específicas requeridas para atuação de pilotos, tripulantes e equipes de apoio, verificou-se a necessidade de aplicação do protocolo de preparo de unidades aéreas para operações de paz.

4.3 Protocolo de Preparo de Unidades Aéreas para Operações de Paz

O processo de capacitação dos efetivos de uma unidade aérea militar de helicópteros H60L para operações de manutenção de paz das nações unidas se dá por meio da aplicação de um protocolo de preparo, ou *predeployment training program* como no texto original da referência (UNITED NATIONS, 2015).

A Força Aérea Brasileira, como detentora dos meios aéreos e responsável pelo processo de capacitação de seus recursos humanos resolve adotar o protocolo de preparo voltado ao desenvolvimento de competências específicas. Entende-se que seus pilotos, tripulantes e equipes de apoio já possuem as habilidades e

atitudes necessárias ao desempenho das atividades requeridas em operações de paz (BRASIL, 2015).

Da mesma maneira, a formação necessária para o desempenho de atividades administrativas requeridas em operações de paz das nações unidas consta no Currículo Mínimo de Formação de Oficiais Aviadores (BRASIL, 2016a).

Uma vez que o processo de formação e manutenção operacional de qualquer unidade aérea militar possui como prioridade o preparo e o emprego do Poder Aeroespacial para fins de defesa da soberania nacional (BRASIL, 2015), é possível constatar a existência de uma lacuna relacionada ao conhecimento específico sobre questões doutrinárias relacionadas ao preparo de pessoal para operações de manutenção de paz conforme mencionado anteriormente por Alsina-Junior (2009, p.190).

A oferta inicial de uma unidade aérea de H60L para atuar em operações de paz das nações unidas, ocorre mediante o cumprimento de um protocolo de preparo conforme a condição a ser cumprida no primeiro nível do Sistema UNPCRS (UNITED NATIONS, 2019).

Este protocolo de preparo é composto tanto por instruções acerca da doutrina da ONU compreendidas pelo CPTM (*Core Predeployment Training Materials*) e STM (*Specialized Training Materials*) quanto por treinamentos e exercícios operacionais específicos que visam a familiarização com as missões típicas do ambiente de Operações de Paz.

O CPTM (*Core Predeployment Training Materials*) é considerado o material doutrinário essencial a ser compreendido por todos os militares independentemente do tipo de unidade ou país a que pertencem. Esse material descreve conceitos e princípios que se mostraram fundamentais para o sucesso na condução de operações de paz ao longo de décadas (UNITED NATIONS, 2017).

O STM (*Specialized Training Materials*) é direcionado aos líderes e decisores dentro da estrutura organizacional de unidade militar visando a padronização de procedimentos e a capacidade de interação de maneira eficiente para a realização de tarefas específicas do mandato (UNITED NATIONS, 2018b).

O protocolo de preparo destinado à unidade aérea militar de helicópteros H60L ofertada pelo Estado Brasileiro é realizado de forma conjugada entre o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e o Comando de Preparo da Força Aérea (COMPREP).

Ao CCOPAB cabe a apresentação de conceitos doutrinários e do conhecimento específico sobre a atuação de unidades militares em operações de paz bem como realizar a certificação perante o Ministério da Defesa e da ONU (BRASIL, 2019c). Esta atividade é realizada por meio da Instrução de Preparo de Unidades Aéreas Ofertadas ao Sistema UNPCRS (IPUNAER).

À Força Aérea Brasileira, por meio do Comando de Preparo, além de suas diversas atribuições, cabe, ainda, promover as ações necessárias à formação e manutenção operacional visando o efetivo emprego das capacidades do Poder Aéreo Nacional com finalidades específicas. (BRASIL, 2015)

O treinamento de missões que permeiam o cenário de guerra não convencional, similar àsquelas encontradas nas missões de paz da ONU ocorre por meio do Exercício Operacional Tápio (BRASIL, 2019a).

Uma unidade aérea militar em operações de manutenção de paz é composta normalmente pelo contingente de um mesmo país. No entanto, nada impede que haja uma formação de múltiplos países contribuintes compondo uma única Unidade (UNITED NATIONS, 2012)

Desta forma, pilotos, comandantes e componentes do Estado-Maior de uma unidade aérea militar devem seguir uma série de recomendações, conforme descrito no Manual de Unidades Aéreas Militares em Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015) visando a padronização de procedimentos.

Por meio da apresentação do sistema UNPCRS, do processo de seleção de recursos humanos, é possível demonstrar a aplicação do protocolo de preparo voltado para Unidades Aéreas Militares equipadas com a aeronave H60L, a fim de alcançar os requisitos mínimos esperados e o nível de prontidão desejado para atuação em operações de paz da ONU.

Resta analisar os resultados das etapas e atividades do preparo direcionado aos componentes de unidades aéreas de H60L anteriores à sua atuação como agentes de aplicação do Poder Aeroespacial em operações de paz da ONU considerando a complementação doutrinária e o treinamento específico contido na IPUNAER e no Exercício Operacional Tápio.

5 IPUNAER e Tápio

Em atenção às recomendações da Comissão Nacional de Ética na Pesquisa (CONEP) e aos preceitos estabelecido por meio do Decreto nº 7.845 de 14 de novembro de 2012 (BRASIL 2012c), os dados referenciados neste trabalho não reproduzem informações classificadas ou fazem menção direta às pessoas envolvidas no protocolo de preparo, desta forma a identificação de pilotos, tripulantes e equipes de apoio de unidades aéreas militares submetidas à IPUNAER e ExOp Tápio é propositalmente omitida.

A Instrução de Preparo de Unidades Aéreas (IPUNAER) e o Exercício Operacional Tápio representam as atividades do protocolo de preparo adotado pelo Estado Brasileiro por meio do Comando de Preparo da Força Aérea Brasileira para capacitar recursos humanos ofertados às Nações Unidas de acordo com o sistema UNPCRS.

A execução destas atividades nos anos de 2018 e 2019 geraram resultados específicos relacionados ao preparo de pilotos, tripulantes e equipes de apoio para composição de uma unidade aérea de helicópteros H60L em operações de paz.

Cabe ressaltar que cada indivíduo submetido a tal protocolo já possui as competências necessárias para atuar com níveis adequados de conhecimento técnico e prontidão no cumprimento de tarefas rotineiras relacionadas à formação e manutenção operacional tendo em vista sua missão institucional (BRASIL, 2015).

Conforme observado anteriormente, o primeiro requisito a ser cumprido por militares em operações de paz é o voluntariado.

Desta forma, verificou-se que as unidades aéreas observadas na pesquisa (5º/8º GAV e o 7º/8º GAV) apresentaram, em 2020, voluntários a participar de OMP submetidos às atividades de preparo ocorridas em 2018 e 2019.

O quantitativo de pessoal analisado em 2017 e 2020 refere-se apenas aos componentes das duas unidades aéreas mencionadas. Vale destacar que pilotos, tripulantes e equipes de apoio da aeronave H60L pertencentes à outras unidades, mesmo que voluntários à OMP são desconsiderados pela pesquisa apresentada.

Tendo em vista a necessidade de conhecimento do CPTM e do STM pelos componentes de unidades aéreas militares em operações de paz da ONU, a aplicação da IPUNAER como parte constituinte do protocolo de preparo requer a participação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil.

5.1 Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil

O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) é um estabelecimento militar de ensino destinado ao preparo de militares, policiais e civis para operações de paz e de desminagem humanitária (Foto 9).

O CCOPAB é a organização certificadora reconhecida pela ONU capaz de preparar e habilitar recursos humanos para atuação em operações de paz.

Este centro foi criado em substituição ao Centro de Instrução de Operações de Paz do Exército Brasileiro (CiOpPaz) frente às necessidades de adequação observados pelo Ministério da Defesa a partir dos desafios de preparo e capacitação enfrentados por ocasião das lições aprendidas de operações anteriores e da MINUSTAH (SANTOS, 2019).

[...] Em 15 de junho de 2010, o Ministério da Defesa (MD), alinhado às estratégias e políticas nacionais de defesa de 2008, organiza, a partir da portaria número 952-MD, em substituição ao CiOpPaz, o CCOPAB – que conserva, por um lado, a mesma lógica de subordinação hierárquica no plano do Exército Brasileiro, mas que, por outro lado, inova ao vincular o CCOPAB ao MD (SANTOS, 2019 p. 45).

O Comando de Preparo da Força Aérea Brasileira, por meio de coordenação com o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, conta com a capacidade técnica de ensino do CCOPAB para a complementação do protocolo de preparo em relação ao desenvolvimento do conhecimento doutrinário específico para operações de paz.

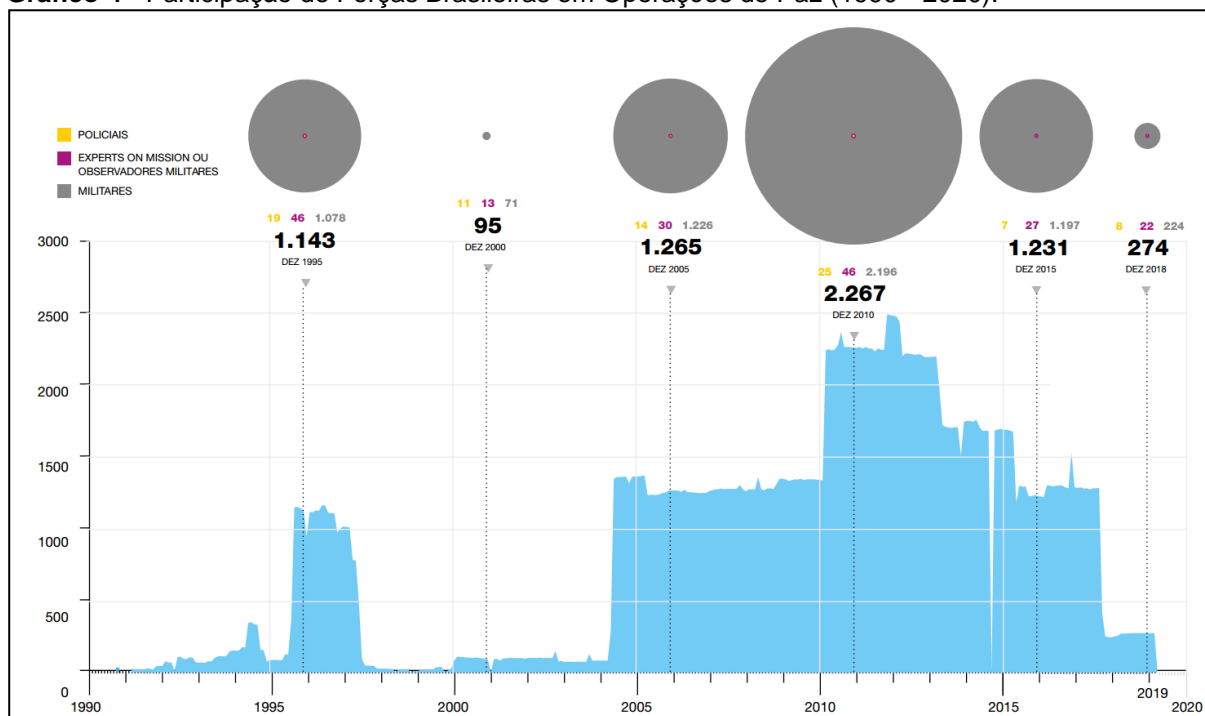
Foto 9 - Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil.



Fonte: Acervo CCOPAB.

A criação do CCOPAB coincide com o aumento da demanda por contingentes capacitados para operar no Haiti, onde o Brasil contribuía em 2010 com dois batalhões de infantaria, uma Companhia de Engenharia, um hospital de Campanha, além de militares e policiais em missões individuais (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Participação de Forças Brasileiras em Operações de Paz (1990 - 2020).



Fonte: Instituto Igarapé (HAMANN; MIR, 2019).

Esta complementação executada pelo CCOPAB ocorre na forma de instrução com duas semanas de duração destinadas ao preparo e aperfeiçoamento das competências necessárias aos componentes de unidade aérea militar para atuação em operações de paz da ONU (BRASIL, 2019c).

O desenvolvimento das competências requeridas dos pilotos, tripulantes e equipe de apoio de uma unidade de helicópteros como o H60L ocorre de maneira conjugada. O conhecimento específico a respeito do conteúdo essencial e especializado recomendado pela ONU é transmitido por meio da Instrução de Preparo de Unidades Aéreas Ofertadas ao Sistema UNPCRS (IPUNAER) que fica à cargo do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil.

Esta atividade, em atendimento à demanda da Força Aérea Brasileira, sob coordenação do Comando de Preparo (COMPREP), por intermédio do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAer), foi executada, nos mesmos moldes, em 2018 e 2019.

5.2 Instrução de Preparo de Unidades Aéreas (IPUNAER)

A IPUNAER possui duas semanas de duração e é composta por aulas expositivas, palestras com especialistas, avaliações e exercícios simulados de planejamento com a finalidade de certificar cada unidade aérea e indivíduo submetido de acordo com o conteúdo essencial (UNITED NATIONS, 2017) e especializado (UNITED NATIONS, 2019) para unidades aéreas militares em operações de paz.

A equipe responsável pela aplicação da IPUNAER é composta por militares das três Forças, policiais e civis com conhecimento e experiência de operações de paz que desenvolvem as atividades do CPTM (Quadro 10) e STM (Quadro 11).

Quadro 10 - Descrição das Atividades da Fase Essencial da IPUNAER - CPTM.

Fase Essencial – CPTM (Core Predeployment Training Materials)	
Atividade	Descrição
Apresentação Institucional do CCOPAB	Apresentação da equipe de instrução e do CCOPAB aos alunos e autoridades presentes.
Orientações da Fase Básica (CPTM) e Processo de Geração de Força das Nações Unidas	Introdução da estrutura da IPUNAER, situando a audiência no processo de capacitação e geração de força da ONU.
<i>United Nations Peacekeeping</i> As Operações de Manutenção de Paz da ONU CPTM 1.1	Explicação do funcionamento e propósito das operações de paz, e dos principais órgãos envolvidos, bem como os níveis de autoridade do processo decisório
<i>Peace and Security Activities</i> Atividades de Paz e Segurança CPTM 1.2	Descrição dos tipos de atividades de paz e segurança, explicando as diferenças entre missões <i>robust peacekeeping</i> , <i>peace enforcement</i> , missões tradicionais e multidimensionais.
<i>Principles of UN Peacekeeping</i> Princípios das UNPKO CPTM 1.3	Listagem dos princípios básicos e fatores-chave de sucesso das operações de manutenção de paz
<i>Legal Framework for UN Peacekeeping</i> Estrutura Legal UNPKO CPTM 1.4 + STM MAU 2.0 int.	Listagem dos principais documentos que regem as operações de paz da ONU e apresentação de definições e conceitos usuais como ROE, DUF, IHL e IHRL.
<i>SC Mandates in Practice</i> Aplicação dos Mandatos CSNU CPTM 1.5	Descrição de como o Conselho de Segurança monitora a implementação do mandato de cada missão.
<i>How UNPKO Work</i> Funcionamento de uma UNPKO CPTM 1.6	Apresentação do funcionamento das estruturas integradas e conjuntas em operações de paz.
<i>Working as One in the Mission</i> Trabalhando como Integrante CPTM 1.7	Explicação da importância do trabalho conjunto para o cumprimento do mandato e dos papéis exercidos por policiais, civis e militares.
<i>Mission Partners</i> Parceiros da missão CPTM 1.8	Listagem dos tipos e exemplos de parceiros, explicando a importância do UNCT e o conceito de <i>Integrated Approach</i> .

(continua)

(continuação)

Atividade	Descrição
<i>An Overview of Mandated Tasks</i> Tarefas Previstas no Mandato CPTM 2.1	Identificação das categorias de tarefas do mandato, listando e descrevendo exemplos de tarefas essenciais “core business” e listagem dos quatro princípios humanitários.
<i>Peacebuilding Activities</i> Atividades de Construção da Paz CPTM 2.2	Descrição das atividades de construção da paz identificando os diferentes papéis de cada componente.
<i>Human Rights</i> Direitos Humanos CPTM 2.3	Identificação de violações e abusos aos Direitos Humanos explicando as políticas relevantes para operações de paz e o papel a ser desempenhado.
<i>Women, Peace and Security</i> Mulher, Paz e Segurança CPTM 2.4	Explicação das diferentes maneiras como o conflito afeta homens e mulheres abordando os conceitos de <i>gender equality</i> e <i>gender mainstream</i> .
<i>Protection of Civilians</i> Proteção de Civis – POC CPTM 2.5	Apresentação do conceito de Proteção de Civis e sua relação com o mandato de operações de paz em curso.
<i>Conflict Related Sexual Violence</i> Violência Sexual Relacionada ao Conflito CPTM 2.6	Identificação e explicação do conceito de CRSV (Violência Sexual Relacionada ao Conflito) listando possíveis ações para mitigação.
<i>Child Protection</i> Proteção à Criança CPTM 2.7	Definição do termo “criança” em relação ao direito internacional, descrevendo a necessidade de proteção especial e a política da ONU relacionada ao tema.
<i>UN Core Values and Competencies</i> Principais Valores e Competências da ONU CPTM 3.1	Apresentação das competências e valores essenciais para a ONU descrevendo as formas como o pessoal envolvido com Operações de Paz deve atuar para ratificá-los.
<i>Respect for Diversity</i> Respeito pela Diversidade CPTM 3.2	Descrição das diferenças culturais típicas do ambiente de Operações de Paz da ONU enfatizando a maneira como este o valor de respeito pela diversidade colabora para o sucesso da missão.
<i>Conduct and Discipline</i> Conduta e Disciplina CPTM 3.3	Citação dos três princípios que regem a conduta do pessoal em Operações de Paz da ONU, descrevendo as categorias de má conduta e suas consequências, bem como as entidades envolvidas.
<i>Sexual Exploitation and Abuse</i> Exploração e Abuso sexual CPTM 3.4	Explicação do significado da política de “tolerância zero para exploração e abuso sexual” e apresentação dos padrões para o pessoal em Operações de Paz.
<i>Environment and Natural Resources</i> Meio Ambiente e Recursos Naturais CPTM 3.5	Definição dos conceitos de meio ambiente e da política de redução de danos por meio do gerenciamento de recursos naturais em operações de paz e das ações conhecidas como 4 Rs.
<i>Safety and Security for UN Personnel</i> Segurança do Pessoal da ONU CPTM 3.6	Listagem das categorias de ameaças para o pessoal da ONU e apresentação dos procedimentos de segurança relacionados à viagem dentro e fora do ambiente de missão.

(continua)

(continuação)

Atividade	Descrição
<i>Personal Security Awareness</i> Segurança Pessoal CPTM 3.7	Listagem dos princípios da segurança pessoal apresentando exemplos e ações em resposta à exemplos específicos de ameaças em operações de paz.
<i>Health</i> Saúde CPTM 3.8	Citação de ameaças gerais à saúde, enumerando e descrevendo fatores de risco e como evitá-los quando em Operações de paz
HIV/AIDS CPTM 3.9	Explicação sobre HIV/AIDS e formas de transmissão e prevenção com abordagem conceitual sobre o tema.
<i>Stress Management</i> Gerenciamento de Stress CPTM 3.10	Identificação de sintomas de estresse negativo, apresentando formas de gerenciamento e mitigação através da identificação das fontes e métodos de enfrentamento comuns.
<i>Road Safety</i> Direção Defensiva CPTM 3.11	Enumeração das regras básicas das Nações Unidas para a condução de veículos e descrição do conceito de direção defensiva.
<i>Basic First Aid in the Field</i> Primeiros Socorros CPTM 3.12	Definição do conceito de primeiros socorros básicos explicando e descrevendo as respostas e procedimentos a serem adotados em caso de emergência médica.
VC: Cadeia Logística da ONU Videoconferência	Videoconferência abordando os aspectos relacionados à cadeia de suprimentos e aquisições dentro do contexto de uma missão de paz para apoiar unidades aéreas militares.
VC: Perspectivas para Unidades Aéreas em Operações de Paz e Atualizações do <i>UN Military Aviation Unit Manual</i>	Videoconferência apresentando as etapas do processo de atualização do manual de Unidades Aéreas Militares da ONU e as perspectivas para uma possível participação brasileira com unidades aéreas em missões de paz.
VC: Participação de Unidades Aéreas em Operações de Paz e Sistema UNPCRS	Videoconferência apresentando o ponto de vista estratégico e as etapas do sistema de prontidão de capacidades de manutenção de paz da ONU (UNPCRS).
Orientações para Educação Continuada - 1	Apresentação das formas de cada indivíduo aprofundar-se nos assuntos das instruções ministradas durante a fase básica (CPTM).
1ª Avaliação(CPTM)	Avaliação do conteúdo ministrado durante a primeira semana. (CPTM).
MAU Staff - Entrega de material para o <i>Table-TopExercise</i> + CARANA e Manuais	Entrega e apresentação do material Carana <i>Country Study</i> para que sirva de contexto para os exercícios de planejamento e reação da semana seguinte e dos manuais de referência.

Fonte: Adaptado de Brasil (2019c).

A segunda fase da IPUNAER, chamada de Fase Especializada, é voltada para o desenvolvimento e compreensão de conceitos e relacionados às atividades de unidades aéreas militares em operações de manutenção de paz (BRASIL, 2019c).

Durante esta fase são apresentados elementos de caráter operacional, administrativo ou logístico que permeiam as ações do comandante e dos membros do Estado-Maior da unidade aérea em operações de paz da ONU.

Este conteúdo (Quadro 11) é apresentado por meio de aulas expositivas, dinâmicas de grupo, provas e videoconferências para os elementos sujeitos a ocupar posições-chave de unidades aéreas militares em OMP.

Quadro 11 - Descrição das Atividades da Fase Especializada da IPUNAER - STM.

Fase Especializada - MAU/STM (<i>Military Air Unit / Specialized Training Materials</i>)	
Atividade	Descrição
Orientações para a Fase Especializada	Citação da programação prevista apresentando os objetivos a serem atingidos ao término da fase especializada para unidades aéreas (STM MAU).
<i>Capabilities and Tasks</i> Capacidades e Tarefas STM-MAU 1.1	Apresentação dos tipos, papéis e tarefas desempenhadas por unidades aéreas militares em operações de paz, explicando as diferenças entre tipos de unidades.
<i>UN Military Aviation Unit Support</i> Suporte para Unidades Aéreas STM-MAU 1.2	Explicação sobre o processo de suporte logístico destinado à uma unidade aérea militar em operações de paz desde a preparação para envio até a repatriação da Unidade, apresentando os conceitos e termos empregados.
<i>UN Aviation Safety Unit</i> Segurança de Voo STM-MAU 1.3	Apresentação dos conceitos de Segurança Orgânica, Segurança Operacional e Segurança de Voo em Operações de Paz.
<i>Legal Framework</i> Aspectos Legais STM-MAU 2.0	Apresentação dos aspectos legais relacionados às atividades desempenhadas por UAe em OMP noções de Direito internacional Humanitário, Regras de Engajamento, principais manuais e conceitos.
<i>Employment of MAU - Rotary Wing</i> Conceito de Emprego I - AR STM-MAU 3.1	Descrição dos parâmetros de planejamento para unidades aéreas militares de aeronaves de asas-rotativas em operações de paz, bem como listagem do suporte prestado por estas e seus papéis, missões e tarefas.
<i>Employment of MAU- Fixed Wing</i> Conceito de Emprego II - AF STM-MAU 3.2	Descrição dos parâmetros de planejamento para unidades aéreas militares de aeronaves de asas-fixas em operações de paz, bem como listagem do suporte prestado por estas e seus papéis, missões e tarefas.
<i>MAU Organization</i> Organização da Unidade Aérea STM-MAU 3.3	Apresentação das funções e responsabilidades inerentes à uma unidade aérea militar e seus componentes em operações de paz, classificando e diferenciando unidades de asas-fixas e asas-rotativas.
CARANA Análise Geral de Cenário	Apresentação do Cenário “Carana” e de suas características que servem como fatores de planejamento para os exercícios TTX. Os alunos devem ser questionados e discutir sobre tais fatores apresentando paralelismo com operações reais em curso na atualidade.

(continua)

(continuação)	
Atividade	Descrição
<i>UN Aviation Manuals Workshop 1</i>	Discussão de aspectos observados pelos alunos sobre os manuais anteriormente disponibilizados (<i>UN Military Aviation Unit Manual</i> , <i>UN Aviation Manual</i> e MAU STM).
Briefing Geral para o TTX	Apresentação da dinâmica do Exercício TTX, de suas regras e objetivos.
<i>TTX 01</i> <i>Aerial Reconnaissance</i> Reconhecimento Aéreo	Exercício de planejamento e reação do tipo <i>Table-Top Exercise</i> visando apresentar situações baseadas em fatos ocorridos em operações de paz que exijam resposta em torno de uma missão de reconhecimento aéreo considerando todo o conteúdo ministrado na IPUNAER.
<i>TTX 02</i> <i>Air Lift</i> Transporte Aéreo	Exercício de planejamento e reação do tipo <i>Table-Top Exercise</i> visando apresentar situações baseadas em fatos ocorridos em operações de paz que exijam resposta em torno de uma missão de transporte aéreo considerando todo o conteúdo ministrado na IPUNAER.
<i>TTX 03</i> <i>CASEVAC</i> Evacuação Aeromédica	Exercício de planejamento e reação do tipo <i>Table-Top Exercise</i> visando apresentar situações baseadas em fatos ocorridos em operações de paz que exijam resposta em torno de uma missão de evacuação aeromédica considerando todo o conteúdo ministrado na IPUNAER.
Debriefing Geral do TTX	Retomada dos principais pontos observados pelos instrutores durante a realização dos TTX.
VC: <i>Segurança Orgânica de Unidade Aérea em Operações de Paz</i>	Videoconferência como o Oficial da Unidade da Aviação Militar do Uruguai que atua na Missão da ONU no Congo (MONUSCO) elucidando questões dos alunos relacionadas à segurança orgânica de unidade aérea.
VC: <i>Air Traffic Control in Peace Operations</i> Controle Aéreo em OMP	Videoconferência como o Oficial de Controle de Tráfego Aéreo da unidade de comando e controle de El Salvador que atua na Missão da ONU no Mali (MINUSMA) elucidando questões dos alunos relacionadas ao tráfego aéreo em OMP
<i>Orientações para Educação Continuada</i>	Apresentação das formas de cada indivíduo aprofundar-se nos assuntos das instruções ministradas durante a fase especializada (STM).
<i>2ª Avaliação STM</i>	Avaliação do conteúdo ministrado durante a segunda semana com ênfase nos manuais e no STM para Unidades Aéreas Militares.
Certificação da Unidade, Entrega de Certificados Individuais e Cerimônia de Encerramento	

Fonte: o autor, adaptado de Brasil (2019c).

O foco da IPUNAER recai sobre o preparo doutrinário de pilotos, tripulantes e equipes de apoio para atuar em operações de manutenção de paz das Nações Unidas na composição do efetivo de unidades aéreas militares.

No entanto, o desenvolvimento de habilidades e atitudes específicas para operações de paz é um aspecto relevante abordado pelo Comando de Preparo da Aeronáutica e seu treinamento é uma das finalidades do Exercício Operacional Tápio (ExOp. Tápio).

5.3 Exercício Operacional Tápio

O processo de preparo de uma Unidade Aérea Militar para atuação em Operações de Paz da ONU adotado atualmente pelo Brasil consiste no desenvolvimento de competências visando a possibilidade de atuar em cenários de ameaças assimétricas em um ambiente de crise humanitária com baixo suporte logístico.

As habilidades e atitudes possivelmente requeridas em uma operação de manutenção de paz são treinadas e desenvolvidas em aproveitamento ao processo típico de formação e manutenção operacional de acordo com as necessidades e preceitos estabelecidos pelo Comando de Preparo da Aeronáutica e oportunamente treinados no Exercício Operacional Tápio.

Este exercício operacional ocorreu nos anos de 2018 e 2019 na cidade de Campo Grande – MS, com a finalidade de adestrar as unidades aéreas e demais elementos envolvidos, no cumprimento de ações de força aérea em cenário similar ao encontrado em missões de paz da ONU (BRASIL, 2018a).

Foto 10 - Exercício Operacional Tápio 2018.



Fonte: Rinaldi, 2018.

No entanto, cabe destacar que as habilidades e atitudes necessárias à execução das tarefas de caráter técnico em operações de paz são rotineiramente praticadas pelos componentes de unidades aéreas militares da FAB independentemente de preparo especialmente orientado para tal (BRASIL, 2015).

Cada uma das tarefas a serem realizadas por uma unidade militar de helicópteros em operações de paz possui equivalência técnica e operacional com Ações de Força Aérea⁶³ rotineiramente praticadas e contidas na Diretriz Básica da Força Aérea Brasileira conforme evidenciado no estudo realizado por Silva (2015) e estratificado no Quadro 12:

Quadro 12 - Equivalência entre Ações de Força Aérea da FAB e Tarefas Aéreas da ONU.

Tarefas Aéreas em Operações de Paz (UNITED NATIONS, 2015)	Descrição	Ações de Força Aérea (BRASIL, 2012a)
Reconhecimento Aéreo <i>Reconnaissance and Surveillance</i>	Tarefa que envolve a coleta, por meios aéreos, de informações sobre as forças opositoras ou o terreno, utilizando-se de sensores visuais, fotográficos, infravermelho ou eletrônicos.	Reconhecimento Aéreo
Reconhecimento Armado <i>Armed Reconnaissance</i>	Localizar e atacar forças hostis durante o reconhecimento aéreo de áreas determinadas.	Reconhecimento Armado
Transporte Aéreo de Passageiros <i>Passenger Transportation</i>	Tarefa que consiste no transporte aéreo operacional de pessoas, de uma localidade para outra.	Transporte Aéreo Logístico
Transporte Aéreo de Carga <i>Cargo Transportation</i>	Tarefa que envolve o transporte aéreo operacional de carga, de uma localidade para outra.	Transporte Aéreo Logístico
Assalto Aéreo <i>Air Assault / Quick Reaction</i>	Tarefa que envolve o transporte aéreo de tropas amigas para engajar forças hostis, em proteção a grupos vulneráveis, apoio a forças amigas e proteção de áreas vulneráveis.	Infiltração Aérea

(continua)

⁶³Ação de Força Aérea - Ato de empregar, no nível tático, Meios de Força Aérea para causar um ou mais efeitos desejados em uma campanha ou operação militar. Envolve ações letais e não letais de emprego do Poder Aeroespacial, bem como ações especializadas destinadas a suportar e a complementar a capacidade operacional da Força Aérea (BRASIL, 2012a, p.70).

(continuação)

Tarefas Aéreas em Operações de Paz (UNITED NATIONS, 2015)	Descrição	Ações de Força Aérea (BRASIL, 2012)
Apoio Aéreo Aproximado <i>Close Air Support</i>	Tarefa que envolve empregar helicópteros armados contra forças hostis, próximas a forças de paz terrestres ou navais.	Apoio Aéreo Aproximado
Patrulha Aérea <i>Aerial Patrol</i>	Tarefa aérea conduzida sobre um objetivo, área crítica ou área de responsabilidade com o propósito de observar e coletar informações.	Reconhecimento Aéreo
Evacuação Aérea de Acidentados, Doentes e Feridos <i>CASEVAC</i>	<i>Casualty Evacuation.</i> Tarefa que consiste no transporte aéreo de acidentados, doentes e feridos sob risco de vida, para tratamento médico em outras localidades.	Evacuação Aeromédica
Evacuação Aeromédica <i>MEDEVAC</i>	<i>Medical Evacuation.</i> Tarefa que envolve o transporte aéreo de acidentados, doentes e feridos, sem risco de vida, para localidade com nível de tratamento médico superior.	Evacuação Aeromédica
Busca e Salvamento <i>Search and Rescue</i>	Tarefa que envolve a utilização operacional de helicópteros e tripulação especializada para localizar e salvar pessoal da ONU de áreas isoladas, potencialmente hostis.	Busca e Salvamento em Combate
Transporte VIP <i>VIP Transportation</i>	Tarefa que envolve o transporte aéreo de autoridades de uma Operação de Paz ou governantes internacionais.	Transporte Especial
Reconhecimento de Área para Pouso de Helicóptero <i>Helicopter Landing Site Reconnaissance</i>	Tarefa que envolve o emprego de helicóptero na seleção de áreas e treinamento da tripulação para pouso em uma área desconhecida.	Instrução Aérea
Operações Conjuntas <i>Joint Operations</i>	Tarefa que envolve operações militares conjuntas de duas ou mais forças componentes da ONU, como as Forças Terrestres, Aéreas, Marítimas ou Policiais	Relaciona-se com o Fundamento do Poder Aeroespacial, Efeito Sinérgico

Fonte: Adaptado de Silva (2015).

A partir do momento em que se compreende a equivalência entre as Tarefas Aéreas realizadas por unidades aéreas militares de helicópteros H60L em operações de manutenção de paz e as Ações de Força Aérea, é possível inferir que todo treinamento, bem como as atividades rotineiras favorecem o desenvolvimento de habilidades e atitudes para aproveitamento da projeção do Poder Aeroespacial em OMP.

Tendo em vista que os procedimentos e conteúdos relacionados às atividades do protocolo de preparo adotado pela Força Aérea Brasileira em cooperação com o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (ExOp Tápio e IPUNAER) foram efetivamente aplicados ao longo dos anos de 2018 e 2019 resta analisar a influência destas atividades sobre os dados de capacitação anteriores e posteriores ao processo.

5.4 Dados de Capacitação

Os dados dos voluntários (pilotos, tripulantes e membros das equipes de apoio) foram disponibilizados pelo órgão competente mediante solicitação formal e sob a condição de uso impessoal empregando a cautela de tratamento de informações classificadas conforme recomendado por Brasil (2012c).

Desta forma, a identidade dos elementos envolvidos é propositalmente omitida sem perda do valor científico das informações.

O resultado da aplicação do protocolo de preparo de unidades aéreas militares para operações de paz pode ser mensurado a partir da comparação entre os dados de capacitação obtidos em momentos distintos do processo.

A IPUNAER foi aplicada em 2018 e 2019 ao efetivo das duas unidades aéreas que compõem o universo amostral da pesquisa (5/°8°GAV e 7/°8°GAV).

as equipes móveis de treinamento do CCOPAB aplicaram a instrução nas cidades de Santa Maria - RS, Manaus - AM (BRASIL, 2018d) e Campo Grande - MS (BRASIL, 2019c).

O Exercício Operacional Tápio foi realizado em 2018 (BRASIL, 2018a) e 2019 (BRASIL, 2019b), contando com uma parcela significativa do efetivo de voluntários para OMP das duas unidades aéreas mencionadas (Quadro 12). Desta forma, pode-se afirmar que o protocolo de preparo foi efetivamente aplicado no período entre 2017 e 2020.

Assim sendo, foram coletados os dados de capacitação dos militares componentes destas unidades nos anos de 2017 e 2020 para a comparação do nível de cumprimento dos requisitos (UNITED NATIONS, 2015) deste efetivo no momento anterior e no momento posterior à aplicação do protocolo de preparo proposto.

Quadro 13 - Quantitativo de Militares Voluntários a Participar de OMP nas Unidades Observadas.

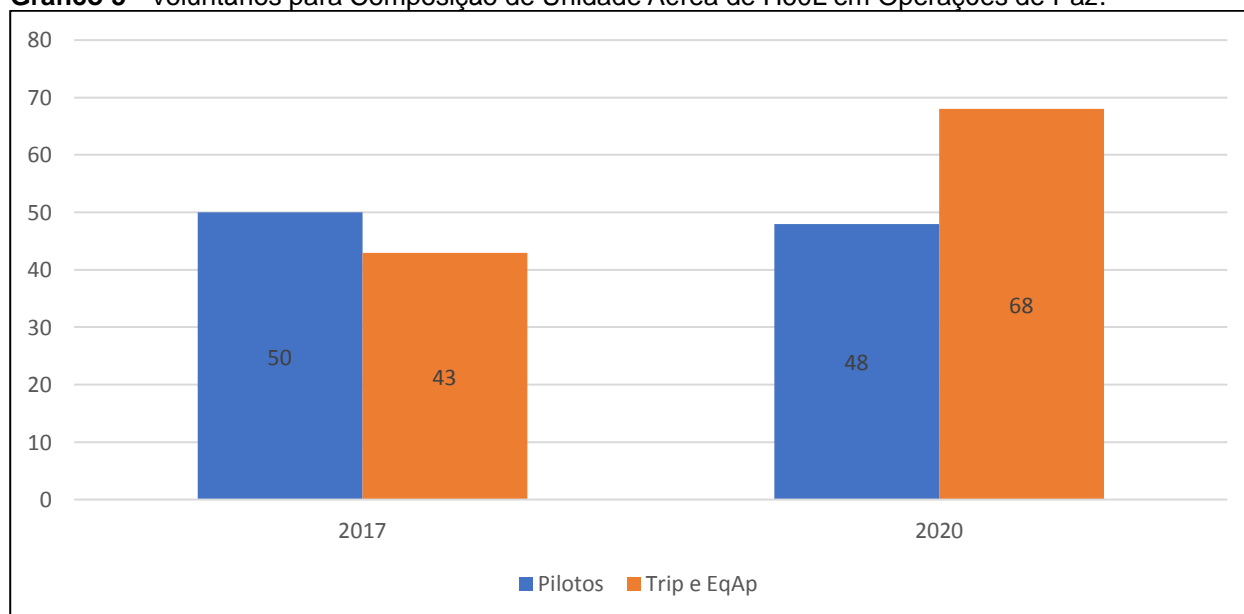
Função	2017	2020
Pilotos	50	48
Demais Tripulantes e Equipes de Apoio	43	68

Fonte: Comando de Preparo (COMPREP).

Os dados de capacitação coletados em 2017 e 2020 do conjunto de pilotos voluntários a compor uma unidade aérea militar equipada com aeronaves H60L em operações de paz das Nações Unidas foram: i. Horas Totais; ii. Horas na Aeronave H60L (On Type); iii. Qualificação de Voo por Instrumentos, e iv. Qualificação de voo NVG/NVIS.

Em relação aos demais tripulantes e equipes de apoio, foi coletado apenas o quantitativo numérico, tendo em vista que a capacitação técnica requerida para operações de paz é semelhante àquela das funções já exercidas atualmente.

Gráfico 5 - Voluntários para Composição de Unidade Aérea de H60L em Operações de Paz.

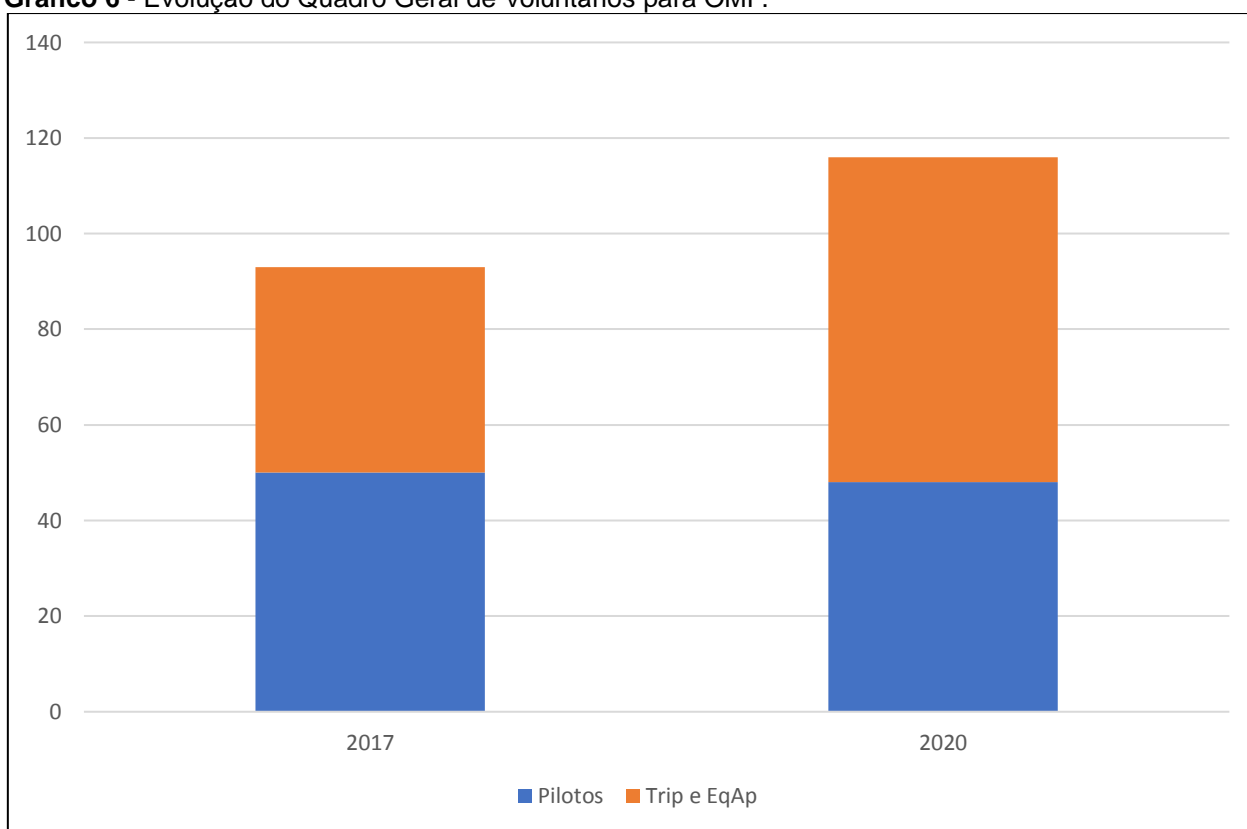


Fonte: Comando de Preparo (COMPREP).

Após a aplicação das atividades de desenvolvimento do conhecimento doutrinário de operações de paz contidas na IPUNAER e da realização de ações práticas em ambiente simulado no ExOp Tápio, foi possível notar o aumento de 24,7% no quadro geral de voluntários para OMP (Gráfico 6).

No entanto, é necessário verificar os dados de qualificação e marcas operacionais antes e depois da aplicação do protocolo de preparo com o objetivo de estabelecer uma análise sobre sua eficiência e a adequação do processo ante a evolução do quadro geral de voluntários.

Gráfico 6 - Evolução do Quadro Geral de Voluntários para OMP.



Fonte: Comando de Preparo (COMPREP).

O aumento do número de voluntários ocorre por diversos fatores motivacionais decorrentes do conhecimento adquirido pelo militares envolvidos a respeito das operações de paz. Neste sentido, foi verificada a contribuição tanto da IPUNAER ministrada pelo CCOPAB (BRASIL, 2019c) quanto do ExOp Tápio (BRASIL, 2019a).

Conforme mencionado por Aguilar (2015), estes fatores variam desde interesses pessoais dos militares em se voluntariar visando auferir ganhos financeiros e experiência pessoal, ou interesses profissionais como a possibilidade de atuar em ambiente de missão internacional e desenvolver novas habilidades técnicas.

Os dados referentes aos requisitos mínimos estabelecidos pela ONU (UNITED NATIONS, 2015) para a participação de pilotos na composição de unidades aéreas militares em operações de paz foram coletados em 2017 antes da aplicação do protocolo de preparo e em 2020, após a aplicação deste procedimento.

Desta forma, uma série de constatações pode ser apresentada a partir da análise das marcas operacionais e quantidades de horas de voo tabuladas dos pilotos voluntários a participar de OMP submetidos ao processo de preparo (Quadro 14).

Quadro 14 - Marcas Operacionais dos Pilotos Voluntários para OMP ante o Protocolo de Preparo.

Marcas Operacionais	2017	2020
Horas Totais	100,00%	100,00%
On Type	74,00%	91,67%
IFR	28,00%	43,75%
NVG/NVIS	38,00%	45,83%

Fonte: Comando de Preparo (COMPREP).

Tanto em 2017, quanto em 2020, a totalidade dos pilotos (100%) analisados acumulava ‘Horas Totais’ suficientes para cumprir os requisitos mínimos para participação em operações de paz, sendo acima de 1.000 (mil) horas de voo para pilotos em comando e acima de 100 (cem) horas de voo para copilotos.

Houve um aumento significativo em relação à quantidade de horas voadas na aeronave H60L Black Hawk (*On Type*) por cada um dos pilotos voluntários, representando 18,91% a mais dos indivíduos analisados que cumpriam o requisito de possuir acima de 250 (duzentos e cinquenta) horas de voo na condição de pilotos em comando e acima de 100 (cem) horas de voo no equipamento como copilotos.

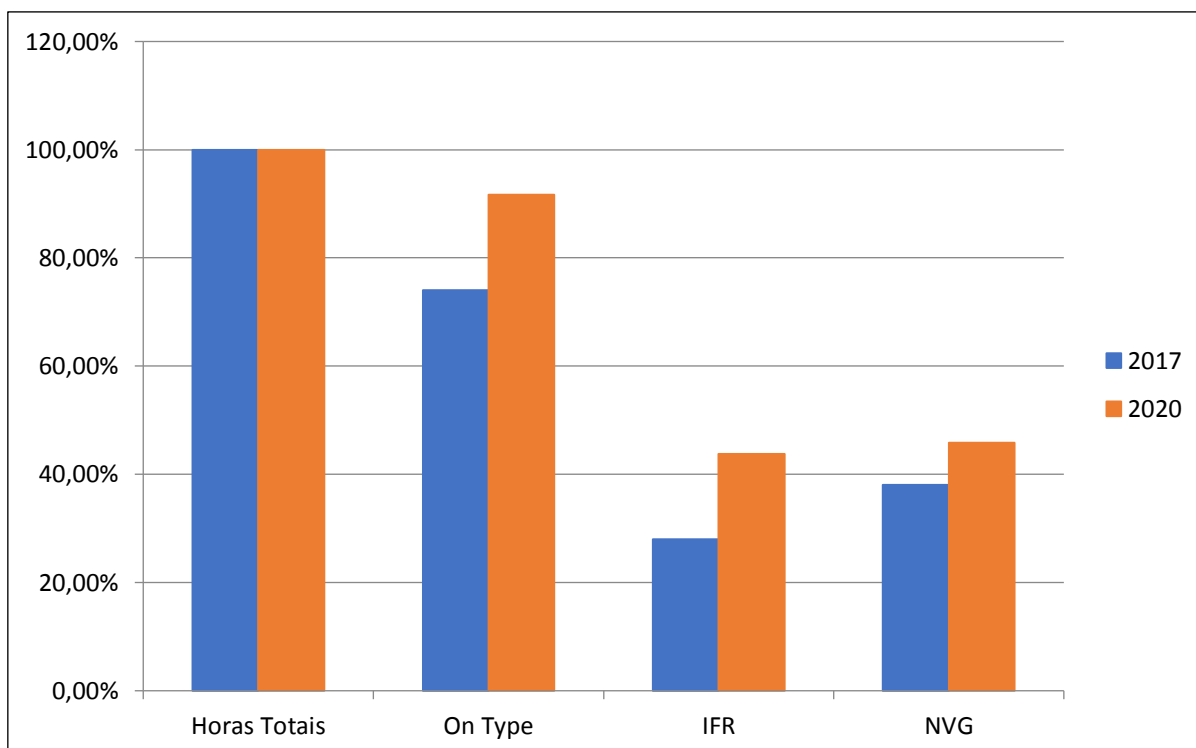
A qualificação para voo por instrumentos (IFR⁶⁴) apresentou-se como um fator restritivo tanto em 2017 quanto em 2020, no entanto ocorreu um incremento significativo em relação às demais marcas operacionais observadas, o que

⁶⁴ IFR – *Instrument Flight Rules* – Regras de Voo por Instrumentos

representou um acréscimo de 50% de voluntários qualificados após a aplicação do protocolo de preparo.

A qualificação NVG/NVIS⁶⁵ representou da mesma forma, um fator restritivo, que sofreu uma melhoria significativa entre os dois momentos observados. Houve um aumento de 15,79% no número de pilotos voluntários para OMP qualificados neste requisito mínimo para participação na composição do efetivo de unidades aéreas de helicópteros em operações de paz.

Gráfico 7 - Comparativo das Marcas Operacionais de Pilotos entre 2017 e 2020.



Fonte: Comando de Preparo (COMPREP)

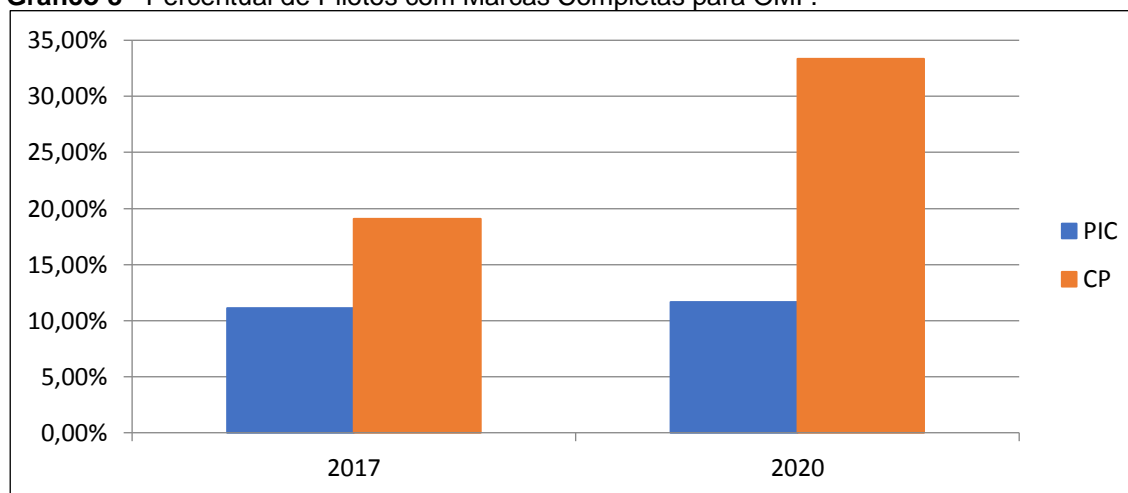
No entanto, a completude das marcas operacionais deve também ser observada de maneira conjugada, pois, tanto na posição de Piloto em Comando (PIC), quanto na posição de Copiloto (CP), estes valores são considerados em conjunto.

Desta forma, é possível constatar, que, entre 2017 e 2020, o quantitativo de pilotos voluntários que cumpriam todos os requisitos mínimos relacionados à função de Piloto em Comando manteve-se o mesmo, enquanto aqueles que cumpriam os requisitos de copiloto em OMP da ONU aumentou em 50% (Gráfico 8).

⁶⁵ NVG/NVIS – Night Vision Googles/Night Vision Imaging System – Equipamentos ou sistemas que permitem o cumprimento de missões aéreas sob regras de voo visuais no período noturno.

Vale destacar que durante o mesmo período, entre 2017 e 2020, os voluntários observados participaram de outros processos de qualificação, exercícios táticos e operações reais. No entanto, conforme avaliado por Silva (2015), as Ações de Força Aérea cumpridas possuem comprovada equivalência com as Tarefas Aéreas⁶⁶ demandadas de uma unidade aérea militar em operações de manutenção de paz das Nações Unidas.

Gráfico 8 - Percentual de Pilotos com Marcas Completas para OMP.



Fonte: Comando de Preparo (COMPREP).

Outros processos ocorreram ao longo do período observado, tais como a movimentação de pessoal para outras unidades militares, a chegada de novos pilotos, e a realização de outras atividades operacionais ou administrativas. No entanto, sob o escopo da presente pesquisa, tais fatores não interferiram na análise dos dados.

Frente à apresentação do protocolo de preparo empregado para a capacitação dos componentes de unidades aéreas militares de H60L Black Hawk para atuação em operações de manutenção de paz das Nações Unidas, evidenciou-se a necessidade de construção de uma coleta de dados ampla a partir da experiência de agentes inseridos no processo.

Desta forma, no dia 19 de julho de 2020, foi realizada uma entrevista semiestruturada com um militar de notório conhecimento e experiência nas atividades de formação e manutenção operacional em unidades aéreas equipadas

⁶⁶ O estudo realizado por Silva (2015) constata, mediante a análise de especialistas, que há relacionamento adequado entre as tarefas aéreas requeridas de Unidades Aéreas Militares em Operações de Manutenção de Paz (UNITED NATIONS, 2015 p. 36) e as Ações de Força Aérea descritas na Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (BRASIL, 2012a).

com o helicóptero H60L Black Hawk para verificar a adequação do protocolo de preparo aplicado nos anos de 2018 e 2019.

Cabe destacar que o entrevistado, detentor de relevante conhecimento acerca do assunto de preparo de pilotos, tripulantes e equipes de apoio de unidades aéreas equipadas com o helicóptero H60L Black Hawk para operações de paz da ONU, consentiu livremente em apoiar a pesquisa.

Quadro 15 - Apresentação da Entrevista ao Entrevistado.

O Preparo das unidades aéreas segue os preceitos básicos estabelecidos por manuais e normatizações específicas de cada país contribuinte, considerando as prioridades estratégicas de defesa e o desenvolvimento de capacidades de emprego tático e operacional.

O preparo de unidades aéreas equipadas com helicópteros H60L Black Hawk para operações de manutenção de paz da ONU consiste em um fator de planejamento de interesse do Estado Brasileiro por manifestar o princípio da dissuasão a partir da capacidade de projeção estratégica do Poder Aeroespacial.

Atualmente o protocolo de preparo de unidades aéreas militares da Força Aérea Brasileira para operações de paz consiste na aplicação de instruções doutrinárias do conteúdo exigido pela ONU por meio da IPUNAER, combinado com o Exercício Operacional Tápio para o treinamento específico.

Com a finalidade de esclarecer e evidenciar a necessidade de preparo de unidades aéreas militares para operações de paz das Nações Unidas, foi realizada uma entrevista como ferramenta metodológica de coleta de dados.

O especialista entrevistado é um experiente piloto da aeronave H60L responsável pela capacitação operacional e doutrinação de pilotos, tripulantes e equipes de apoio. Assumiu cargos de liderança e chefia durante os anos de 2018 e 2019 e participou ativamente do processo decisório acerca da implementação do protocolo de preparo de unidades aéreas militares da FAB para operações de paz.

Fonte: o autor.

Por meio das respostas fornecidas pelo entrevistado, é possível constatar algumas inferências acerca da adequação do protocolo de preparo empregado atualmente e avaliar a assertividade dos dados anteriormente apresentados.

As atividades de preparo para operações de paz (IPUNAER e Tápio) não estão alinhadas com a rotina de desenvolvimento técnico profissional de uma unidade Aérea. A capacidade operacional de cada unidade é semelhante àquela necessária para o desempenho das tarefas em operações de paz. No entanto, o

preparo das unidades não é realizado com foco em operações de paz, e sim, em preceitos de combate e de defesa da soberania nacional.

A nossa rotina não é IPUNAER e não é a TÁPIO. Mas a nossa rotina (e aí eu estou falando do 7º/8ºGAV principalmente), A rotina do 7º/8ºGAV, O treinamento rotineiro do 7º/8ºGAV e o treinamento rotineiro do 5º/8ºGAV preparam para Missão da ONU. Preparam o quê? Quando eu estou tratando de transporte de pessoal, quando estou tratando de pouso em local que tenha uma certa dificuldade. Que a gente chama de treinamento em área restrita né. Então o treinamento dessas habilidades está no dia a dia. Falando do 7º/8ºGAV sim, o ambiente é bem semelhante, já o 5º/8º GAV não, é outro ambiente. Mas se a gente for falar da República Centro-Africana é semelhante à Selva, é semelhante ao que se tem na Região Amazônica (Entrevistado).

Apesar do preparo específico para operações de paz não fazer parte da rotina de uma unidade aérea, a apresentação do contexto de crise humanitária e do conhecimento específico sobre este tipo de operação, proporcionado pela IPUNAER, exerce um caráter motivacional entre os envolvidos.

A IPUNAER foca somente em conhecimento porque a gente não voa né. Então não tem habilidades a serem desenvolvidas é só conhecimento. E eu gostei muito da IPUNAER, pois tive um Feedback muito positivo. Quem fez [a IPUNAER] inclusive ficou motivado a participar da missão. Então em termos de conhecimento, até onde pude observar, ela [IPUNAER] atende muito bem. Em termos de conhecimento com o IPUNAER realmente traz conhecimentos. Ele chega até a incentivar as pessoas a participarem da missão (Entrevistado).

A possibilidade de participar de operações de paz como componente de unidade aérea militar é um fator motivacional por si só.

Então se você pegar de maneira geral para qualquer tripulante. [...] Eles vão se imbuir o máximo possível. [...] Ninguém vai deixar de ir porque é treinamento. Inclusive, quem vai, vai pensando que é uma experiência de vida, uma experiência operacional do mais alto nível. A motivação nesse sentido as pessoas têm. (Entrevistado)

O Exercício Operacional Tápio é uma atividade muito positiva e bem organizada, no entanto, cabem ajustes relacionados ao cenário de operações de paz, tendo em vista a necessidade do treinamento de tarefas específicas.

O treinamento é muito positivo. É muito bom. É um exercício muito bem organizado muito bem concebido para aquele cenário, mas de tudo o que a gente treina ali. Talvez a sua pergunta seja: "Tá bom, mas mesmo não sendo o cenário ONU, mas do que você treinou, o que que você aproveita para a ONU?" O que melhor se aproveita da TÁPIO para a ONU? O que melhor se aproveita da TÁPIO para a ONU. Foi o que foi treinado 2018 que foi atendimento a APH tático. Em 2019 também teve, mas em 2019 não foi avaliado. Então nós preparamos o nosso homem de resgate para um tipo de atendimento pré-hospitalar que não é o civil é o tático, em que o tipo de ferimento é diferente o tipo de desafio é diferente (Entrevistado).

O voluntariado é um fator restritivo e questões relacionadas à família devem ser tratadas com especial atenção, sobretudo, no que tange à definição de alguns aspectos, como o local e o tempo de missão, bem como a política de revezamentos a ser adotada pelo Brasil.

A Família é tempo [...] quanto menos tempo ficar lá [em missão] mais voluntários você vai ter. E menos do que três meses não faz diferença, pois o cara que vai com três meses, ele vai com uma semana. Você não vai ter um “cara” dizendo: “Se for um mês eu vou, se forem três eu não vou!” O “cara” que fica um mês fica três. Tem que ter os períodos de folga, a primeira coisa é isso. Segunda: Pra saber se a pessoa é voluntária tem que definir qual é a missão e para você ter mais voluntários é realmente necessário que as tripulações, eu estou falando de sargentos com dez anos de serviço, com cinco anos de serviço, estou falando de tenente formado há três, quatro ou cinco anos, que já fizeram muitas operações com UCI⁶⁷ (Entrevistado).

Conforme apontado pelo entrevistado, mesmo os pilotos e tripulantes mais novos na Unidade adquirem experiência de operações com Unidades Celulares de Intendência (UCI) realizando ações de força aérea a partir de uma localidade com infraestrutura de apoio provisória. Esta atividade, assim como o ExOp Tápio, favorece o desenvolvimento de atitudes e habilidades relacionadas àquelas necessárias em operações de manutenção de paz.

Foto 11 - Helicóptero H60L Black Hawk operando com Unidade Celular de Intendência.



Fonte: FUZISAKI, 2018.

⁶⁷ UCI - Unidade Celular de Intendência. É a Unidade móvel cujo propósito é prover apoio logístico para o desdobramento e permanência de outras unidades militares no teatro de operações, em áreas de catástrofe natural, crise humanitária ou afins.

O protocolo de preparo está concentrado no desenvolvimento de capacidades dos elementos envolvidos para operar em uma unidade aérea militar equipada com helicópteros H60L em operações de paz. No entanto, há fatores externos ao protocolo que devem ser considerados por ocasião de um possível desdobramento.

A gente tem que se preocupar muito com a parte dos graduados, pois o apoio ao graduado tem que ser próximo, tem que estar muito atento às necessidades deles e dos familiares. Mais em Manaus, mas também em Santa Maria e talvez fosse o caso de um acompanhamento psicológico, que o hospital [normalmente] não presta, talvez tenha que ser uma coisa do IPA⁶⁸, uma coisa institucional dedicada para as famílias... Tem que se pensar muito no graduado no oficial também (Entrevistado).

Uma característica típica de unidades de helicóptero H60 Black Hawk é a composição das equipes de manutenção, e de pessoal de apoio de solo, que exercem de forma cumulativa funções a bordo como tripulantes (mecânico de voo, observadores, homens SAR e operadores de equipamentos especiais).

O BMA [Graduado da Manutenção] de helicóptero é mantenedor e é tripulante. Uma solução: Eu posso separar. "Esse tripulante [graduado] só voa e esse graduado só faz manutenção." Isso não pode acontecer. Ele tem que ser tripulante e operador. Por quê? Porque só isso dá a ele o valor que ele tem que ter para operar numa missão desse tipo: Deslocada com baixo apoio. O que eu quero dizer? Nós temos realmente que ter mecânicos altamente capacitados em manutenção da aeronave, que tenham a capacidade operacional de estar no campo em outro continente operando e fazendo a manutenção da aeronave (Entrevistado).

Os parâmetros estabelecidos pela ONU (UNITED NATIONS, 2015) para a atuação de pilotos e copilotos em operações de manutenção da paz não representam um desafio, pois marcas operacionais⁶⁹ de horas de voo, qualificação IFR e voo noturno NVG são facilmente obtidas por um grupo selecionado de pilotos H60L quando priorizados.

No entanto, conforme verificado por meio de entrevista, é possível constatar que alguns fatores relevantes devem ser ajustados em relação à harmonização do cenário de treinamento do Exercício Operacional Tápio, que considera um ambiente de guerra não convencional com grande intensidade de operações aéreas, ameaças assimétricas e baixo suporte logístico em meio à crise humanitária (BRASIL, 2019a).

⁶⁸ Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA) presta o serviço de psicologia operacional aplicada que analisa os fatores humanos e a influência do aspecto psicológico nas ocorrências aeronáuticas na aviação civil e militar.

⁶⁹ Marcas operacionais são valores referentes à qualificação de tripulantes como quantidade de horas de voo exercendo funções específicas ou cumprindo determinados tipos de missão e treinamentos, envolve ainda habilitações e certificados.

A IPUNAER apresenta conhecimentos a respeito das operações de paz e atinge o objetivo de habilitar, perante o Ministério da Defesa e a ONU, a qualificação exigida de unidades aéreas militares quanto aos conteúdos essenciais e especializados para operações de paz (BRASIL, 2019c).

Desta maneira, ao analisar as etapas e atividades do preparo direcionado aos componentes de unidades aéreas de H60L, é possível constatar que os requisitos estabelecidos pelas Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015) são atendidos.

Dessa forma, o protocolo de preparo, que antecede o possível desdobramento de uma UAe para OMP, favorece o desenvolvimento da capacidade de projeção Poder Aeroespacial bem como consolida a postura tradicional do Estado Brasileiro voltada para a cooperação internacional.

As atividades de preparo realizadas nos anos de 2018 e 2019 propiciaram aumento significativo do quantitativo de voluntários para operações de paz, bem como evidenciou-se, por meio de análise de dados e entrevista, que a complementação doutrinária e a realização de treinamentos táticos e operacionais específicos não só melhoraram as marcas operacionais, como também contribuíram como fator motivacional entre todos os envolvidos.

Logo, a IPUNAER e a Tápio, constituem, de forma eficaz, o protocolo de preparo estabelecido pela Força Aérea Brasileira para o cumprimento de requisitos do Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas.

Desta forma é estabelecida uma condição de prontidão operacional que favorece mutuamente o caráter cooperativo das relações internacionais do país e a exploração do princípio da dissuasão pela capacidade de projeção do Poder Aeroespacial, constituindo uma ação estratégica de defesa nacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O preparo de recursos humanos de uma unidade aérea militar equipada com helicópteros H60L Black Hawk para operações de manutenção de paz da Organização das Nações Unidas contribui tanto para o desenvolvimento da capacidade de projeção do Poder Aeroespacial brasileiro quanto para a consecução dos objetivos destas operações a partir das características do Poder Aeroespacial.

A defesa nacional e a política externa brasileira estão vinculadas por meio da relação entre dissuasão e cooperação, conforme aponta o Livro Branco da Defesa Nacional (BRASIL, 2012b).

Logo, o preparo e a aplicação do Poder Aeroespacial em operações de não-guerra (OOTW), como as operações de manutenção de paz das Nações Unidas, representa uma possibilidade de desenvolvimento de capacidades estratégicas do Poder Aeroespacial em tempos de paz.

Frente ao objetivo de compreender a relação entre o protocolo de preparo aplicado aos pilotos, tripulantes e equipes de apoio das unidades aéreas de H60L da FAB para operações de paz da ONU e os objetivos nacionais de defesa, esta pesquisa consolidou-se sobre uma sequência de verificações e análises que resultaram nas quatro seguintes constatações:

- I) O Poder Aeroespacial contribui para a condução e o cumprimento das operações de paz, sobretudo com as atividades decorrentes do preparo de unidades aéreas militares de helicópteros como o H60L.
- II) O Preparo de unidades aéreas militares para operações de paz encontra fundamento no caráter estratégico do Poder Aeroespacial, como elemento essencial para o sucesso dessas operações, contribuindo, a partir do conceito de cooperação internacional, com, pelo menos, onze ações estratégicas de defesa.
- III) Os requisitos mínimos esperados e o nível de prontidão para atuação em operações de paz da ONU seguem os parâmetros do sistema UNPCRS (UNITED NATIONS, 2019) e do Manual de Unidades Aéreas Militares em Operações de Manutenção de Paz da ONU (UNITED NATIONS, 2015), que orientam o processo de seleção de recursos humanos e o protocolo de preparo de acordo com os interesses do Estado Brasileiro.
- IV) A realização do protocolo de preparo instituído pela Força Aérea Brasileira em coordenação com o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, por meio da

IPUNAER e do ExOp TÁPIO, atende aos requisitos estabelecidos pelas Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015).

O presente trabalho partiu da premissa de que o processo de capacitação e treinamento que antecede a atuação de uma unidade aérea militar para operar de forma continuada além de suas fronteiras nacionais, oferece a possibilidade de desenvolvimento de capacidades estratégicas do Poder Aeroespacial.

Constata-se que a aplicação do protocolo de preparo de unidades aéreas de H60L da FAB para OMP oferece a oportunidade ao Estado Brasileiro de cumprir compromissos internacionais, de atingir objetivos estratégicos da defesa nacional e de fortalecer aspectos internos de gestão organizacional.

O preparo de pilotos, tripulantes e equipes de apoio de unidades aéreas militares da FAB para operações de manutenção de paz das Nações Unidas está diretamente relacionado aos objetivos nacionais de defesa referentes à contribuição para a paz e a segurança internacionais e ao incremento da projeção do Brasil no concerto das nações.

Considerando a influência, o histórico e a postura brasileira na participação em operações de paz da ONU, com a adoção de seus princípios constitucionais de relações internacionais, bem como a exposição dos interesses estratégicos de defesa contidos no Livro Branco da Defesa Nacional, pode-se afirmar que, atualmente, a capacitação dos recursos humanos de unidades aéreas de H60L Black Hawk para operações de paz da ONU constitui uma ação estratégica de defesa.

O preparo dos componentes de uma unidade aérea militar para atuação em operações de paz das Nações Unidas encontra sustentação nos fundamentos da Teoria do Poder Aeroespacial, no conceito de cooperação internacional e no arcabouço legal de defesa que justificam esforços neste sentido, de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2020).

Conforme analisado, a partir da execução do Exercício Operacional TÁPIO e da Instrução IPUNAER, o protocolo de preparo, objeto desta pesquisa, contribui de maneira eficaz com o alcance dos requisitos mínimos esperados e o nível de prontidão desejado para atuação em operações de paz da ONU.

A forma pela qual a aplicação do protocolo de preparo de unidades aéreas militares de H60L da FAB para operações de paz da ONU contribui para o

cumprimento de objetivos nacionais de defesa se dá por meio da capacitação de seus recursos humanos.

O preparo de pilotos, tripulantes e equipe de apoio de Unidades Aéreas de H60L para operações de paz da ONU estabelece uma condição de prontidão operacional que favorece mutuamente o caráter cooperativo das relações internacionais do país e a exploração do princípio da dissuasão pela capacidade de projeção do Poder Aeroespacial.

O caráter cooperativo do preparo provém da contribuição das características do Poder Aeroespacial para consecução dos objetivos das OMP, enquanto o caráter dissuasório do preparo é representado pelo desenvolvimento da capacidade de projeção do Poder Aeroespacial, mesmo em tempo de paz.

Desta forma, o protocolo de preparo aplicado aos componentes de uma unidade aérea militar de helicópteros H60L ofertada pelo Estado Brasileiro para um possível desdobramento em operações de paz das Nações Unidas está adequado ao contexto atual.

No entanto, esta hipótese deve ser aceita com ressalvas, pois o preparo de pilotos, tripulantes e equipes de apoio de unidades aéreas de H60L para operações de paz da ONU, apesar de favorecer tanto a política de defesa nacional quanto a política externa brasileira, não deve ser considerado como um processo finalístico da Força Aérea Brasileira e, sim, uma atividade alinhada aos objetivos estratégicos nacionais.

Cabe destacar que, apesar do incremento da capacidade de atender compromissos firmados pelo Estado Brasileiro no âmbito internacional, o preparo para operações de paz não deve ser priorizado ante às atividades de formação e manutenção operacional relacionadas à missão institucional da Força Aérea Brasileira, negligenciando a centralidade das tarefas clássicas de defesa da soberania, conforme apontado por Alsina-Júnior (2009, p. 190).

Como possibilidade de condução para pesquisas complementares sugere-se o estudo do fator humano relacionado ao desdobramento de unidades aéreas militares, bem como avaliar questões de cunho geopolítico e estratégico em complemento à análise de autores citados neste trabalho, recomendando-se ainda a apreciação das possibilidades de esforços conjuntos relacionados à projeção do Poder Aeroespacial e à logística em operações de paz.

Resultados profícuos podem ser gerados a partir da conjugação das

constatações da presente pesquisa aos trabalhos em andamento na comunidade acadêmica de defesa e em organizações como o a Segunda Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica, o Comando de Preparo da FAB e a Subchefia de Operações de Paz do Ministério da Defesa relacionados às aplicação do Poder Aeroespacial e ao preparo de unidades aéreas militares para operações de paz.

A comunidade acadêmica é composta por pessoas capazes de desenvolver pesquisas com a robustez metodológica e com o amparo científico para comprovar detalhadamente as evidências da relação entre as atividades de preparo de unidades aéreas militares para operações de manutenção da paz e os Objetivos Nacionais de Defesa diante dos eventos da política externa contemporânea.

Neste sentido, recomenda-se a verificação da existência de correlação entre o histórico das participações brasileiras em operações de paz das Nações Unidas e os momentos em que o Estado ocupou posição como membro rotativo do Conselho de Segurança daquela Organização, a fim de verificar a possibilidade futura de desdobramento de uma unidade aérea militar em operações de paz.

O Comando de Preparo da Aeronáutica com o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, conforme verificado na pesquisa, apresentam um protocolo de preparo eficaz. Desta forma, cabe apenas recomendar o aprimoramento das atividades já realizadas a partir de melhorias pontuais no cenário de treinamento visando o desenvolvimento de capacidades (BRASIL, 2018c).

O Estado-Maior da Aeronáutica é o órgão responsável pelo trato de assuntos estratégicos e recai sobre sua Segunda Subchefia questões relacionadas às operações de paz. Desta forma, recomenda-se a análise de esforços combinados de capacitação com países que já atuam em operações de paz com unidades aéreas militares, bem como outras questões estratégicas como a produção do memorando de entendimento, políticas de contrapartida (*Offset*), acordos internacionais de cooperação e assuntos de logística e reembolso em OMP.

O Ministério da Defesa é o ente capaz de congrega os esforços conjuntos no sentido do desdobramento de uma unidade aérea militar em operações de paz, recomendando-se desta forma, o planejamento e normatização, a partir da participação em foros internacionais e na ONU tendo em vista a vinculação entre a política de defesa nacional e a política externa conforme descrito no LBDN (BRASIL, 2012b).

Esta pesquisa buscou levantar e analisar as informações relacionadas ao

preparo de unidades aéreas para operações de paz com especial enfoque sobre o protocolo de preparo aplicado pela Força Aérea Brasileira diante da necessidade de desenvolvimento de capacidade de desdobramento e seu caráter estratégico.

Todavia, o assunto não se esgota, e apresenta diversas possibilidades de expansão e abordagens a partir dos aspectos apresentados na pesquisa.

Estes aspectos referem-se à análise histórica das atividades aéreas em operações de paz, à verificação da Teoria do Poder Aeroespacial a partir de eventos observados em OMP, à abordagem das ações de preparo a partir de ponto de vista das diferentes escolas das relações internacionais e teorias políticas, bem como à análise legal vinculada às questões do direito internacional ou ao arcabouço jurídico brasileiro.

Como sugestão de trabalhos futuros, recomenda-se ainda a verificação de um espaço amostral diferente, representado pelos recursos humanos de outras aviações como Transporte, Caça, Patrulha Marítima, Reconhecimento ou de Sistemas Aéreos Remotamente Pilotados no âmbito da Força Aérea, da Aviação do Exército ou da Aviação Naval.

Desta forma, a partir dos fatos evidenciados na presente pesquisa, e apesar das ressalvas constatadas sobre a hipótese inicial, são abertas possibilidades de desenvolvimento de novas abordagens sobre o tema que corroboram para a constatação de que o preparo de unidades aéreas para operações de paz das Nações Unidas representa uma questão estratégica nacional.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Sergio Luiz Cruz. A participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, Denmark, v. 3, n. 2, p. 113-141, mar. 2015.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. Política externa e defesa no Brasil atual: uma agenda possível. **Meridiano 47: Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, [Brasília], n. 30/31, p. 1-3, jan./fev. 2003.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 53-86, 2003.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 52, n. 2, p. 173-191, 2009.

AMARAL, Antônio Carlos Egito do. **Dia da Aviação de asas rotativas**. Brasília, 2 fev. 2018. Acesso em 18 de agosto de 2018, Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/31611/>. Acesso em: 20 dez. 2018.

AMORIM, Celso. **A grande estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.

ANDRADE, Israel de Oliveira; HAMANN, Eduarda Passarelli; SOARES, Matheus Augusto. **A participação do Brasil nas operações de paz das Nações Unidas: evolução, desafios e oportunidades**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2019. (Texto para discussão, 2442).

BELLAMY, Alex J. The 'next stage' in peace operations theory?. **International Peacekeeping**, v. 11, n. 1, p. 17-38, 2004.

BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul D. (Ed.). **Providing peacekeepers: the politics, challenges, and future of United Nations peacekeeping contributions**. [New York]: Oxford University Press, 2013.

BITTENCOURT, Armando de Senna. A presença da Marinha do Brasil em missão pioneira de manutenção de paz: a Comissão Especial da ONU nos Balcãs (UNSCOB), 1948-1951. **Revista Navigator**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 85-92, 2009.

BOYNE, Walter J. **The influence of Air Power upon history**. Pennsylvania: Casemate Publishers, 2005.

BRACEY, D. O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU: os casos do Timor Leste e Haiti. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 2, p. 315-331, 2011.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Operações Aéreas. Capacitação de Recursos Humanos no Âmbito do COMGAR (DCAR 100B). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, [Brasília, DF], 21 set. 2015.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Ar. Portaria nº 318/GC3, de 28 de março de 2016. Aprova a reedição da Instrução que dispõe sobre a "Progressão Operacional de Oficiais Aviadores da Força Aérea Brasileira" (ICA 55-6). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 56, f. 2848, 4 abr. 2016a.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando de Preparo. **Relatório Final de Exercício: ExOp Tápio I**. Brasília, DF: [Comando da Aeronáutica], 2018a.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando de Preparo. **Relatório Final de Exercício: ExOp Tápio II**. Brasília, DF: [Comando da Aeronáutica], 2019a.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Portaria nº 278/GC3, de 21 de junho de 2012. Aprova a Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 121, f. 4393, Brasília, 2012a.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Portaria nº 1.597/GC3, de 10 de outubro de 2018. Aprova a Concepção Estratégica – Força Aérea 100 (DCA 11-45). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 180, f. 11264, 15 out. 2018b.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Portaria nº 2.102/GC3, de 18 de dezembro de 2018. Aprova o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PCA 11-47). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 222, f. 14757, 20 dez. 2018c.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **United Nations Peacekeeping Capability Readiness System**. Brasília, DF: [Comando da Aeronáutica], 2016b.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Universidade da Força Aérea. **Manual de Trabalhos Acadêmicos da Universidade da Força Aérea**. 4. ed. Rio de Janeiro: UNIFA, 2019b.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Senado Federal. **Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010**. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que "dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas", para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>. Acesso em: 14 set. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Exército Brasileiro. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. **Relatório Final da Instrução do Preparo de Unidades Aéreas Ofertadas ao Sistema UNPCRS**. Rio de Janeiro: [Exército Brasileiro], 2019c.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa. Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília: [Ministério da Defesa], 2012b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria normativa nº 9/GAP/MD, de 13 de janeiro de 2016. Aprova o Glossário das Forças Armadas – MD35-G-01 (5ª Edição/2015). **Diário Oficial da União**, n. 14, 21 jan. 2016c.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria normativa nº 2.090/MD, de 12 julho de 2013. Dispõe sobre o “Manual de Operações de Paz”. **Diário Oficial da União**: seção 2, Brasília, DF, n. 134, p. 120, 15 jul. 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Conselho de Segurança da ONU**. [Brasília], 2019d. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012. Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 221, 16 nov. 2012c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7845.htm. Acesso em: 21 ago. 2020.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**: um estudo da ordem política internacional. 2. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. p. 361. (Clássico IPRI, 5).

CANNABRAVA, I. O. O Brasil e as operações de manutenção da paz. **Revista Política Externa, São Paulo**, v. 5, n. 3, p. 93-105, dez. 1996

CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. 2. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. p. 361. (Clássico IPRI, 1).

CHUN, Clayton K. S. **Aerospace Power in the 21st century**: a basic primer. Montgomery: Air University Press, 2004.

COLEMAN, Katharina P. Token troop contributions to United Nations Peacekeepers. In: BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul D. (Ed.). **Providing peacekeepers**: the politics, challenges, and future of United Nations peacekeeping contributions. United Kingdom: Oxford University Press, 2013. p. 16-20.

COLNAGO, F.J.L. **Planejamento para o Emprego de C-130 em Operação de Força de Paz da ONU**. Dissertação (Curso de Curso de Comando e Estado-Maior) – Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, 2005.

COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV). **Base de dados do CICV sobre Direito Internacional Humanitário**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/icrc-databases-international-humanitarian-law>. Acesso em: 25 ago. 2020.

CORUM, James S. Airpower and peace enforcement. **Airpower Journal**, [s. l.], v. 10, n. 4, p. 10-26, 1996.

DEUTSCHE WELLE. **What drives South Asians to peacekeeping?** [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/en/what-drives-south-asians-to-peacekeeping/a-18970732>. Acesso em: 20 nov. 2018.

DORN, A. Walter (Ed.). **Air Power in UN Operations: wings for peace**. United Kingdom: Ashgate Publishing Ltd., 2014.

DOUHET, Giulio. **O domínio do ar**. Rio de Janeiro: Itatiaia, Instituto Histórico Cultural da Aeronáutica, 1988.

DURCH, William J. *et al.* **The Brahimi Report and the Future of the UN Peace Operations**. Washington, DC: Henry L. Stimson Center, 2003.

FAGANELLO, P. L. F. **Operações de Manutenção da Paz da ONU: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz**. Brasília: FUNAG, 2013.

FERRAZ, Ana Paula do Carmo Marcheti; BELHOT, Renato Vairo. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 421-431, 2010.

FINDLAY, Trevor. **The use of force in UN peace operations**. Stockholm: SIPRI, 2002.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **Brasil: 60 anos de operações de paz**. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2009.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2005.

FUZISAKI, Aline. Céu Blindado nas Fronteiras do País. **Revista Aerovisão**, Brasília, ano 45, número 257, p. 44-51, jul./ago./set. 2018. Disponível em: https://issuu.com/portalfab/docs/aerovisao_257_jul_ago_set_2018. Acesso em: set. 2018.

FREIRE, Ricardo Rodrigues; SANTOS, Marcos Cardoso dos. O Brasil e as operações de paz. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 65, p. 177-200, maio/ago. 2017.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, N. A. B. **A Força Aérea Brasileira na missão de estabilização das Nações Unidas no Haiti: a dependência de uma aeronave de transporte estratégica**. 2016. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Aeroespaciais), Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica, Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, 2016.

HAMANN, Eduarda; MIR, Wasim. É tempo de reengajar: o Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU. **Instituto Igarapé**, Rio de Janeiro, set. 2019.

HILLEN, John. Peacekeeping at the speed of sound: the relevancy of Airpower Doctrine in Operations other than war. **Airpower Journal**, winter 1998.

HIRSCH, John L. Peacemaking in Somalia: AU and UN Peace operations. *In*: KARBO, Tony; VIRK, Kudrat (Eds.). **The palgrave handbook of peacebuilding in Africa**. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2018. p. 137-151.

HIRST, Monica. Strategic posture review: Brazil. **World Politics Review**, v. 29, n. 9, 2009.

HOBBS, T. **Leviatã: matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. [S. l.]: LeBooks Editora, 2019.

HOFFMANN, Alexandre. **O Brasil na República Centro-Africana: oportunidades para a política externa**. TCC (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2145>. Acesso em: 18 de março de 2020.

ISLAM, S. M. T. Role of United Nations Peacekeeping in International Security: a critical analysis. **Asian Affairs**, United Kingdom, v. 26, n. 3, p. 24-40, july/sep. 2004.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. **Introdução às relações internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

JASPER, Flavio Neri Hadmann. A influência dos Arquitetos do Poder Aéreo na Estruturação de Forças Aéreas. **Revista Defesa e Segurança**, v. 3, p. 29-48, 2018.

KENKEL, Kai Michael. Interesses e identidade na participação do Brasil em operações de paz. **Revista Tempo do Mundo**, v.3, n.3, p.9-35, ago.2011.

LIMA, R. M. **Senta a Pua! A Força Aérea Brasileira na Segunda Guerra Mundial 1944/1945**. Rio de Janeiro: Editora Action, 2011. 760 p.

LOPES, I. Breves considerações sobre os Princípios Constitucionais das Relações Internacionais. **Consilium: Revista Eletrônica de Direito**, Brasília, v. 1, n. 3, p. 1-16, 2009.

MARCONDES, Danilo; SIMAN, Maíra; OLIVEIRA, Ricardo. South-South Cooperation and Training for Peacekeeping Participation: Expertise and Status in Brazil's Involvement in Africa and Latin America. **Journal of International Peacekeeping**, v. 21, n. 3-4, p. 197-223, 2017.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIANO, Marcelo Passini. A diplomacia e a continuidade na política externa brasileira. In: MARIANO, Marcelo Passini. **A política externa brasileira e a integração regional: uma análise a partir do Mercosul** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015. cap. 1, p. 15-36.

MEILINGER, P. S. **The paths of heaven: the evolution of airpower Theory: the school of advanced airpower studies**. India: Lancer Publishers, 2000.

MESQUITA, I. M. O Poder Aeroespacial e a Estratégia Nacional de Defesa (END). **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 67, p. 83-97, 2019.

MITCHELL, W. **Winged Defense: the development and possibilities of modern air power**. Mineola: Drover Publications, 2006.

MÜLLER, M.M.; STEINKE, A. the geopolitics of Brazilian peacekeeping and the United Nations' turn towards stabilisation in Haiti. **Peacebuilding**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 54-77, mar. 2018.

NEACK, L. UN peacekeeping: in the interest of community or self? **Journal of Peace Research**, United Kingdom, v. 32, n. 2, p. 181-196, 1995.

NOVOSSOFF, A. **Keeping peace from above: air assets in UN peace operations**. New York: International Peace Institute, 2017. 36 p.

NYE, J. S. J **Cooperação e conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.

PHILIPPINI, A. C. M. M. **Poder Aéreo nas Operações de Paz, Regras de Direito Internacional**. Curitiba: Editora Prismas, 2017. 234 p.

POLITÊS, N. E. **Les Nouvelles Tendances du Droit International**. France: Hachette, 1927.

POPOVIC, Mateja et al. **A Importância Estratégica da Participação do Brasil nas Missões de Paz na África Central: a Capacidade Brasileira de Contrainsurgência como Meio de Pacificação da República Centro-Africana**.

POPPER, K. R. **Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária**. Rio de Janeiro: Livraria Itatiaia, 1975.

REVISTA EXAME. **Próxima missão do Brasil sob mandato da ONU terá mais riscos**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://exame.com/brasil/proxima-missao-do-brasil-sob-mandato-da-onu-tera-mais-riscos/>. Acesso em: 14 set. 2017.

RINALDI, Rafael. **FAB Reúne mais de 20 esquadrões em exercício operacional**. Asas: Revista de Cultura e História da Aviação, São Paulo, 6 maio 2018. Disponível em <https://www.edrotacultural.com.br/fab-reune-mais-de-20-esquadroes-em-exercicio-operacional/>. Acesso em: maio 2018.

ROSA, C. E. V. **Poder Aéreo: Guia de Estudos**. Rio de Janeiro: Luzes, 2014.

SAINT-PIERRE, H. L.; VITELLI, M. G. **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2018. 1038 p.

SANTOS, M. **Evolução do poder aeroespacial**. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1989.

SANTOS, Ricardo Oliveira dos. A contribuição brasileira para as Operações de Paz das Nações Unidas no século XXI: do envio de tropas à cooperação normativa e doutrinária. **Conjuntura Internacional**, Minas Gerais, v. 16, n. 1, p. 41-41, 2019.

SEVERSKY, A. N. P. de. **Victory Through Air Power**. Beverly: Garden City Pub, 1943.

SILVA, C. C. **O Emprego do Poder Aéreo em Missões de Paz da ONU à Luz da Doutrina Básica da FAB**. 2015. 25 f. Dissertação (Mestrado em Defesa Nacional) – Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, Rio de Janeiro, Universidade de Força Aérea, 2015.

TUBBS, James O. **Beyond Gunboat Diplomacy: forceful applications of airpower in peace enforcement operations**. [United State]: Air University Press, 1995.

TÜRKE, András István. **The operation ARTEMIS in the Democratic Republic of Congo: EU and UN crisis management in Ituri, in the context of conflicts at the Great Lakes regions in 2003.** [S. l.]: CERPESC, 2008.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. **Aviation Manual.** New York: United Nations, 2018a.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Comprehensive review of the whole question of peacekeeping operations in all their aspects:** resolution. New York: United Nations, 2001. 2 p.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. **Core Pre-deployment Training Materials (CPTM) for United Nations peacekeeping operations:** integrated training service. New York: United Nations, 2017.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. **Current and emerging uniformed capability requirements for United Nations Peacekeeping.** New York: United Nations, 2020a.

UNITED NATIONS. Department of Operations Support. **Geospatial Information Section.** [New York], 2020b. Disponível em: <https://www.un.org/Depts/Cartographic/english/htmain.html>. Acesso em: 24 jun. 2020.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. **Peacekeeping Capability Readiness System (PCRS):** guidelines. New York: United Nations, 2019.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. **Peacekeeping operations countries' contributions.** [New York]: United Nations, 2020c. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/02_country_ranking_25.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

UNITED NATIONS. **Security Council:** 50 (1948). Resolution of 29 May 1948. New York: UN Security Council, 1948.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. **Specialized Training Materials (STM):** military aviation units for united nations peacekeeping operations: integrated training service. New York: United Nations, 2018b.

UNITED NATIONS. Department of Global Communication. **UN Photo Library.** [New York], 2020d. Disponível em: https://www.unmultimedia.org/photo/photo_library.jsp. Acesso em: 26 jun. 2020.

UNITED NATIONS. **United Nations aviation standards for peacekeeping and humanitarian air transport operations.** New York: United Nations, 2012.

UNITED NATIONS. **United Nations peacekeeping operations:** principles and guidelines. New York: United Nations, 2008.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. **United Nations peacekeeping mission military aviation unit manual.** New York: United Nations, 2015.

UNITED STATE. National Archives, Public Domain Archive. **US Secretary of Defense William J. Perry departs from camp able sentry on a UH-60 helicopter for an**

Observation Post site. Macedonia: Skopje, 1994.

WIGHT, M. **A Política do Poder.** 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. p. 329.

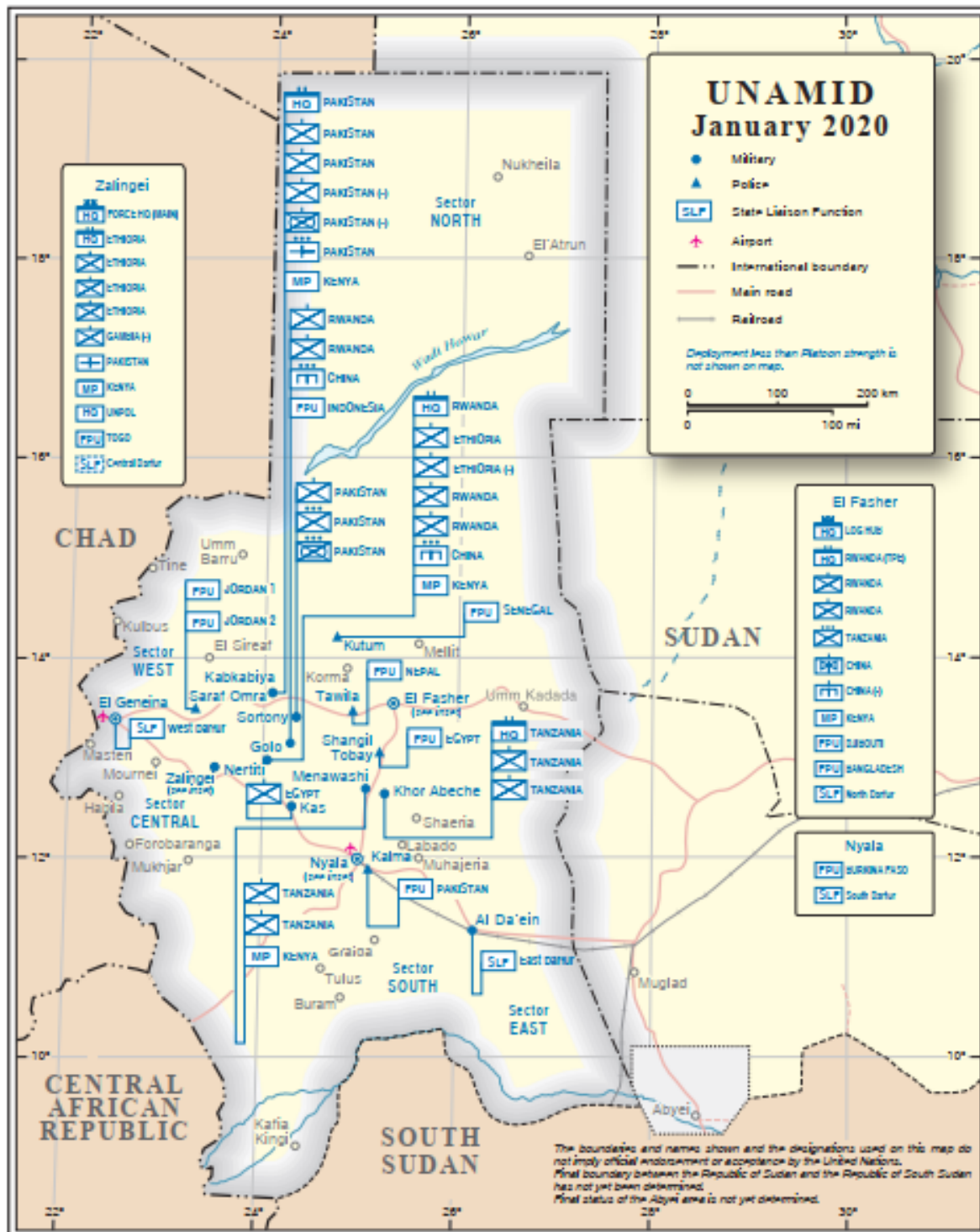
WÄCHTERSHÄUSER, G. The uses of Karl Popper. **Royal Institute of Philosophy Supplements**, United Kingdom, v. 39, p. 177-189, 1995.

ANEXO A - Distribuição de Tropas - MINURSO



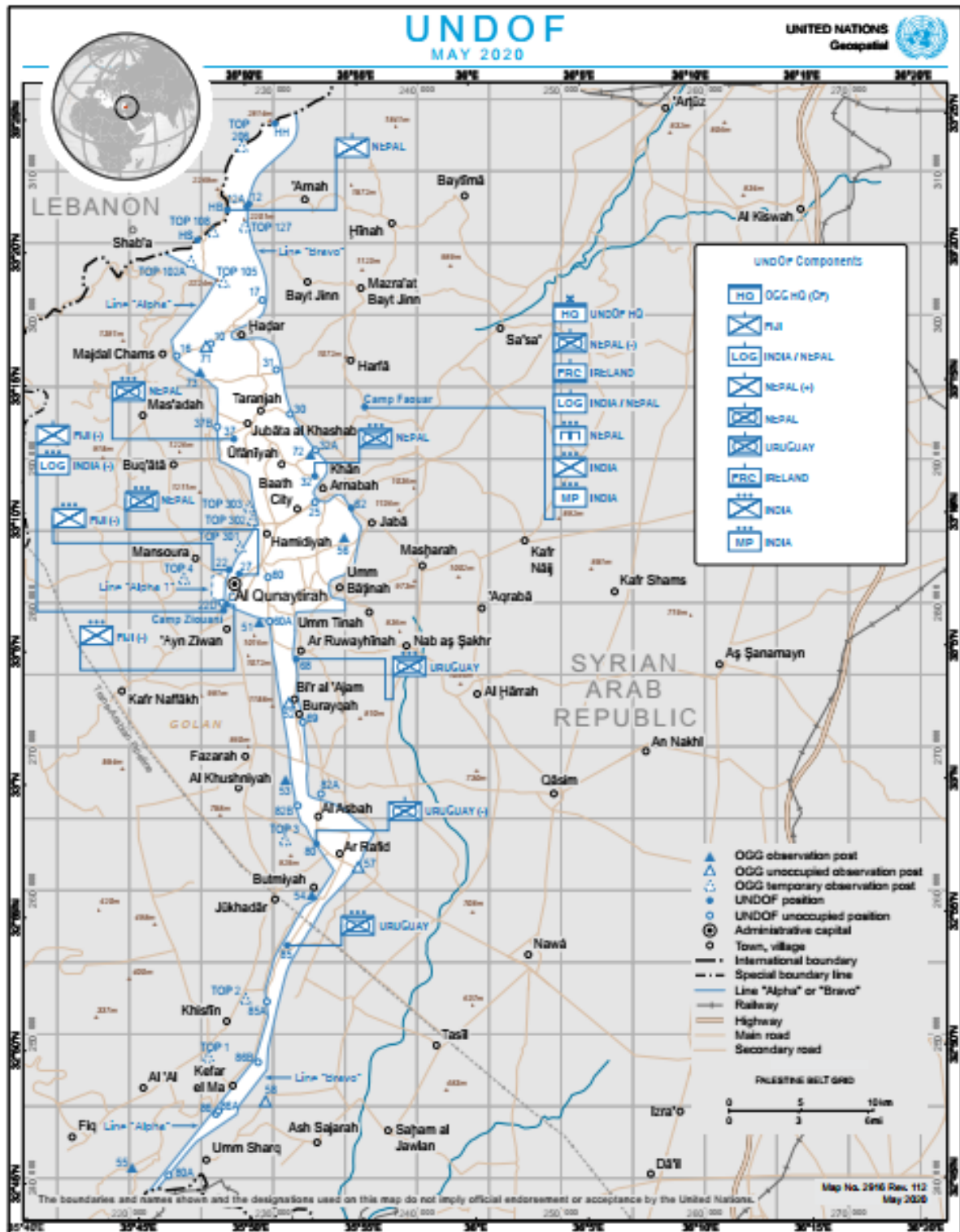
Fonte: UNITED NATIONS, 2020c (MINURSO Force Deployment – Geospatial Information Section).

ANEXO B - Distribuição de Tropas – UNAMID



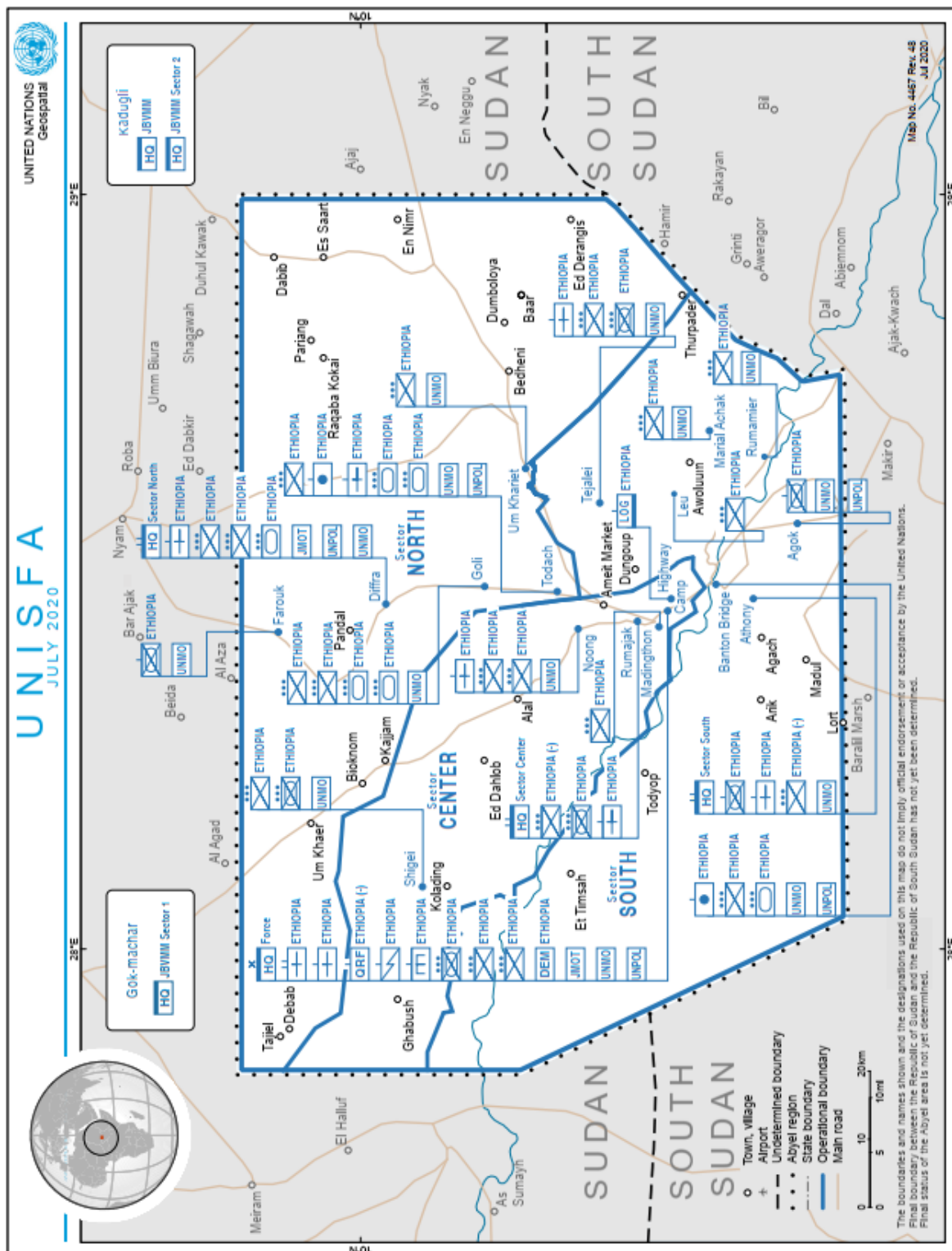
Fonte: UNITED NATIONS, 2020c (UNAMID *Force Deployment – Geospatial Information Section*).

ANEXO C - Distribuição de Tropas – UNDOF



Fonte: UNITED NATIONS, 2020c (UNDOF Force Deployment – Geospatial Information Section).

ANEXO D - Distribuição de Tropas – UNISFA



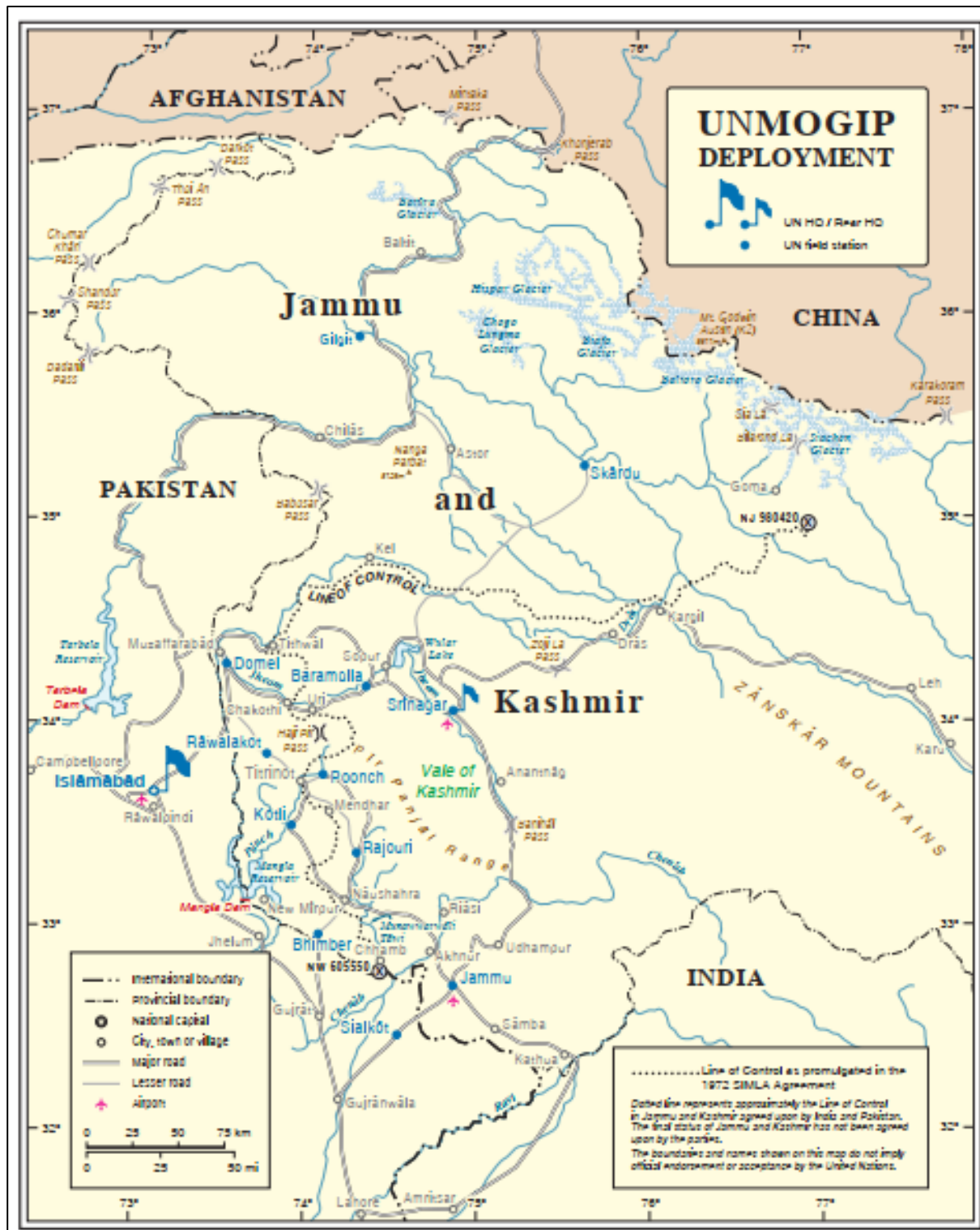
Fonte: UNITED NATIONS, 2020c (UNISFA *Force Deployment – Geospatial Information Section*).

ANEXO E - Distribuição de Tropas – UNMIK



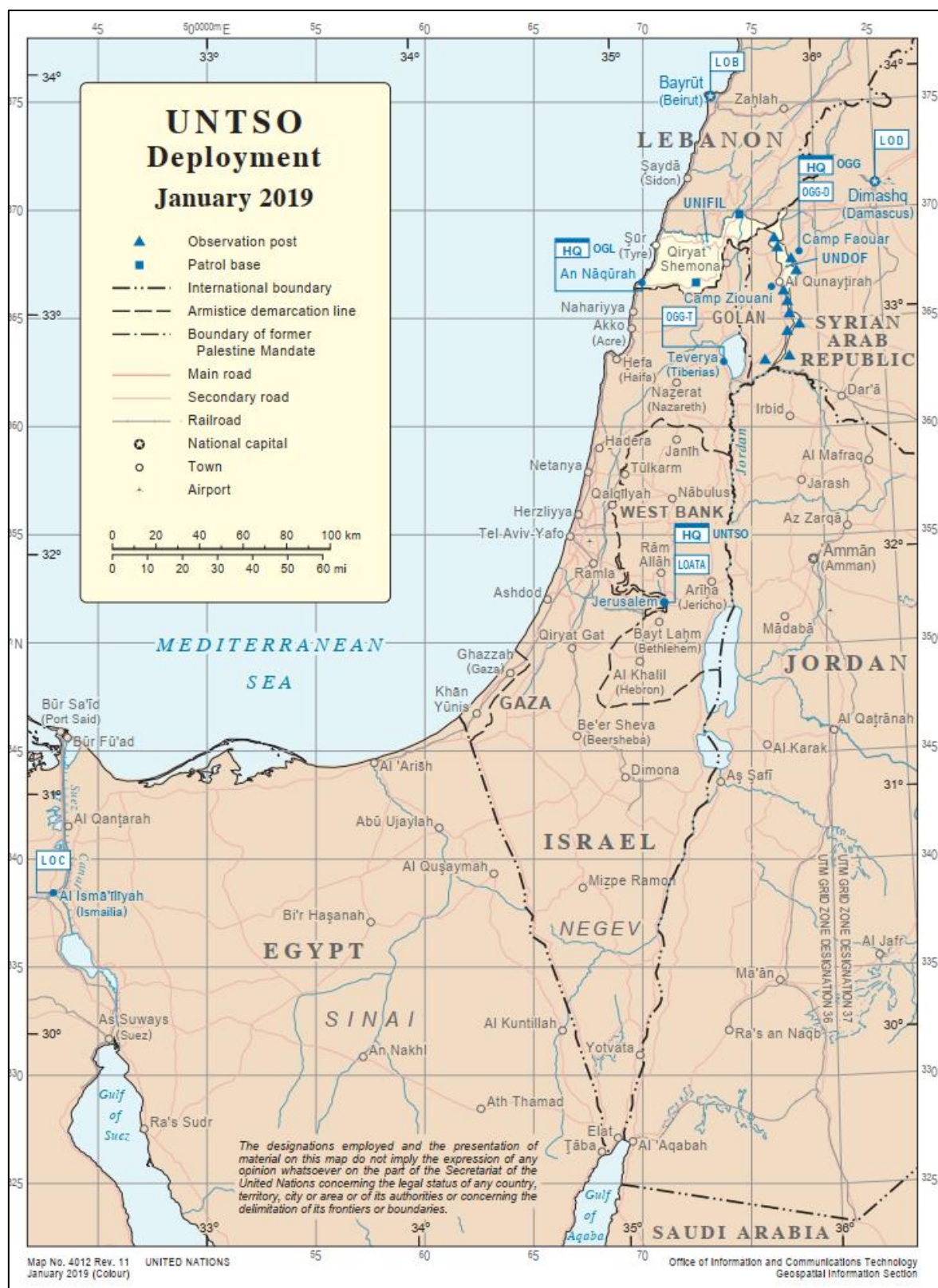
Fonte: UNITED NATIONS, 2020c (UNMIK Force Deployment – Geospatial Information Section).

ANEXO F - Distribuição de Tropas – UNMOGIP



Fonte: UNITED NATIONS, 2020c (UNMOGIP Force Deployment – Geospatial Information Section).

ANEXO G - Distribuição de Tropas – UNTSO



Fonte: UNITED NATIONS, 2020c (UNTSO Force Deployment – Geospatial Information Section).